

AVALIAÇÃO DE MONITORAMENTO IRMA RELATÓRIO PÚBLICO DE RESUMO

MINA
Minas-Rios

EMPRESA OPERADORA
Anglo American Brasil

PAIS DE OPERACAO
Brasil

20 DE JANIERO DE 2026

Reconhecimentos

A IRMA acredita que auditorias independentes realizadas por terceiros são mais credíveis quando há ampla participação não apenas das minas participantes, mas também dos trabalhadores e partes interessadas, particularmente daqueles das comunidades afetadas.

As partes interessadas externas não recebem remuneração por sua participação e oferecem voluntariamente seu tempo para fornecer perspectivas e informações sobre o desempenho do local da mina. A IRMA deseja reconhecer os trabalhadores da Minas-Rio e da planta, representantes governamentais e membros das comunidades afetadas por sua participação nesta auditoria.

Índice de conteúdos

Reconhecimentos	2
Índice de conteúdos	3
Detalhes da Auditoria	6
1. Visão Geral do local da Mina.....	8
1.1. Visão geral da localização.....	8
1.2. Visão Geral da Operação	12
1.2.1. Escopo das atividades e instalações incluídas na auditoria.....	14
1.2.2. Atividades ou instalações excluídas do escopo da auditoria	16
1.2.3. Limitações da auditoria	16
2. Processo de Avaliação do Local da Mina	18
2.1. Visão Geral do Processo IRMA.....	18
2.1.1. Escopo e limitações das Auditorias.....	19
2.1.2. Processo de Reclamações IRMA.....	20
2.2. Processo de Auditoria de Vigilância	20
2.3. Engajamento das Partes Interessadas.....	20
2.3.1. Comentários/Consultas Escritas.....	20
2.3.2. Pessoal da Mina.....	21
2.3.3. Trabalhadores/Contratados.....	21
2.3.4. Órgãos Governamentais.....	22
2.3.5. Comunidades Participantes e ONGs.....	22
2.4. Resumo das Instalações da Mina Visitadas.....	24
3. Resumo dos Itens de Escopo Geral.....	25
3.1. Status Operacional Geral	25
3.1.1. Resultado Geral do Monitoramento de Conformidade/Auditorias	25
3.1.2. Inspeções Regulamentares, Violações e Ações de Fiscalização.....	25
3.1.3. Processos Judiciais e Outras Ações Legais Externas Não Regulamentares.....	25
3.1.4. Resumo de Eventos Principais, Incidentes de Saúde e Segurança e Registros de Desempenho	26
3.2. Considerações das Partes Interessadas.....	26
3.2.1. Feedback/Reclamações de Partes Interessadas Recebidos pelo Local desde a Auditoria Anterior	26
3.2.2. Feedback/Reclamações de Partes Interessadas Recebidos pelos Auditores ou IRMA desde a Auditoria Anterior.....	27
3.3. Resumo das Mudanças Operacionais ou Administrativas Relevantes no Sítio Minerário Desde a Auditoria Anterior	27
3.4. Questões Específicas do Sítio Minerário Identificadas para Revisão de Acompanhamento na Auditoria Anterior.....	28
3.5. Progresso nas Ações Corretivas Anteriores	28

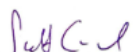
3.6. Melhorias de Desempenho Notáveis.....	43
3.7 Preocupações Relacionadas à Manutenção Contínua do Nível de Conquista.....	44
4. Desempenho Geral por Princípio e Capítulo do Padrão IRMA	45
4.1. Princípio 1: Integridade Empresarial	45
Capítulo 1.1—Conformidade Legal.....	45
Capítulo 1.2— Engajamento da Comunidade e das Partes Interessadas.....	45
Capítulo 1.3— Diligência Devida em Direitos Humanos (Due Diligence).....	46
Capítulo 1.4— Mecanismo de Reclamações e Acesso a Reparação	46
Capítulo 1.5— Transparência de Receitas e Pagamentos.....	46
4.2 Princípio 2: Planejamento para Legados Positivos.....	47
Capítulo 2.1—Avaliação e Gestão de Impactos Ambientais e Sociais	47
Capítulo 2.2—Consentimento Livre, Prévio e Informado	47
Capítulo 2.3—Apoio e Benefícios à Comunidade.....	48
Capítulo 2.4—Reassentamento.....	48
Capítulo 2.5—Preparação e Resposta a Emergências	48
Capítulo 2.6—Planejamento/Financiamento da Recuperação e Encerramento	49
4.3 Princípio 3: Responsabilidade Social.....	49
Capítulo 3.1— Trabalho Justo e Condições de Trabalho	49
Capítulo 3.2—Saúde e Segurança Ocupacional.....	49
Capítulo 3.3—Saúde e Segurança Comunitária.....	50
Capítulo 3.4—Áreas Afetadas por Conflitos e de Alto Risco.....	50
Capítulo 3.5—Medidas de Segurança	50
Capítulo 3.6— Mineração Artesanal e de Pequena Escala.....	50
Capítulo 3.7— Patrimônio Cultural.....	50
4.4 Princípio 4: Responsabilidade Ambiental.....	51
Capítulo 4.1—Gestão de Resíduos e Materiais	51
Capítulo 4.2— Gestão da Água.....	51
Capítulo 4.3—Qualidade do Ar	52
Capítulo 4.4—Ruído e Vibração	52
Capítulo 4.5—Emissões de Gases de Efeito Estufa	52
Capítulo 4.6— Biodiversidade, Serviços Ecossistêmicos e Áreas Protegidas.....	52
Capítulo 4.7— Gestão do Cianeto	53
Capítulo 4.8— Gestão do Mercúrio	53
5. Desempenho nos Requisitos Críticos.....	54
5.1. Resumo das Mudanças no Desempenho do Local nos Requisitos Críticos.....	54
6. Próximos Passos.....	71
6.1 Planos de Ação Corretiva.....	71
6.2 Cronograma de Auditorias Futuras.....	71

6.3. Áreas de Foco para a Próxima Auditoria.....	71
APÊNDICE A – Plano de Ação Corretiva Revisado	72

Detalhes da Auditoria

Nome da Mina:	Minas-Rio
Empresa Operadora:	Anglo American Brasil
Proprietário da Mina:	Anglo American Brasil
País de operação:	Brasil
Material minerado:	Minério de Ferro
# de Empregados / contratados:	2.050 empregados e 12.941 contratados na época da auditoria
Página da auditoria IRMA:	https://responsiblemining.net/minas-rio
Tipo de Auditoria:	Auditoria de Vigilância
Datas da Auditoria:	Auditoria Etapa 1: 10-17 de junho de 2025 Auditoria Etapa 2: 07-10 de julho de 2025
Empresa de Auditoria:	SCS Global Services
Equipe de Auditoria:	Auditor Líder (1), Auditor Social (2), Auditor de Saúde e Segurança (1), Auditores Ambientais (2), Membros da equipe de apoio (2)
Declaração da Empresa de Auditoria:	✓ As constatações deste relatório são baseadas em uma avaliação objetiva das evidências (por meio da revisão de documentos; observações diretas no local da mina; e entrevistas com a equipe da mina, trabalhadores e partes interessadas) consideradas dentro do escopo das atividades da Auditoria de Vigilância. ✓ Os membros da equipe de auditoria foram considerados sem conflitos de interesse com a mina ✓ Os membros da equipe de auditoria conduziram as atividades de auditoria de forma profissional, ética, objetiva e verídica ✓ As informações contidas neste relatório são precisas de acordo com o melhor conhecimento dos auditores que contribuíram para o relatório.
Escopo da Auditoria:	O escopo inclui extração e produção de minério de ferro, armazenamento de resíduos e serviços de manutenção e auxiliares associados na Mina Minas-Rio da Anglo American, Brasil
Versão do Padrão IRMA:	Padrão IRMA para Mineração Responsável, v.1.0 (junho de 2018)
Nível Atingido IRMA:	IRMA 75
Data da Decisão do Nível:	07 de fevereiro de 2024
Validade do Nível Até:	06 de fevereiro de 2027 (condicional à conformidade contínua com os processos de auditoria independente da IRMA)
Representante Autorizado:	Scott Coye-Huhn, Vice-Presidente, Divisão EBC

Assinatura do Representante:



Número de Referência IRMA:

IRMA-STD-SCS-002-V-00002

1. Visão Geral do local da Mina

1.1. Visão geral da localização

A operação de mineração de minério de ferro Minas-Rio da Anglo American (Anglo) em Minas Gerais está localizada a nordeste da cidade de Belo Horizonte, nos municípios de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, no estado de Minas Gerais, Brasil. (Figura 1).



Figura 1: Localização ilustrativa e global do site

Minas Gerais significa “Minas Gerais”, um nome dado devido à extensa história de mineração da região, que remonta ao período colonial. Pinturas rupestres e vestígios arqueológicos encontrados em cavernas no Monumento Natural Serra da Ferrugem (Figura 2) indicam que esta área tem sido habitada desde cerca de 5.000 a.C.

As descobertas de ouro no final dos anos 1700 atraíram inicialmente colonos para a região, principalmente colonizadores portugueses e africanos escravizados. A importância histórica da mineração no período colonial reflete-se na demografia local e nos nomes de cidades históricas de mineração, como Alvorada de Minas (Alvorada das Minas) e Diamantina. Como o próprio nome sugere, Diamantina foi um centro de mineração de diamantes e hoje é preservada como Patrimônio Mundial da UNESCO por sua arquitetura barroca brasileira única. A mineração continua sendo um importante pilar da economia local. Minas-Rio é uma das várias minas em Minas Gerais que contribuem para a posição do Brasil como líder global na produção de minério de ferro.

A operação Minas-Rio está localizada na cadeia de montanhas do Espinhaço, uma área comumente denominada “Brazilian Highlands”, com elevações que variam de 1.100 a 1.700 metros acima do nível do mar. A Serra do Espinhaço faz parte da zona de transição entre o bioma da Mata Atlântica e o bioma de campos do Cerrado, ambos reconhecidos globalmente como prioridades para a conservação da biodiversidade. Além da mineração e do processamento mineral, as terras altas rurais fornecem uma fonte de água limpa, provisão

de alimentos (agricultura de subsistência e de pequena escala e pastoreio), madeira (lenha doméstica e carvão), recreação e conservação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos. Áreas importantes de conservação com alta biodiversidade incluem o Monumento Natural da Serra da Ferrugem, estabelecido em 2007 pela Mina Minas-Rio como parte do processo de licenciamento do projeto de expansão da Mina do Sapo, e o Parque Municipal Salão de Pedras. Essas áreas de conservação são classificadas como de proteção de importância ecológica, incluindo uma diversidade de espécies da vida silvestre, como aves, répteis, anfíbios, insetos, peixes e mamíferos, muitas das quais são endêmicas da região

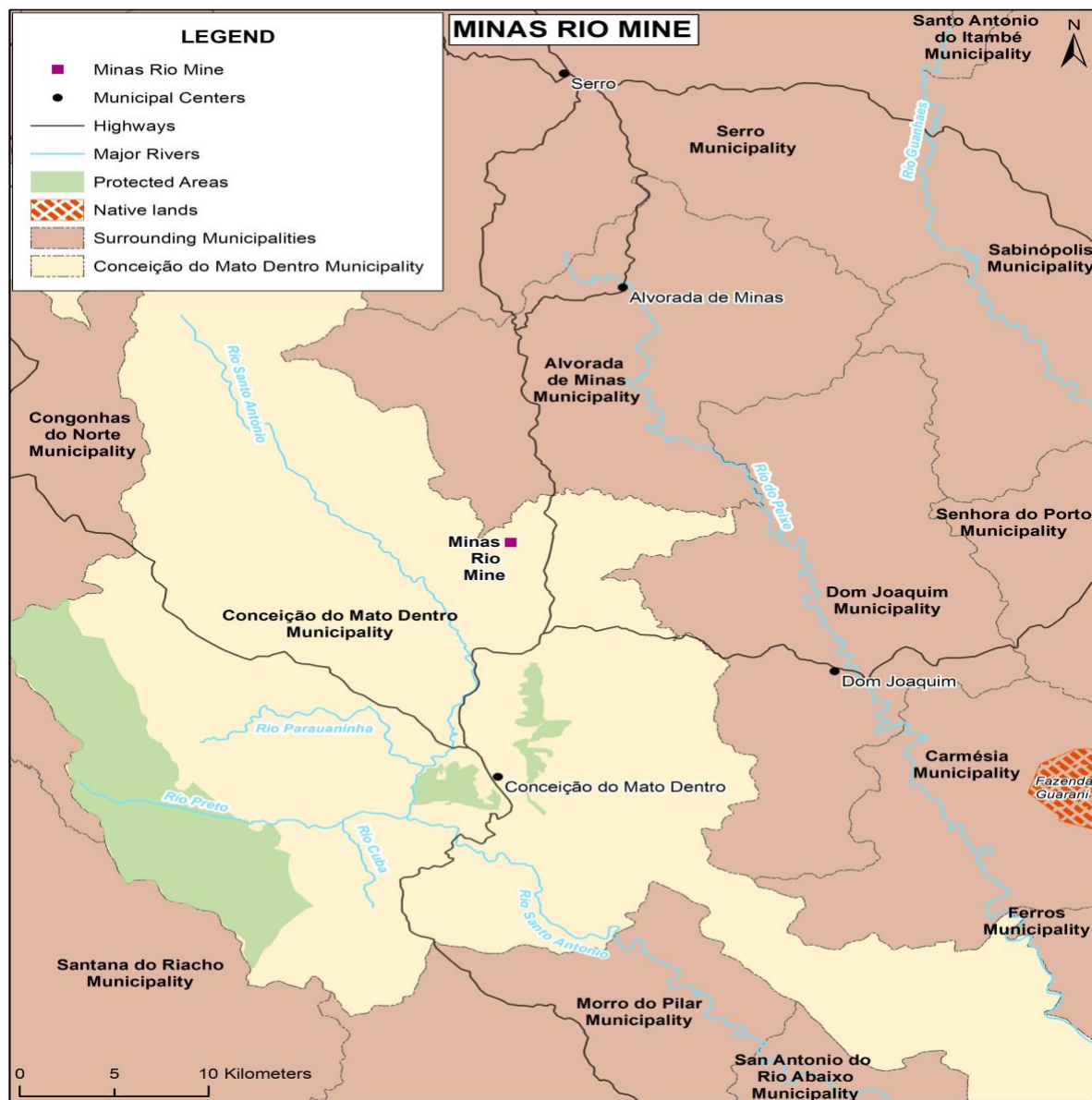


Figura 2: Mapa regional ilustrativo do local

(Figura 2).

A região apresenta um clima ameno, com os meses mais quentes de janeiro a março (média de 25°C/77°F) e os meses mais frios de junho a agosto (média de 20°C/68°F). A estação chuvosa ocorre de outubro a março, com pico em dezembro (média de 250 mm de

precipitação), enquanto a estação seca se estende de abril a setembro, sendo julho o mês mais seco (média de 13 mm).

A concessão da mina Minas-Rio abrange uma área ao longo da rodovia MG-010, dentro da bacia hidrográfica do rio Santo Antônio. As águas superficiais e subterrâneas nas proximidades da mina fluem das áreas mais elevadas para as áreas mais baixas, seja para o oeste (em direção ao rio Santo Antônio) ou para leste e nordeste em direção ao rio Peixe, um afluente do rio Santo Antônio (Figura 2).

A bacia hidrográfica do rio Santo Antônio, amplamente conhecida por suas cachoeiras, incluindo a Cachoeira do Tabuleiro, um destino turístico popular, é a principal fonte de abastecimento público de água para a cidade de Conceição do Mato Dentro. Essa cidade (população de 24.254 habitantes) está localizada

ao sul da concessão da mina, enquanto Serro (população de 22.550 habitantes) está localizada ao norte, sendo ambas os principais centros urbanos da área. Centros urbanos menores incluem Dom Joaquim e Alvorada de Minas, com populações de 5.051 e 4.322 habitantes, respectivamente, seguidos em tamanho pelas comunidades rurais de Sapo, Cabeceira do Turco, Turco, São José da Ilha, Gondó, Córregos, Taporoco, Arrudas, Itapanhoacanga, Água Quente, Passa Sete, Beco e São José do Jassém (Figura 3)

Entre 2018 e 2021, a Minas-Rio facilitou o reassentamento de alguns moradores das comunidades a leste da mina (Sapo, Turco, Cabeceira do Turco e Beco) para um bairro urbano de Conceição do Mato Dentro (Jardim Bougainville) ou para reassentamentos rurais em Congonhas do Norte (Fazenda Alves Simão e Lavrinha), bem como para outros locais selecionados pelas famílias reassentadas..

O reassentamento na Minas-Rio segue tanto processos voluntários quanto involuntários, alguns já concluídos, outros em andamento ou planejados. Iniciativas anteriores incluem o Programa de Negociação de Terras, concluído em 2014, que adquiriu propriedades na área diretamente afetada pelo Projeto de Expansão da Mina do Sapo e reassentou cerca de 46

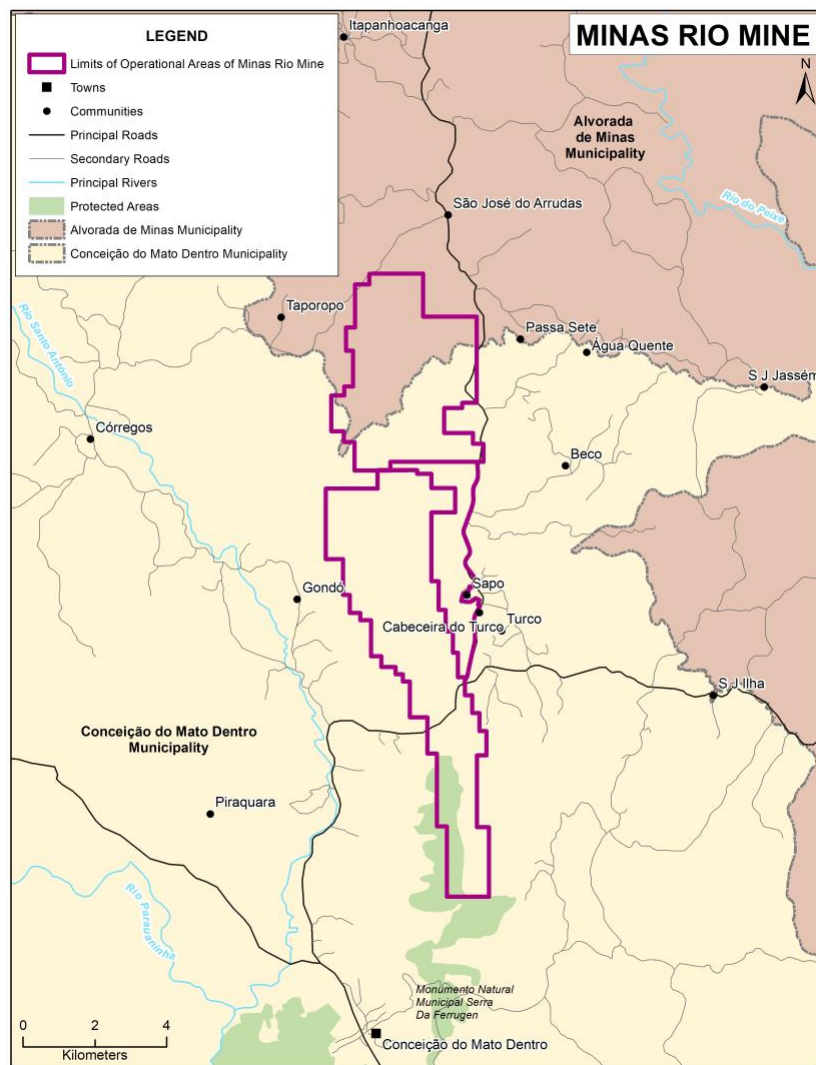


Figura 3: Infraestrutura da mina, comunidades do entorno e cursos d'água

famílias, e o Programa de Negociação Opcional, lançado em 2017, que ofereceu reassentamento voluntário a moradores de comunidades próximas e posteriormente foi ampliado para abranger áreas adicionais.

Mais recentemente, em dezembro de 2024, a empresa assinou um acordo para o Programa de Reassentamento da Zona de Autossalvamento, que irá reassentar famílias que vivem próximas à barragem de rejeitos da Minas-Rio para áreas que disponham de tempo suficiente para evacuação em caso de falha de uma barragem ou dique da mina. A implementação está planejada para o período de 2025 a 2028, por meio de um processo participativo envolvendo comunidades, autoridades locais, o Ministério Público e o Grupo de Assessoria Técnica Independente para Comunidades Atingidas por Barragens (denominado NACAB). Esse grupo monitora os planos, programas e ações da empresa que possam afetar as comunidades, ao mesmo tempo em que promove a participação ampla e informada dos membros da comunidade. Também apoia o engajamento ao prestar assessoria a treze comunidades afetadas pela expansão da Mina do Sapo. O direito a esses serviços de assessoria é protegido pela Lei Federal nº 23.795, de 15 de janeiro de 2021, que garante assistência técnica às populações afetadas por barragens. Em paralelo, está sendo desenvolvido um plano de reassentamento voluntário para cerca de 60 famílias em Gondó, próximo à encosta oeste da mina.

Os municípios de Conceição do Mato Dentro, Serro e Dom Joaquim abrigam 18 comunidades quilombolas formalmente reconhecidas, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome do Brasil e com a Fundação Cultural Palmares, órgão federal dedicado à preservação e promoção da cultura e do patrimônio afro-brasileiros. Os quilombolas são descendentes de africanos escravizados que fugiram, migraram para áreas remotas e formaram comunidades independentes durante o período colonial. Reconhecidos como povos tribais nos termos do Artigo 1(1)(a) da Convenção nº 169 da OIT, ratificada pelo Brasil em 2002 (Decreto nº 143/2003), mantêm identidades culturais distintas, tradições e continuidade histórica, preservando elementos de modos de vida tradicionais que refletem suas raízes ancestrais africanas e sua resiliência cultural.

As Avaliações de Impacto Ambiental e Social (ESIAs) mais recentes para a expansão da Mina do Sapo (2015) e para a Segunda Elevação da Barragem de Rejeitos da Minas-Rio (2024) concluíram que não houve impactos diretos significativos sobre comunidades quilombolas formalmente reconhecidas. No entanto, durante esta auditoria de vigilância, observações em campo e entrevistas com partes interessadas indicaram que algumas famílias de comunidades afetadas mantêm elementos de modos de vida tradicionais que poderiam ser considerados parte da identidade quilombola. Essas famílias vivem em comunidades que se encontram nos estágios iniciais de um processo de autoidentificação como quilombolas. A empresa e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais estão acompanhando esses esforços, incluindo a contratação de uma avaliação independente por terceira parte para atualizar o levantamento das comunidades afetadas. Essa avaliação está programada para ser concluída em setembro de 2025.

A agricultura de subsistência e a criação e o pastoreio de animais são praticados nas comunidades ao redor da mina. A região é conhecida pela produção do queijo artesanal denominado Queijo do Serro. Outras atividades econômicas incluem mineração, turismo cultural e ecoturismo. Alvorada de Minas e Conceição do Mato Dentro possuem bens culturais registrados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Esses bens são reconhecidos como patrimônio histórico nacional e estão incluídos no Programa Monumenta, que contribui para a restauração e preservação do patrimônio cultural, além de serem importantes destinos turísticos.

Historicamente, os moradores rurais próximos à mina utilizaram nascentes e córregos sem autorizações formais de uso da água. Poços domiciliares são raros e, quando existentes,

frequentemente não possuem licenças. A empresa instalou poços de abastecimento licenciados em comunidades como Turco, Sapo, Cabeceira do Turco, Gondó e Água Quente. A captação de água no rio Peixe, em Dom Joaquim, também é licenciada, com a exigência de uma vazão mínima de base de 10 m³/s para proteger os usuários a jusante; o bombeamento é desligado automaticamente durante a estação seca, quando as vazões caem naturalmente abaixo desse limite. A extração de água subterrânea da mina não capta os aquíferos rasos utilizados pelas comunidades próximas.

Todas as cidades e comunidades ao redor da mina têm acesso à eletricidade e à água, embora algumas não disponham de internet, estradas pavimentadas ou saneamento adequado

1.2. Visão Geral da Operação

A Anglo American adquiriu a operação da mina Minas-Rio de seu proprietário anterior, Minerações e Metálicos S.A. (MMX), em 2008. A licença operacional atual da instalação foi obtida em outubro de 2014 e, em 2024, produz aproximadamente 24 milhões de toneladas de minério de ferro por ano..

As operações de mineração em Minas-Rio começam com uma preparação abrangente do local, que inclui a cumprimento de levantamentos de flora, fauna e arqueologia, obtenção das licenças apropriadas, desmatamento da vegetação e o salvamento sistemático do solo superficial. Resgates de flora, fauna e arqueologia são realizados conforme necessário. O solo superficial removido é cuidadosamente armazenado para uso futuro em atividades de reabilitação e recuperação. Em seguida, a sobrecarga (material não mineralizado) é removida e estrategicamente realocada para instalações de armazenamento de estéril projetadas. Essas instalações são concebidas para garantir estabilidade geotécnica, minimizar impactos ambientais e gerenciar a potencial drenagem ácida de rochas (DAR) por meio de rigorosa caracterização dos materiais.

Uma vez que o corpo primário de minério de ferro é exposto, o minério é fragmentado e extraído utilizando técnicas controladas de perfuração e detonação. O material fragmentado resultante, comumente denominado “shot rock”, é então transportado por caminhões de grande capacidade até a unidade primária de britagem, onde seu tamanho de grão é significativamente reduzido para facilitar o processamento subsequente.

O minério britado e classificado é então transferido para a planta de beneficiamento. Nela, passa por uma série de etapas de processamento mineral, incluindo moagem, flotação e espessamento do concentrado.

Este concentrado de minério de ferro úmido é então transportado por meio de um duto de polpa com 529 km de extensão até as instalações dedicadas ao manuseio e embarque de minério de ferro situadas no Porto do Açu, no estado do Rio de Janeiro. É importante observar que, para o escopo específico desta auditoria, o duto de polpa e as instalações portuárias estão excluídos.

A gestão da água é um componente crítico e integrado da operação Minas-Rio, abrangendo um sistema abrangente de captação, utilização, tratamento e descarga.

As principais fontes de água necessárias para as operações da mina, que incluem o processamento do minério, o transporte do minério de ferro em polpa pelo duto, a supressão de poeira nas estradas de transporte e nos depósitos de minério, e o consumo humano, são obtidas de fontes licenciadas. Essas fontes incluem a captação direta do Rio Peixe, o reúso da água da instalação de gestão de rejeitos, poços de extração de águas subterrâneas (sujeitos a monitoramento contínuo para prevenir a depleção do aquífero ou impactos indevidos nos

níveis de água subterrânea) e a drenagem de cava. Todas as captações de água são realizadas em conformidade com as licenças de uso de água aplicáveis.

Além disso, a operação implementa um sistema robusto para coletar e gerenciar outras fontes de água, como águas pluviais (controladas por meio de sistemas de drenagem projetados para prevenir contaminação) e águas residuais geradas internamente (incluindo água de processos industriais e efluentes sanitários). Essas águas são direcionadas a Estações de Tratamento de Efluentes (ETEs) dedicadas, onde passam por processos de tratamento (por exemplo, físico-químico e, quando aplicável, biológico) para atender aos padrões de qualidade especificados.

A prioridade máxima é dada ao reúso de água tratada. Essa água recuperada é utilizada principalmente nos processos industriais e no controle de poeira, reduzindo a demanda por captação de água doce e promovendo a eficiência hídrica geral. As principais atividades de mineração e processamento de minério de ferro da operação Minas-Rio são conduzidas no município de Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais. Os rejeitos, que são o material finamente moído, semelhante a areia, remanescente após a extração dos minerais de ferro valiosos do minério, são descartados como polpa na Instalação de Armazenamento de Rejeitos (Tailings Storage Facility – TSF). Esta infraestrutura crítica está localizada, em grande parte, no município adjacente de Alvorada de Minas, ao norte da operação principal da mina.

A TSF de Minas-Rio é de propriedade, gerida e operada pela Anglo American como um componente integral da operação total da mina. Ela consiste em seis (6) estruturas principais de barragem e diques: a Barragem Principal e os Diques 1, 3, 6A, 6B e 8. Todas essas estruturas estão localizadas dentro da área da mina.

A instalação é projetada, construída e operada de acordo com as regulamentações brasileiras de segurança de barragens (Resolução ANM 13/2019) e alinhada ao Padrão Global da Indústria para Gestão de Rejeitos (Global Industry Standard on Tailings Management – GISTM). As medidas incluem controles de engenharia, instrumentação, monitoramento geotécnico, revisões independentes, preparação para emergências e sistemas de gestão de esgoto e água.

A TSF é monitorada 24 horas por dia no Centro de Monitoramento Geotécnico, incluindo medições visuais, geotécnicas e climáticas. Sirenes de emergência estão instaladas ao longo do canal de saída do rejeito da barragem dentro da zona de autossalvamento para alertar as comunidades potencialmente afetadas (Água Quente, Passa Sete, São José de Jassém, Dom Joaquim, Goiabeiras e Santa Rita do Rio do Peixe) sobre uma possível ruptura da barragem ou outros eventos que impactem as fontes de água a jusante da mina. A zona de autossalvamento é a área a jusante potencialmente afetada por uma falha da TSF, onde estudos determinaram que não há tempo suficiente para intervenção das autoridades e as comunidades devem agir de forma independente. Todos os residentes devem estar familiarizados com as rotas de fuga e a localização dos pontos de encontro mais próximos para autossalvamento.

A TSF foi comissionada em 2014 e possui apenas alguns anos restantes de capacidade. Existem planos em andamento para o próximo aumento da TSF e construção contínua de uma Planta de Filtragem de Rejeitos, prevista para entrar em operação em 2026, o que estenderá sua vida útil para alinhar-se à vida útil atual da mina, projetada até 2073 (Relatório de Divulgação GISTM: Minas-Rio Tailings Storage Facility, agosto de 2024). O processo de licenciamento ambiental para o aumento da TSF está em andamento.

Em 2 de dezembro de 2024, a Anglo American anunciou a conclusão da transação para aquisição de recursos de minério de ferro de alto teor provenientes das operações de mineração da Vale, localizadas na região da Serra da Serpentina, no Brasil. Esta aquisição estratégica visa expandir a base mineral da operação Minas-Rio da Anglo American em Minas Gerais, que a empresa continuará a possuir, gerir e operar, incluindo quaisquer fases

futuras de desenvolvimento ou expansão. Atualmente, a Anglo American está avaliando as melhores abordagens técnicas, socioambientais e logísticas para a integração e desenvolvimento do novo ativo, sendo esperado que os pedidos de licenciamento ambiental necessários sejam submetidos apenas após 2030, após a conclusão dos estudos de viabilidade detalhados.

Em abril de 2025, o projeto Minas-Rio empregava um total de 2.050 funcionários diretos, dos quais 20% eram mulheres e 80% homens, refletindo esforços contínuos para aumentar a diversidade de gênero na indústria. Além disso, havia 12.941 contratados, dos quais 64% possuíam contratos de longo prazo e 36% eram contratados sazonais. O número de empregados varia devido a projetos de expansão e à sazonalidade das atividades, com parte da força de trabalho atuando em locais externos à mina.

1.2.1. Escopo das atividades e instalações incluídas na auditoria

O escopo desta Avaliação de Vigilância IRMA abrange as áreas físicas dentro da concessão da Mina Minas-Rio da Anglo American e áreas relacionadas, incluindo:

Infraestrutura de Extração e Processamento:

- Extração de minério de ferro a céu aberto
- Instalações de britagem, peneiramento e processamento
- Sistemas de correias transportadoras
- Fábrica de prensagem, concentração e reagentes
- Moinho de bolas vertical
- Flotação mecânica
- Tanque de armazenamento de polpa

Gestão de Resíduos e Rejeitos:

- Pilhas de resíduos e rejeitos
- Estruturas de contenção de rejeitos (barragem, diques e lagoas)
- Barragens de controle de sedimentos e água
- Áreas de disposição de materiais excedentes
- Aterro sanitário
- Centro de reciclagem

Sistemas de Água e Efluentes:

- Sistema de captação e fornecimento de água (incluindo nova infraestrutura)
- Estação de tratamento de água
- Estações de tratamento de efluentes
- Poços de extração de água subterrânea

Energia, Combustível e Manuseio de Explosivos:

- Áreas de manuseio e armazenamento de combustíveis
- Postos de abastecimento
- Depósito de explosivo

Infraestrutura de Apoio e Auxiliar:

- Estação de bombeamento de polpa de minério de ferro (antes da entrada da polpa no duto)
- Instalações de manutenção de veículos e equipamentos

- Edifícios operacionais e salas de controle
- Instalações de controle de descarga
- Estações de monitoramento (socioeconômico, ar, água, biodiversidade, etc.)
- Escritórios, prédios administrativos e centro de treinamento
- Armazéns e oficinas
- Guarita de segurança e portaria
- Cafetarias e restaurante
- Vestiários e banheiros
- Clínica ambulatorial
- Estação de Pesquisa Science Station
- Laboratório
- Estação de ônibus
- Ruas de acesso e serviços
- Rotas de transporte
- Localizações de preparação para emergências

Receptores Ambientais e Comunidades:

- Hidrologia de superfície e subterrânea
- Biodiversidade e serviços ecológicos
- Infraestrutura da mina e da comunidade
- Condições socioeconômicas da comunidade
- Elementos culturais e arqueológicos

O escopo da auditoria de vigilância foi determinado pelos riscos, impactos e vulnerabilidades no nível do local identificados durante a avaliação inicial, bem como pelos achados da auditoria inicial e informações adicionais coletadas pela SCS, de acordo com a Seção 9.6 dos Requisitos do Organismo de Certificação IRMA (Versão 2.1). O principal objetivo desta auditoria foi avaliar os desenvolvimentos e mudanças ocorridos desde a última auditoria completa in loco, em 2022. Consequentemente, a auditoria concentrou-se em registros, observações e depoimentos abrangendo o período de 2022 até o presente. Este escopo inclui, mas não se limita a:

- Registros de reclamações apresentadas por partes interessadas e trabalhadores entre 2022 e 2025;
- Registros de saúde e segurança ocupacional, incluindo incidentes, lesões, acidentes e fatalidades;
- Mudanças nos planos operacionais da mina ou no ambiente operacional circundante;
- Alterações na governança local, evolução dos interesses das partes interessadas, responsabilidades da empresa e do nível do local, dinâmica dos fornecedores e situação de conformidade legal;
- Atualizações na gestão de riscos e vulnerabilidades com base em novas avaliações, revisões do plano operacional da mina ou resultados de monitoramento;
- Contribuições das partes interessadas recebidas durante ou após a auditoria anterior, incluindo solicitações formais de participação no processo de auditoria; e
- Informações de fontes públicas, incluindo relatórios online, cobertura da mídia ou processos legais relevantes ao desempenho do local em relação aos padrões IRMA.

Os requisitos aplicáveis a esta auditoria de vigilância consideraram:

- Conformidade com o Capítulo 1.1, incluindo quaisquer alterações na legislação ou regulamentações desde a última avaliação;
- Status de conformidade com todos os requisitos críticos do Padrão IRMA e a implementação de ações corretivas identificadas durante a auditoria inicial;
- Requisitos para os quais surgiram preocupações de partes interessadas sobre o desempenho do local desde a auditoria anterior;
- Áreas identificadas por auditores, pela empresa ou por partes interessadas como de alto risco caso não sejam devidamente gerenciadas;
- Capítulos anteriormente considerados não aplicáveis, que serão auditados integralmente caso sejam julgados relevantes;
- Critérios que requerem maior contribuição das partes interessadas, conforme identificado no relatório da auditoria inicial; e
- Outras áreas ou atividades associadas ao projeto de mineração e mais críticas para a saúde, segurança e bem-estar das pessoas e do meio ambiente

1.2.2. Atividades ou instalações excluídas do escopo da auditoria

O projeto da mina Serpentina nas proximidades, cuja expectativa é iniciar o processo de licenciamento por volta de 2030, juntamente com a Estação de Bombeamento e o Duto de Polpa, e o Porto do Açú, não estão incluídos no escopo da Auditoria de Vigilância IRMA.

O duto da Minas-Rio consiste em uma linha principal de 529 km, feita de tubos de aço carbono de alta resistência. Inclui duas estações de bombeamento, localizadas em Conceição do Mato Dentro e Santo Antônio do Grama, que estão aproximadamente a 243 km uma da outra por estrada, bem como uma estação de válvulas localizada em Tombos, Minas Gerais. Além disso, o sistema conta com 10 estações de monitoramento de pressão ao longo do trajeto.

O transporte do minério de ferro inicia-se na área da planta de beneficiamento em Alvorada de Minas, onde a polpa de minério é bombeada utilizando bombas de pistão de alta pressão. O processo é suportado por duas estações de bombeamento e leva aproximadamente seis (6) dias para mover o material de uma extremidade à outra, a uma velocidade média de 6 km/h. A polpa é transportada com 68% de sólidos, com pressões operacionais de 18 MPa na saída da Estação de Bombeamento 1 (EB1) e 20 MPa na Estação de Bombeamento 2 (EB2). A estação de válvulas ajusta a pressão do sistema de bombeamento para garantir que a polpa alcance o terminal do Porto do Açú com a vazão apropriada. A EB2 está localizada em Santo Antônio do Grama, uma das estações intermediárias ao longo do trajeto do duto.

O duto de polpa e ambas as estações de bombeamento operam independentemente da unidade operacional da mina Minas-Rio, atravessam dois estados e possuem licenças ambientais e operacionais que não estão vinculadas à licença da mina Minas-Rio. Além disso, as instalações de filtração e logística portuária no Porto do Açú possuem licenciamento independente e operam sob uma estrutura de governança compartilhada entre a Anglo (filtração) e a Ferroport (operações portuárias). Consequentemente, o duto de polpa, a Estação de Bombeamento 1 (EB1), a Estação de Bombeamento 2 (EB2) e as instalações de filtração e portuárias associadas não estão incluídos no escopo desta auditoria.

1.2.3. Limitações da auditoria

Nenhuma limitação foi identificada durante a auditoria. Todas as áreas necessárias para a avaliação estavam acessíveis à equipe de auditoria, e toda a documentação necessária, bem como as entrevistas com as partes interessadas, foram fornecidas sem restrições. Nenhum

risco de segurança ou outra limitação impediu a capacidade de avaliar a conformidade com os critérios da auditoria.

2. Processo de Avaliação do Local da Mina

2.1. Visão Geral do Processo IRMA

Existem três (3) tipos principais de avaliação no processo IRMA: uma auditoria completa (incluindo a auditoria inicial e as auditorias de renovação subsequentes), na qual o local da mina é avaliado em relação a todos os requisitos relevantes do IRMA; uma auditoria de vigilância, normalmente realizada 12 a 18 meses após a auditoria inicial; e auditorias especiais, que são conduzidas além do ciclo normal de auditorias para avaliar o progresso das ações corretivas, revisar mudanças significativas nas operações ou acompanhar reclamações ou incidentes.

Este relatório de auditoria reflete os resultados da auditoria de vigilância. As auditorias de vigilância têm como objetivo ser auditorias abreviadas, realizadas no meio do ciclo de certificação, para verificar a conformidade contínua com os requisitos críticos, o progresso na execução das ações corretivas e quaisquer áreas de foco identificadas pela empresa de auditoria. Além disso, a auditoria considera o feedback das partes interessadas desde a auditoria anterior e mudanças materiais nas operações, no pessoal, nos sistemas de gestão ou no ambiente circundante, para determinar se tais mudanças afetaram a capacidade do local de continuar a entregar os desempenhos alcançados.

O IRMA reconhece quatro níveis de cumprimento para uma descrição completa do processo de avaliação e dos níveis de cumprimento, consulte os Requisitos do Organismo de Certificação IRMA, disponíveis no site do IRMA



2.1.1. Escopo e limitações das Auditorias

Dentro do sistema IRMA, a avaliação independente por terceiros é um processo pelo qual as minas são avaliadas em relação ao Padrão IRMA de Mineração Responsável por auditores externos. As auditorias são conduzidas por organismos de certificação aprovados, utilizando auditores que passaram por treinamento IRMA, atendem aos requisitos de competência do IRMA e foram considerados sem conflitos de interesse com o local da mina em avaliação.

As auditorias são realizadas em conformidade geral com as práticas estabelecidas da indústria para auditorias independentes (ou seja, ISO 19011). Além da revisão documental, as auditorias incluem observação in loco das operações e do ambiente circundante, revisão de documentos e registros, e entrevistas com o pessoal do local e partes interessadas relevantes.

As auditorias de vigilância IRMA não são auditorias completas, o que significa que a conformidade com todos os requisitos revisados na auditoria completa mais recente (por exemplo, auditoria inicial ou auditoria de renovação) não precisa ser reestabelecida. Normalmente, as auditorias de vigilância têm o objetivo de permitir que a empresa de auditoria, que emitiu uma verificação pública de desempenho, avalie o status contínuo do local, revise quaisquer incidentes, confirme a conformidade regulatória e analise o progresso das ações corretivas, a fim de verificar se não ocorreram mudanças que possam afetar materialmente a capacidade do local de manter o nível de cumprimento alcançado.

As avaliações dos auditores são baseadas na aplicação de princípios científicos e julgamento profissional a determinados fatos, com interpretações subjetivas resultantes. Os julgamentos profissionais expressos nos comentários do auditor baseiam-se nos fatos disponíveis no momento da auditoria, dentro dos limites dos dados existentes, do escopo de trabalho, do orçamento e do cronograma.

As evidências de auditoria são baseadas em amostras de informações disponíveis. Portanto, existe um elemento de incerteza na auditoria, e aqueles que agirem com base nas conclusões da auditoria devem estar cientes dessa incerteza.

2.1.2. Processo de Reclamações IRMA

As partes interessadas do IRMA que desejarem registrar uma reclamação relacionada ao processo de avaliação do local da mina podem enviar seus comentários pelo site do IRMA. Detalhes sobre o processo de reclamações podem ser encontrados no Procedimento de Resolução de Questões (Issues Resolution Procedure) do IRMA, disponível no site principal do IRMA.

2.2. Processo de Auditoria de Vigilância

O processo de auditoria de vigilância inclui uma revisão documental realizada pela empresa de auditoria e uma auditoria no local conduzida por ela. A auditoria in loco pode incluir uma série de entrevistas com o pessoal da mina (trabalhadores e equipe de gestão), representantes relevantes da comunidade, organizações não governamentais locais (ONGs), se houver, órgãos governamentais, revisão de documentação e visitas às áreas operacionais, à área circundante e outros locais, incluindo as comunidades vizinhas.

2.3. Engajamento das Partes Interessadas

O IRMA exige que as partes interessadas sejam envolvidas como parte do processo de avaliação do local da mina. As auditorias são anunciadas pelo IRMA e pelos organismos de certificação, e, antes da auditoria in loco, há um alcance adicional realizado pelos organismos de certificação.

2.3.1. Comentários/Consultas Escritas

As partes interessadas foram notificadas sobre a auditoria em junho de 2025, mais de 30 dias antes da data da auditoria. Consultas e feedbacks foram recebidos principalmente de indivíduos residentes em comunidades afetadas pela mina e de ONGs locais, em sua maioria organizações ambientais. Todos os entrevistados participaram presencialmente ou de forma virtual, conforme sua preferência. Nenhum feedback foi obtido de partes interessadas que optaram por não participar, apesar dos esforços de alcance.

O alcance foi realizado por meio de múltiplos canais de comunicação, incluindo a página de feedback do site da SCS, WhatsApp, cartazes colocados em centros comunitários nas áreas afetadas e através dos mecanismos de engajamento da empresa.

A equipe de auditoria também realizou contato direto com uma ampla gama de partes interessadas institucionais e da sociedade civil em diversos níveis. Isso incluiu órgãos governamentais e ONGs em nível nacional; entidades regionais, como o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, pesquisadores universitários e institutos e fundações estaduais

sociais e ambientais; e organizações locais, incluindo defesa civil, o Grupo Consultivo Técnico Independente, ONGs locais e agências de saúde.

2.3.2. Pessoal da Mina

Os seguintes indivíduos foram entrevistados como especialistas em um ou mais tópicos relevantes para o padrão IRMA. Os cargos listados correspondiam às funções ocupadas na época da auditoria.

Gerente Executivo de Operações da Mina	Engenheiro Ambiental (2)
Gerente de Integração e Sustentabilidade	Geotécnico Sênior
Analista Sênior de Desempenho Social	Consultor Geotécnico
Analista Sênior de Relacionamento com a Comunidade	Geotécnico (3)
Analista de Desempenho Social	Engenheiro de Emergência Sênior
Coordenador de Desempenho Social	Coordenador de Emergência
Relacionamento com a Comunidade (2)	Analista de Segurança Corporativa
especialista em Reassentamento	Coordenador de Compliance e Integridade Empresarial
Engenheiro Ambiental Sênior	Especialista em Controle Operacional

2.3.3. Trabalhadores/Contratados

Entrevistas no local foram realizadas de 7 a 10 de julho de 2025, com funcionários permanentes e contratados. As entrevistas envolveram um total de 65 trabalhadores e contratados, por meio de entrevistas individuais e em pequenos grupos. Dos 65 entrevistados, 33 eram funcionários (5 mulheres e 28 homens) e 32 eram contratados (11 mulheres e 21 homens). Os participantes representaram uma amostra diversificada de trabalhadores, variando em funções, gênero, idade, tempo de serviço e tipo de responsabilidades de trabalho nas principais áreas operacionais da mina. Representantes sindicais dos trabalhadores também foram incluídos.

Os entrevistados representaram múltiplos departamentos e foram selecionados para garantir diversidade em idade, gênero, experiência, grupos de trabalho, turnos e responsabilidades, incluindo áreas operacionais, administrativas, de saúde e segurança do trabalhador e segurança. Os tópicos discutidos incluíram condições de trabalho, com foco em mulheres e grupos vulneráveis, mecanismos de reclamação, liberdade de associação, saúde e segurança, entre outros.

As entrevistas foram realizadas em diversos locais no local, como salas de conferência, escritórios, áreas operacionais, planta industrial, armazém, áreas de manutenção, estação de tratamento de água, estação de tratamento de efluentes, guarita de segurança, clínica ambulatorial e áreas externas, garantindo tanto a segurança quanto a privacidade dos trabalhadores. É importante destacar que as entrevistas com trabalhadores foram conduzidas sem a presença da gestão da empresa. Funcionários de supervisão foram entrevistados individualmente, mas não participaram de sessões em grupo para evitar influenciar as respostas dos empregados.

Tipo de Entrevista	Número total de participantes
Entrevista em grupo, trabalhadores	Grupo A: 3 (3 homens) Grupo B: 2 (2 homens) Grupo C: 2 (2 homens) Grupo D: 3 (3 homens) Grupo E: 4 (4 homens) Grupo F: 3 (3 homens) Grupo G: 4 (4 homens) Grupo H: 3 (3 homens) Grupo I: 2 (2 mulheres)
Entrevista em grupo, contratados	Grupo J: 2 (2 homens) Grupo K: 2 (2 homens) Grupo L: 2 (2 homens) Grupo M: 2 (2 homens) Grupo N: 4 (4 homens) Grupo O: 4 (4 mulheres) Grupo P: 2 (2 homens) Grupo Q: 2 (1 homem, 1 mulher) Grupo R: 2 (2 mulheres) Grupo S: 2 (2 homens)
Entrevista individual, trabalhador	7 (4 homens, 3 mulheres)
Entrevista individual, contratado	8 (4 homens, 4 mulheres)

2.3.4. Órgãos Governamentais

Entrevistas online foram realizadas com as seguintes instituições do setor público durante julho de 2025.

Instituição Governamental	Localização	Número Total de Participantes
Defesa Civil de Conceição do Mato Dentro	online	1 homem
Defesa Civil de Alvorada de Minas	online	1 homem

2.3.5. Comunidades Participantes e ONGs

Entrevistas foram realizadas com partes interessadas externas da comunidade de junho a julho de 2025, incluindo quatro reuniões online. As entrevistas com a comunidade envolveram um total de 23 entrevistados, sendo 11 homens e 12 mulheres, e incluíram uma amostra diversificada de membros, incluindo homens, mulheres, idosos e grupos vulneráveis sempre que possível; bem como líderes comunitários-chave, organizações da sociedade civil e outras partes interessadas.

Para garantir a confidencialidade, os entrevistados foram informados sobre as medidas adotadas para proteger a confidencialidade de suas identidades e comentários. Todos os

dados das entrevistas foram anonimizados, e o acesso às informações foi restrito à equipe de auditoria, garantindo que nenhum dado pessoal ou sensível pudesse ser vinculado a indivíduos específicos.

Nome da Comunidade	Local da Reunião	Número Total de Participantes
Itapanhoacanga	Online	1 mulher
Conceição do Mato Dentro	Online	1 homem
Alvorada de Minas	Online	1 homem
Jardim Bouganville	Residência da parte interessada	2 (1 homem, 1 mulher)
Conceição do Mato Dentro	Residência da parte interessada	1 mulher
Beco, líder comunitário local	Residência da parte interessada	1 homem
São José da Ilha, líder comunitário local	Residência da parte interessada	1 homem
São José da Ilha	Clínica médica pública	1 mulher
Dom Joaquim – ONG Rio do Peixe	Cafeteria local	1 mulher
Buraco – ONG Quilombo Vivo	Escritório do NACAB	1 mulher
Passa Sete	Residência da parte interessada	4 (2 mulheres, 2 homens)
São José do Jassém, líderes comunitários	Escritório do NACAB	6 (4 mulheres, 2 homens)
Independent Technical Advisory Grupo (NACAB)	Online	2 homens

2.4. Resumo das Instalações da Mina Visitadas

As seguintes áreas foram visitadas ou observadas durante a visita no local:

Áreas Operacionais	- Infraestrutura de extração e processamento: extração de minério de ferro a céu aberto; instalações de britagem, peneiramento e processamento; sistemas de correias transportadoras; planta de prensagem, concentração e reagentes; moinho de bolas vertical; flotação mecânica; e tanque de armazenamento de polpa. - Gestão de resíduos e rejeitos: pilhas de resíduos e rejeitos; aterro sanitário, áreas de reciclagem, áreas de disposição de estéril, estruturas de contenção de rejeitos (barragem, diques e lagoas); diques de controle de sedimentos e água; e áreas de disposição de materiais excedentes. - Sistemas de água e efluentes: sistema de captação e fornecimento de água (incluindo novas infraestruturas); estação de bombeamento no Rio Peixe e duto, poços de extração de água subterrânea, estação de tratamento de água; estações de tratamento de efluentes; sistemas de descarga e tratamento na barragem e diques da TSF. - energia, combustíveis e manuseio de explosivos: áreas de manuseio e armazenamento de combustíveis. - infraestrutura de apoio e auxiliar: estação de bombeamento de polpa de minério de ferro (antes da polpa entrar no duto); instalações de manutenção de veículos e equipamentos; armazém; guarita de segurança e portaria; vestiários; clínica ambulatorial; laboratório; edifícios operacionais; e salas de controle.
Áreas Não Operacionais Visitadas	Estação de Pesquisa, infraestrutura de preparação e resposta a emergências (sirenes)
Comunidades Circundantes	Comunidades visitadas incluem: Conceição do Mato Dentro (incluindo o bairro reassentado Jardim Bouganville), Beco, São José da Ilha, Passa Sete, Dom Joaquim e São José do Jassém.

3. Resumo dos Itens de Escopo Geral

Informações gerais sobre o desempenho contínuo do local são resumidas nesta seção. Informações resumidas relacionadas a capítulos específicos são fornecidas na Seção 4.0.

A avaliação de vigilância concluiu que o local continua a manter os sistemas básicos identificados na auditoria inicial, com alguns sendo expandidos, como o desenvolvimento de um Plano Adaptativo de Gestão da Água e o sistema de acompanhamento de conformidade legal. Embora não tenham sido identificados eventos de não conformidade material ou incidentes graves, algumas lacunas permanecem, particularmente em relação ao processo de consulta e engajamento das partes interessadas. Essas áreas exigirão atenção contínua em auditorias futuras para garantir a manutenção do nível de desempenho previamente atribuído.

3.1. Status Operacional Geral

3.1.1. Resultado Geral do Monitoramento de Conformidade/Auditorias

A empresa monitora a conformidade legal e regulatória por meio do sistema de gestão qualifica, que acompanha a legislação aplicável, autorizações e licenças, e emite lembretes aos responsáveis. O sistema gera relatórios periódicos de conformidade, como o Relatório de Avaliação de Requisitos Legais 2025, que classifica as obrigações como conformes, não conformes ou não avaliadas. A maioria das obrigações foi registrada como conforme, com ações corretivas em andamento para aquelas identificadas como não conformes.

Segundo a administração da empresa, o sistema de acompanhamento de conformidade também passa por auditorias periódicas no local, sendo a mais recente concluída em julho de 2022. Para 2025, uma auditoria de acompanhamento está atualmente em andamento e ainda não foi finalizada.

3.1.2. Inspeções Regulamentares, Violações e Ações de Fiscalização

Não foram identificados documentos ou registros indicando a ocorrência de inspeções regulamentares, violações ou ações de fiscalização nos últimos anos. A ausência dessas informações foi consistente em todos os documentos revisados e também foi confirmada por meio de entrevistas com partes interessadas relevantes, que não relataram inspeções ou ações de fiscalização recentes relacionadas à operação.

3.1.3. Processos Judiciais e Outras Ações Legais Externas Não Regulamentares

A auditoria não identificou documentação ou registros que indicassem a existência de processos judiciais ou outros procedimentos legais externos não regulamentares envolvendo a empresa. As informações revisadas, juntamente com as discussões realizadas com partes interessadas relevantes, indicaram de forma consistente que nenhum desses casos está atualmente em andamento.

3.1.4. Resumo de Eventos Principais, Incidentes de Saúde e Segurança e Registros de Desempenho

O local forneceu evidências indicando que, desde 2022, não ocorreram fatalidades, grandes interrupções operacionais ou greves laborais. Entrevistas realizadas com partes interessadas corroboraram a ausência desses eventos. A empresa estabeleceu múltiplas medidas para proteger a saúde e a segurança dos trabalhadores, incluindo procedimentos para identificação de riscos, gestão de EPIs, resposta a emergências e atendimento médico, que foram geralmente observados como implementados na prática. Algumas oportunidades de melhoria foram identificadas, como conhecimento limitado dos trabalhadores sobre determinados documentos de saúde e segurança ocupacional; no entanto, nenhum incidente grave foi registrado durante o período da auditoria.

Além do desempenho em saúde e segurança, a auditoria também revisou eventos ambientais recentes que poderiam ter implicações potenciais para a saúde de trabalhadores e comunidades, particularmente aqueles relacionados à qualidade da água e à hidrologia do local. Segundo entrevistas com a gestão, os resultados de sólidos suspensos normalmente ficam abaixo de 10 mg/L, comparados ao limite regulamentar de 100 mg/L, pois a turbidez no local está associada a partículas coloidais. Evidências revisadas e entrevistas indicam que, em janeiro e fevereiro de 2024, precipitações elevadas exigiram descargas pelos vertedouros da barragem e diques da TSF para manter os reservatórios em níveis seguros. Esse período de descargas intencionais pelos vertedouros resultou em concentrações elevadas de ferro (Fe), manganês (Mn) e sólidos suspensos (turbidez acima de 200 NTU), coloração por óxido de ferro em rochas no leito do rio imediatamente a jusante da barragem e alguns diques da TSF, e aumento do transporte de sedimentos nos canais a jusante. As informações revisadas indicam maior mobilização e transporte de sedimentos durante esse período, mas não há evidências de deposição de sedimentos a jusante.

A equipe da mina relatou que, durante esse período de chuvas intensas, houve aumento regional no fluxo de águas superficiais e transporte de sedimentos em córregos não associados à mina, o que pode ter contribuído para o aumento do transporte de sedimentos no Rio Peixe. O fluxo excedente e os níveis elevados de Fe, Mn e sólidos suspensos foram reduzidos em março de 2024. Esse período de altos fluxos e impactos associados à qualidade da água foi registrado no sistema de reporte de incidentes do local, que desencadeou ações corretivas (por exemplo, melhorias nos sistemas de floculação).

Embora o incidente não tenha resultado em impactos ambientais de longo prazo (a qualidade da água retornou às condições de referência), ele pode ser classificado como um evento ambiental significativo, dado o excedente temporário da qualidade da água e os potenciais implicações para usuários a jusante. Ao mesmo tempo, consistente com a matriz de risco da empresa, o evento foi classificado como Nível 2 – Baixo/Menor, refletindo que as condições observadas são típicas de cursos d'água regionais durante a estação chuvosa e não causaram impactos duradouros.

3.2. Considerações das Partes Interessadas

3.2.1. Feedback/Reclamações de Partes Interessadas Recebidos pelo Local desde a Auditoria Anterior

A empresa mantém um Registro de Reclamações (2022–2025) que documenta todas as interações com membros da comunidade, incluindo consultas, reclamações e queixas formais. O registro classifica as reclamações por categoria, unidade de negócio (Corporate, IOB e Nickel), status de resolução (prazo estendido, não resolvido, resolvido), canais de

comunicação utilizados, principais reclamações e tendências históricas, principais contratados mencionados, comunidades-chave que apresentaram reclamações e estatísticas de casos não resolvidos por diretoria de negócios.

Os registros indicam que foram registradas 1.427 interações em 2022, 1.460 em 2023, 1.915 em 2024 e 435 entre janeiro e abril de 2025. Um resumo das reclamações submetidas à empresa durante esse período indica que as principais preocupações estavam relacionadas à manutenção de casas, negociações de propriedades e recursos hídricos.

As reclamações marcadas como encerradas no registro indicam que a empresa dissemina informações relevantes às partes interessadas utilizando uma variedade de formatos de engajamento culturalmente apropriados, acessíveis e oportunos. Esses formatos incluem Grupos de Diálogo, interações presenciais, telefonemas, reuniões de boas-vindas, Grupos de WhatsApp, plataforma Anglo American – Minas Rio Community, mensagens virtuais, visitas à mina, sessões de monitoramento ambiental, eventos Extra Dialogue, podcasts, revista Diálogo, rádio comunitária e canal Contact Us. Todas as reclamações recebem um número de protocolo de registro, fornecido ao reclamante para permitir o acompanhamento do caso.

Os Relatórios de Atividades do Programa de Comunicação Social para 2023 e 2024 (Anglo American, março de 2024 e março de 2025, respectivamente), bem como a Lista de Treinamento Contact Us 2023 (sem data) e as Evidências de Treinamento Contact Us 2023, indicam que a empresa oferece treinamentos periódicos de integração para funcionários e contratados, abordando os valores da empresa e princípios fundamentais de gestão de segurança, ambientais e sociais. Em 2024, um total de 11.234 trabalhadores foi treinado (516 funcionários e 10.716 contratados).

Apesar da existência de um sistema estruturado de gestão de reclamações e de canais de comunicação extensivos, entrevistas com uma amostra de partes interessadas, incluindo trabalhadores, contratados e membros da comunidade, indicaram níveis variados de satisfação com sua implementação. Alguns entrevistados, principalmente membros da comunidade, citaram respostas inadequadas, baixa confiança no mecanismo e atrasos na resolução dos casos, indicando lacunas entre o desenho do sistema e sua efetividade percebida.

3.2.2. Feedback/Reclamações de Partes Interessadas Recebidos pelos Auditores ou IRMA desde a Auditoria Anterior

Nenhum feedback ou reclamação de partes interessadas foi recebido pelos auditores desde a auditoria anterior.

3.3. Resumo das Mudanças Operacionais ou Administrativas Relevantes no Sítio Minerário Desde a Auditoria Anterior

Desde a auditoria anterior, a mudança operacional mais significativa foi a construção de novas instalações de processamento para filtrar rejeitos e depositá-los em uma área de armazenamento de rejeitos em pilha seca. Além disso, a empresa avançou no planejamento inicial do projeto Serra Serpentina, embora ainda não tenha entrado na fase de licenciamento. Nenhuma mudança administrativa relevante, como alterações de propriedade, gestão ou reestruturação corporativa, foi identificada durante esta auditoria de vigilância.

3.4. Questões Específicas do Sítio Minerário Identificadas para Revisão de Acompanhamento na Auditoria Anterior

Nenhuma questão específica do sítio minerário foi identificada para revisão de acompanhamento na auditoria anterior.

3.5. Progresso nas Ações Corretivas Anteriores

Desde a última auditoria, a empresa avançou na implementação das ações corretivas em requisitos críticos, sendo que alguns ainda demandam tempo adicional para completa adaptação, especialmente em reassentamento e gestão de rejeitos de mina. Foram observadas melhorias nos requisitos críticos 1.4.1.1, 2.6.2.6, 3.1.2.1 e 3.3.1.1, demonstrando avanços nos mecanismos de reclamações e queixas, planejamento de recuperação e fechamento, organizações e acordos de trabalhadores, e na identificação e monitoramento de riscos e impactos de saúde e segurança.

Requisito #	1.2.2.2, Processo de Engajamento
Requisito	A empresa operadora deve promover um diálogo bidirecional e um engajamento significativo com as partes interessadas, por meio de: a. Fornecimento de informações relevantes às partes interessadas de forma oportuna; b. Inclusão da participação da gestão do sítio minerário e de especialistas no assunto ao tratar de preocupações de relevância para as partes interessadas; c. Engajamento de maneira respeitosa, livre de manipulação, interferência, coerção ou intimidação; d. Solicitação de feedback das partes interessadas sobre questões que lhes sejam relevantes; e e. Fornecimento às partes interessadas de retorno sobre como a empresa considerou suas contribuições..
Crítico	Sim
Classificação do relatório anterior	Atende Substancialmente
Justificativa do relatório anterior	As evidências incluem cópias de 47 atas de reunião, da Ata nº 42 (fevereiro de 2017) à Ata nº 95 (dezembro de 2021) do Comitê de Convivência, e um Relatório do Programa de Monitoramento de Aspectos Socioeconômicos (março de 2022), indicando que a empresa mantém um diálogo aberto com as partes interessadas, incluindo: a. Fornecimento de informações relevantes de forma oportuna; e b. Participação da gestão do sítio minerário e de especialistas no assunto nas reuniões com as partes interessadas; e c. Engajamento de maneira respeitosa e livre de manipulação. Evidências complementares indicam que a empresa: d. Solicita feedback das partes interessadas por meio de pesquisas anuais realizadas com stakeholders como parte do Programa de Monitoramento de Aspectos Socioeconômicos (2022) e formulários de feedback sobre as reuniões da empresa (Atas de Reuniões Presenciais, 2022); e e. Fornece retorno às partes interessadas sobre como suas contribuições foram consideradas, como em relatórios públicos sobre o adiamento de detonações e sobre a instalação de sistemas de tratamento de água, enviados pela empresa às partes interessadas em resposta às suas solicitações (Relatório sobre Cancelamento de Detonação, 2022, e Relatório sobre Sistemas de Tratamento de Água, 2023).

	Entrevistas serão necessárias durante a auditoria de vigilância (comunidade) para confirmar que a empresa solicita feedback sobre questões relevantes para os stakeholders comunitários e fornece retorno sobre como suas contribuições são consideradas.
Ação(ões) Corretiva(s) Planejada(s) do Relatório Anterior	Os auditores devem entrevistar as partes interessadas durante a auditoria de vigilância.
Comentários sobre o Progresso	A empresa atualizou o Programa de Convivência (Anglo American, versão mais recente maio de 2025), o Plano de Engajamento com Stakeholders - Unidade de Negócios Minério de Ferro Brasil S/A, a Relações com a Comunidade (Anglo American, versão mais recente outubro de 2024), bem como manuais e procedimentos, incluindo o Anglo American Social Way - Seção 3A Stakeholder Engagement Toolkit (Anglo American, setembro de 2022), que, combinados com atas de reuniões e interações com stakeholders (2023 - 2025), que fazem parte do Programa de Convivência, fornecem informações que confirmam que a empresa desenvolveu um processo de diálogo bidirecional e engajamento significativo, conforme detalhado abaixo: a. Fornecimento de informações relevantes de forma oportuna: detalhes relevantes são compartilhados com stakeholders por meio de diversas estratégias de engajamento, incluindo Grupos de diálogo, interações presenciais, chamadas telefônicas, reuniões de boas-vindas, Grupos de WhatsApp e a Anglo American – Minas Rio Community, mensagens virtuais, visitas à mina, sessões de monitoramento ambiental, fóruns Extra Dialogue, podcasts, revista Diálogo, programas de rádio e a plataforma Contate-Nos (ou seja, 34 das 435 reclamações registradas de janeiro a março de 2025 foram marcadas como encerradas até o final de abril), conforme documentado no registro de interações com membros da comunidade (Grievance Register 2021 - 2025) e indicado por uma amostra de stakeholders entrevistados. A newsletter Diálogo Extra – Comunidades (junho de 2024) forneceu informações à comunidade de Gondó sobre os resultados da qualidade da água dos sistemas operados pela empresa. b. Participação do pessoal da empresa e especialistas no assunto no engajamento: demonstrado pelas atividades de engajamento conduzidas pela equipe de Relações com a Comunidade, que inclui um coordenador e 14 analistas atuando em territórios definidos (ou seja, a ata da reunião de 27 de fevereiro de 2025 documenta uma sessão na comunidade de Topôroco, Alvorada de Minas, envolvendo dois analistas de relações comunitárias, um coordenador, um analista ambiental, nove representantes da comunidade, três representantes do Corpo Técnico Consultivo Independente e um agente público para discutir resultados do monitoramento da qualidade da água), também indicado por uma amostra de stakeholders entrevistados. c. Engajamento de maneira respeitosa e livre de manipulação, interferência, coerção ou intimidação: o Anglo American Social Way Toolkit detalha o compromisso da empresa com um engajamento respeitoso e inclusivo, enfatizando que o engajamento com stakeholders afetados deve ser aberto, significativo e livre de manipulação, coerção ou intimidação, com atenção especial à inclusão de Grupos vulneráveis e marginalizados. d. Solicitação de feedback dos stakeholders sobre questões relevantes: demonstrado pelo feedback solicitado por meio de pesquisas de satisfação, como a São José Arrudas Satisfaction Survey (Anglo American, julho de 2024) e a Jassém Satisfaction Survey (Anglo American, junho de 2023), bem como pelo registro contínuo de reclamações e atividades de engajamento documentadas no Grievance Register (2021–2025), também indicado por uma amostra de stakeholders entrevistados. e. Fornecimento de retorno aos stakeholders sobre como suas contribuições foram consideradas: demonstrado em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2025, na comunidade de Topôroco, na qual a empresa apresentou resultados do monitoramento da água em resposta a uma preocupação previamente

levantada pelos membros da comunidade. Durante a mesma reunião, novos feedbacks foram solicitados e novas demandas comunitárias relacionadas ao monitoramento da qualidade da água foram registradas.

Embora as evidências confirmem que a empresa tenha se esforçado para fortalecer seus processos de engajamento, o feedback dos stakeholders sobre a efetividade dessas ações foi misto. Alguns entrevistados reconheceram melhorias, enquanto outros expressaram insatisfação, especialmente em relação a:

c. Engajamento durante processos de reassentamento voluntário e involuntário de maneira livre de interferência e coerção: alguns stakeholders comunitários relataram que a comunicação relacionada ao planejamento e implementação do reassentamento, incluindo para domicílios localizados na zona de autossalvamento da barragem de rejeitos e aqueles envolvidos em processos de reassentamento voluntário, nem sempre foi percebida como aberta ou inclusiva, havendo percepção de pressão para aceitar os termos e condições propostos, limitando o espaço para negociação ou diálogo.

e. Fornecimento de feedback sobre como as contribuições dos stakeholders foram consideradas: alguns stakeholders observaram que, em relação a determinadas Notas Técnicas emitidas pelo Corpo Técnico Consultivo Independente, a empresa forneceu reconhecimento formal do recebimento, mas não apresentou informações suficientes sobre como as recomendações influenciaram procedimentos da empresa ou medidas de mitigação relacionadas.

Requisito #	1.4.1.1, Acesso ao Mecanismo de Reclamações e Queixas em Nível Operacional
Requisito	A empresa operadora deve garantir que as partes interessadas, incluindo membros da comunidade afetada e titulares de direitos (doravante referidos coletivamente como “partes interessadas”), tenham acesso a um mecanismo em nível operacional que lhes permita registrar e buscar a resolução ou reparação de uma variedade de reclamações e queixas que possam ocorrer em relação à empresa e às suas atividades relacionadas à mineração.
Crítico	Sim
Classificação do relatório anterior	Atende Substancialmente
Justificativa do relatório anterior	As evidências, incluindo registros do sistema de reclamações Fale Conosco (2021), anúncios de rádio (2019), Programa de Convivência (2017 a 2021) e uma Pesquisa de Satisfação (2021), indicam que as partes interessadas, incluindo membros da comunidade afetada e titulares de direitos, têm acesso a um mecanismo de reclamação em nível operacional. As evidências não incluem atas de reunião ou um guia para aplicação da ferramenta de reclamação em nível operacional Fale Conosco (Contact Us). Entrevistas com uma amostra de stakeholders indicam que os membros da comunidade reconhecem os métodos de comunicação para contatar a mina, mas que as respostas nem sempre são satisfatórias.
Ação(ões) Corretiva(s) Planejada(s) do Relatório Anterior	Apresentar os mecanismos de divulgação do canal de reclamações da empresa, incluindo atas das reuniões do Comitê de Convivência, anúncios de rádio, revista Diálogo, entre outros. Reforçar o procedimento operacional do Fale Conosco e suas atualizações, além de apresentar os resultados da pesquisa de satisfação do mecanismo.
Comentários sobre o Progresso	As evidências analisadas incluem o Procedimento do Sistema Fale Conosco (Anglo American, Versão 04, setembro de 2022), que se aplica tanto a stakeholders externos, como membros da comunidade, quanto a stakeholders internos, incluindo trabalhadores e contratados. O procedimento define os fluxos de processo e responsabilidades para receber, registrar, encaminhar,

	avaliar, resolver e responder às reclamações submetidas por meio do sistema Fale Conosco. Este sistema constitui a plataforma de gestão de reclamações da empresa para stakeholders, especialmente para trabalhadores, contratados e comunidades localizadas próximas às áreas operacionais. As partes interessadas podem registrar reclamações via telefone (linha gratuita), e-mail, formulário online, interações presenciais, redes sociais, imprensa, mensagens de texto ou mensagens de WhatsApp enviadas a funcionários. As evidências indicam que a empresa implementou um sistema operacional para registrar, acompanhar, resolver, responder e encerrar reclamações e queixas de stakeholders, incluindo funcionários e membros da comunidade. Uma amostra de stakeholders das comunidades, incluindo aquelas em áreas potencialmente afetadas, bem como trabalhadores, tanto empregados quanto contratados, foi entrevistada e indicou conhecimento do mecanismo de reclamação, incluindo entendimento de como registrar uma queixa e a opção de fazê-lo de forma anônima, se desejado.
--	--

Requisito #	2.5.1.1, Plano de Resposta a Emergências
Requisito	Todas as operações relacionadas ao projeto minerário devem possuir um plano de resposta a emergências em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Awareness and Preparedness for Emergencies at the Local Level (APELL) para Mineração.
Crítico	Sim
Classificação do relatório anterior	Atende Substancialmente
Justificativa do relatório anterior	A empresa forneceu planos de resposta a emergências para a instalação da barragem de rejeitos (Plano de Emergência para a Barragem de Rejeitos, 2019) e para as instalações de processamento (Plano de Emergência para a área de Conceição de Mato Dentro, 2021). Os planos de emergência estão alinhados com todas as diretrizes estabelecidas na metodologia APELL. Durante a visita ao sítio minerário, o pessoal demonstrou estar preparado para outras emergências, embora não tenha sido fornecida evidência documental (procedimento escrito). As evidências não incluíram planos de emergência para todas as operações relacionadas ao projeto minerário.
Ação(ões) Corretiva(s) Planejada(s) do Relatório Anterior	Compartilhar o procedimento de resposta a emergências e o plano de resposta a emergências para todas as operações da Minas-Rio.
Comentários sobre o Progresso	As evidências analisadas incluem: -Procedimento do Plano de Resposta a Emergências para a Mina, Usina, Barragem EB-01 e Outras Instalações de Apoio (Anglo American, dezembro de 2024); -Procedimento do Plano de Resposta a Emergências para a Barragem de Rejeitos – Mina Serra do Sapo (Anglo American e WSP, março de 2025); -Procedimento do Plano de Resposta a Emergências para os quatro diques de contenção de sedimentos (nº 2, 3, 4 e 5) (Anglo American, 2025); -Procedimento para Elaboração do Plano de Resposta a Emergências (Anglo American, janeiro de 2023); e -Relatórios documentando a avaliação de simulações de emergência para a barragem de rejeitos (H&P, 12 de abril de 2025).

As evidências indicam que a empresa desenvolveu planos de resposta a emergências alinhados às diretrizes do United Nations Environment Programme Awareness and Preparedness for Emergencies at the Local Level (APELL) para Mineração. Os planos incluem informações de contato de organizações de resgate (por exemplo, corpo de bombeiros municipal, igrejas, escolas, hospitais, estabelecimentos comerciais), bem como procedimentos de comunicação em crise. Evidências complementares revisadas incluem registros de reuniões anuais com stakeholders (Anglo American e H&P, 2024 e 2025), que indicam que seminários de orientação envolvendo comunidades localizadas nas zonas de autossalvamento e de resgate secundário, autoridades municipais, defesa civil e outras partes relevantes são realizados anualmente. Os documentos seguem a legislação brasileira, que exige que os procedimentos sejam mantidos separadamente para diferentes instalações (barragens, diques e outras infraestruturas).

De acordo com entrevistas com funcionários-chave, apoiadas por revisão de um banco de dados realizada durante a auditoria no local, avaliações de vulnerabilidade de membros da comunidade potencialmente afetados (considerando idade, mobilidade, composição familiar e acesso à comunicação), incluindo aqueles localizados na zona de segurança secundária da barragem conforme definido pela legislação brasileira, também estão documentadas e são fornecidas à defesa civil. Isso foi confirmado em entrevistas com equipes de defesa civil. Registros da revisão e atualização mais recentes dos planos confirmam revisões periódicas em conformidade com as diretrizes APELL.

A documentação de treinamentos e simulações realizados em 4 de maio de 2024 e 12 de abril de 2025 mostra a participação de trabalhadores e contratados envolvidos em cenários de emergência da barragem de rejeitos, agências de emergência locais e comunidades, incluindo aquelas na zona de segurança secundária.

Entrevistas com uma amostra de membros da comunidade, trabalhadores, contratados, gestores da empresa, pessoal de resposta a emergências e equipes de defesa civil confirmam a cooperação da empresa com comunidades locais e órgãos governamentais em seus esforços de preparação e resposta a emergências. Isso inclui entrevistas com uma amostra de membros da comunidade potencialmente afetados a jusante, que demonstraram familiaridade com os planos e procedimentos de emergência da empresa, incluindo sinalização de rotas de fuga e pontos de encontro designados. As evidências, apoiadas por entrevistas com trabalhadores e contratados, indicam que a simulação de emergência mais recente não incluiu a participação de uma amostra representativa de trabalhadores, o que pode limitar a capacidade geral da força de trabalho de responder de forma eficaz em uma emergência real.

Requisito #	2.5.2.1, Consulta com a Comunidade e os Trabalhadores
Requisito	O plano de resposta a emergências deve ser desenvolvido em consulta com as comunidades potencialmente afetadas e com os trabalhadores e/ou seus representantes, e a empresa operadora deve incorporar suas contribuições no plano de resposta a emergências, incluindo sua participação em exercícios de planejamento de resposta a emergências.
Crítico	Sim
Classificação do relatório anterior	Atende Substancialmente

Justificativa do relatório anterior	A empresa forneceu como evidência diversos documentos, incluindo o 3º Exercício de Simulação – Situação Potencial de Falha da Barragem de Rejeitos (outubro de 2020), o Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração (PAEBM) (2019), um fluxograma de notificação de emergências e a lista de presença de simulação de emergência interna (2021), detalhando cenários de emergência (por exemplo, para um incidente em barragem de rejeitos) com a participação de stakeholders comunitários-chave, órgãos governamentais e trabalhadores. As atividades de engajamento com stakeholders resultaram em recomendações, como aumento da sinalização comunitária, pontos de encontro alternativos e pontos de encontro numerados. As evidências também indicam que a taxa de participação de algumas comunidades é baixa e que ações adicionais de divulgação são recomendadas. A equipe de auditoria confirmará durante a auditoria de vigilância, por meio de entrevistas com as partes interessadas se as recomendações foram consideradas nas atualizações do plano.
Ação(ões) Corretiva(s) Planejada(s) do Relatório Anterior	O teste de funcionalidade está sendo realizado conforme o cronograma. O relatório deve apresentar a aderência da sinalização ao projeto e quaisquer melhorias identificadas a serem incorporadas ao processo. A promoção da participação das partes interessadas continua, com avanços observados em 2022, quando houve participação significativa de partes interessadas externas e de membros da defesa civil.
Comentários sobre o Progresso	As evidências analisadas incluem o Procedimento para Elaboração do Plano de Resposta a Emergências (Anglo American, janeiro de 2023), que na Seção 5 afirma que o desenvolvimento do plano envolveu membros da equipe multidisciplinar da Minas-Rio. Evidências de apoio incluem relatórios de avaliação de simulações (Anglo American e H&P, 2023-2025), uma nota metodológica de 2024 sobre a medição do som da sirene e registros de presença de 2023-2025, que indicam a implementação de medidas para mobilizar partes interessadas potencialmente afetadas, incluindo convites porta a porta, cartazes e banners. Os quatro Procedimentos do Plano de Resposta a Emergências para o sítio (Anglo American, atualizados entre 2024 e 2025) indicam que a empresa identificou as zonas de autossalvamento e de segurança secundária da barragem de rejeitos, comunidades afetadas, pontos de encontro, pontos de reunião e rotas de fuga para apoiar o planejamento de evacuação. Simulações externas foram conduzidas em conjunto pela empresa e pelo consultor independente H&P, com participação de empregados, alguns moradores na zona de influência da barragem, órgãos públicos (Defesa Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Guarda Municipal) e outros contratados da mina. Os registros incluem rotas de fuga, número de participantes e comparações entre os tempos estimados de chegada da onda de rejeitos e os tempos de chegada dos participantes nos pontos de encontro. A nota metodológica de 2024 indica que os níveis de som da sirene foram medidos em quatro (4) locais na zona de autossalvamento. Um relatório de avaliação de simulação (Anglo American e H&P, 2024) registra 206 participantes no total, dos quais 21 eram membros da comunidade. Três (3) relatórios de avaliação de simulações internas (Anglo American, 2025) indicam que as simulações são conduzidas por áreas específicas, e não em todo o sítio. O volume da sirene foi relatado como baixo pelos participantes, e a empresa iniciou ações corretivas. Entrevistas com uma amostra de membros da comunidade afetada e trabalhadores indicaram que comunidades a jusante foram consultadas e representantes dos trabalhadores envolvidos no planejamento de emergência. Os entrevistados demonstraram conhecimento dos procedimentos de emergência e das funções do corpo de bombeiros, e relataram que suas contribuições foram incorporadas ao plano e aos exercícios de emergência. As evidências e entrevistas indicam que a empresa desenvolveu planos de preparação e resposta a emergências em colaboração com representantes dos trabalhadores, trabalhadores e alguns membros da comunidade

	potencialmente afetados, considerando suas contribuições. A empresa também incluiu a participação de algumas partes interessadas potencialmente afetadas e trabalhadores nos exercícios de simulação de emergência. As evidências não confirmam que todas as comunidades potencialmente afetadas, incluindo aquelas fora da zona de autossalvamento (por exemplo, Dom Joaquim), tenham sido consultadas durante o desenvolvimento do Plano de Resposta a Emergências de 2024 ou que suas contribuições tenham sido incorporadas. As entrevistas também confirmaram a falta de participação representativa da força de trabalho do sítio nas simulações de emergência.
--	---

Requisito #	2.6.2.6, Planejamento de Recuperação e Fechamento
Requisito	A versão mais recente do plano de recuperação e fechamento da mina, incluindo os resultados de todas as atualizações do plano, deve estar disponível publicamente ou acessível às partes interessadas mediante solicitação.
Crítico	Sim
Classificação do relatório anterior	Atende Substancialmente
Justificativa do relatório anterior	O Plano Preliminar de Fechamento de Mina (PMCP) (2019) está disponível no site da Anglo American. As evidências não indicam se o PMCP é disponibilizado às partes interessadas mediante solicitação.
Ação(ões) Corretiva(s) Planejada(s) do Relatório Anterior	O Plano de Fechamento da Mina está disponível no site (Plano de Fechamento da Mina Minas-Rio) https://brasil.angloamerican.com/pt-pt/sustainability/documentos-tecnicos-sobre-nossos-projetos Para solicitar o documento, é possível fazê-lo por meio dos canais de comunicação da Anglo American. O telefone é gratuito e funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 19h.
Comentários sobre o Progresso	O Plano de Fechamento da Mina mais recente (Anglo American, junho de 2021, 95 páginas) está disponível no site da Anglo American (link: https://brasil.angloamerican.com/pt-pt/sustentabilidade/documentos-tecnicos-sobre-nossos-projetos). Entrevistas com funcionários da empresa indicam que o Plano de Fechamento da Mina seria fornecido às partes interessadas mediante solicitação. Essa classificação foi elevada para atende integralmente na auditoria de vigilância.

Requisito #	3.1.2.1, Organizações e Acordos de Trabalhadores
Requisito	A empresa operadora deve respeitar os direitos dos trabalhadores à liberdade de associação e à negociação coletiva.
Crítico	Sim
Classificação do relatório anterior	Atende Substancialmente
Justificativa do relatório anterior	As evidências incluem o Código de Conduta (2020), o Acordo Coletivo de Trabalho entre a associação de trabalhadores e a empresa (2020) e políticas e procedimentos de recursos humanos. As evidências não indicam a implementação efetiva das políticas. Trabalhadores das associações não participaram das reuniões de abertura e encerramento, nem estavam presentes durante as entrevistas para confirmar a liberdade de associação relacionada à negociação coletiva.

	As entrevistas realizadas no local não incluíram representantes dos trabalhadores nem representantes da empresa, os quais serão entrevistados na auditoria de vigilância.
Ação(ões) Corretiva(s) Planejada(s) do Relatório Anterior	Demonstrar os mecanismos de implementação das políticas de recursos humanos. Fortalecer a garantia da liberdade de negociação para os trabalhadores associados, além de manter os convites para participação nos processos de auditoria. Apresentar os e-mails com o status das negociações enviados a todos os empregados.
Comentários sobre o Progresso	As evidências analisadas incluem o Código de Conduta da Anglo American (20 de abril de 2022), que reafirma o compromisso da empresa em respeitar os direitos trabalhistas reconhecidos internacionalmente. O Código reconhece explicitamente o direito dos trabalhadores à livre associação e à participação em negociações coletivas por meio de sindicatos ou outras organizações representativas. Também estabelece que contratados e fornecedores devem alinhar-se aos mesmos princípios delineados no Código de Conduta. Adicionalmente, uma ata da Assembleia do Acordo Coletivo de Trabalho 2024-2025 (Sindicato Metabase Itabira, 8 de novembro de 2024) indica que os trabalhadores diretos participaram do processo de votação para aprovação do Acordo Coletivo de Trabalho assinado pela Anglo American e representantes dos trabalhadores, posteriormente registrado pelo Ministério do Trabalho em 1º de setembro de 2024, com validade até 31 de agosto de 2025. Esse processo incluiu a apresentação de novas cláusulas e resultou em uma taxa de aprovação de 62,5% (Extra Connection: Aprovação do Acordo Coletivo de Trabalho 2024/2025 de Conceição do Mato Dentro, Anglo American, 8 de novembro de 2024). As evidências são reforçadas por entrevistas com uma amostra de trabalhadores, incluindo empregados e contratados, que indicam que a empresa respeita sua liberdade de associação e negociação coletiva, sem interferência ou retaliação. Essa classificação foi elevada para atende integralmente na auditoria de vigilância.

Requisito #	3.3.1.1, Identificação e Avaliação de Riscos e Impactos de Saúde e Segurança
Requisito	A empresa operadora deve realizar um exercício de escopo para identificar riscos e impactos potenciais significativos à saúde e segurança da comunidade decorrentes de atividades relacionadas à mineração. No mínimo, devem ser considerados as seguintes fontes de riscos e impactos potenciais à saúde e/ou segurança da comunidade: a. Operações gerais de mineração; b. Operação de equipamentos ou veículos relacionados à mina em vias públicas; c. Acidentes operacionais; d. Falha de elementos estruturais, como barragens de rejeitos, represas, depósitos de estéril (ver também IRMA Capítulo 4.1); e. Impactos da mineração sobre serviços ecossistêmicos prioritários (ver também IRMA Capítulo 4.6); f. Efeitos relacionados à mineração sobre a demografia da comunidade, incluindo migração de trabalhadores da mina e outros; g. Impactos da mineração na disponibilidade de serviços; h. Materiais e substâncias perigosas que possam ser liberados em decorrência de atividades relacionadas à mineração (ver também IRMA Capítulo 4.1); e i. Aumento da prevalência de doenças transmitidas pela água, relacionadas à água, transmitidas por vetores e doenças transmissíveis sexualmente (por

	exemplo, HIV/AIDS, tuberculose, malária, doença pelo vírus Ebola) que possam ocorrer como resultado do projeto de mineração.
Crítico	Sim
Classificação do relatório anterior	Atende Substancialmente
Justificativa do relatório anterior	A empresa realizou um exercício de escopo, conforme indicado em seus Estudos de Impacto Ambiental (EIAs) dos anos de 2007 e 2015, nos quais identificou riscos e impactos potenciais significativos à saúde e segurança da comunidade decorrentes de atividades relacionadas à mineração. As fontes de riscos e impactos potenciais à saúde e/ou segurança da comunidade incluíram: a. Operações gerais de mineração (Capítulo 6); b. Operação de equipamentos ou veículos relacionados à mina em vias públicas (p. 908); c. Acidentes operacionais (Capítulo 8.4); d. Falha de elementos estruturais, como barragens de rejeitos e instalações de armazenamento de estéril, identificadas no Memorando sobre Classificação de Consequências de Falha da Barragem de Rejeitos (maio de 2023) e no Plano de Controle de Solo (2020, Capítulo 6.2); mais detalhes sobre elementos estruturais podem ser encontrados no IRMA Capítulo 4.1; e. Impactos da mineração sobre serviços ecossistêmicos prioritários (Capítulo 6.3.2); mais detalhes sobre serviços ecossistêmicos podem ser encontrados no IRMA Capítulo 4.6; f. Efeitos relacionados à mineração sobre a demografia da comunidade, incluindo migração de trabalhadores da mina e outros (Capítulo 6.3.3); g. Impactos da mineração na disponibilidade de serviços (Capítulo 6.3.3); e h. Materiais e substâncias perigosas que possam ser liberados em decorrência de atividades relacionadas à mineração (Capítulo 6); mais detalhes sobre classificação química de resíduos e contaminantes relacionados à mineração podem ser encontrados no IRMA Capítulo 4.1. As evidências não incluem: i. Aumento da prevalência de doenças transmitidas pela água, relacionadas à água, transmitidas por vetores e doenças transmissíveis sexualmente (por exemplo, HIV/AIDS, tuberculose, malária, doença pelo vírus Ebola) que poderiam ocorrer como resultado do projeto de mineração. Entrevistas serão necessárias durante a auditoria de vigilância para confirmar que a mina consultou as comunidades sobre as questões (a) a (i) relacionadas a riscos potenciais à saúde ou segurança da comunidade.
Ação(ões) Corretiva(s) Planejada(s) do Relatório Anterior	Apresentar um estudo relacionado a doenças transmissíveis, compartilhado anualmente com a SUPRAM, em conformidade com as condições de licenciamento. Apresentar um estudo elaborado para a AASW 4C em 2022 (Health Impact Assessment Scope Definition Report). Verificar se ele será aprofundado em 2025.
Comentários sobre o Progresso	As evidências analisadas incluem entrevistas com pessoal-chave, bem como múltiplas avaliações realizadas para o projeto Minas-Rio e sua expansão, indicando que a empresa realizou um exercício de escopo para identificar riscos e impactos potenciais significativos à saúde e segurança da comunidade decorrentes de atividades relacionadas à mineração em todas as fases do projeto. Estes incluem: - Avaliação de Impacto Ambiental e Social inicial (ESIA) para o projeto Minas-Rio (Brandt Ambiente Ltda., 2007); - ESIA para a expansão da Mina do Sapo (Ferreira Rocha, 2015); - ESIA para a segunda elevação da barragem do sistema Minas-Rio (WSP, setembro de 2024);

- Metodologia e matriz de risco da Avaliação de Impacto e Risco Social e de Direitos Humanos (SHIRA) (Anglo American, 2023, 2024, 2025);
- Diversas Avaliações de Risco no Local de Trabalho (WRAC): sítio da mina, social, dutos e processamento de minério (Anglo American 2022–2023);
- Plano de Gestão de Biodiversidade (Anglo American, 2025);
- Anglo American Social Way – Seção 4C Community Health and Safety Management Toolkit (Anglo American, setembro de 2022), alinhado à IFC Performance Standard 4;
- Plano de Gestão Social Minas-Rio (Anglo American, 2024); e
- Ferramenta de Avaliação de Riscos de Impacto Social e de Direitos Humanos (SHIRA) (Anglo American, abril de 2025).

As evidências indicam que a empresa realiza exercícios de escopo regularmente e em resposta a expansões planejadas, a fim de identificar impactos potenciais à saúde e segurança da comunidade decorrentes das seguintes atividades relacionadas à mineração:

- Operações gerais de mineração, incluindo poeira, ruído, odor e vibrações de atividades de detonação, que podem causar colapso estrutural de edifícios devido às vibrações e danos a propriedades;
- Operação de equipamentos ou veículos relacionados à mineração em vias públicas, que podem causar colisões com outros usuários, danos a propriedades e impactos ambientais na comunidade (ruído, material particulado);
- Acidentes operacionais que podem causar incêndios, explosões ou contaminação por fontes potenciais, incluindo transporte de produtos perigosos (por exemplo, combustíveis, gasolina, diesel, soda cáustica, explosivos e líquidos pressurizados);
- Falha de elementos estruturais, como falha da barragem de rejeitos ou de outras estruturas, que pode afetar a saúde, segurança e meios de subsistência das pessoas, o meio ambiente, incluindo patrimônio cultural, propriedades, infraestrutura e serviços;
- Impactos da mineração sobre serviços ecossistêmicos prioritários, como água;
- Efeitos relacionados à mineração sobre a demografia da comunidade devido ao processo de reassentamento e à entrada de trabalhadores migrantes;
- Impactos da mineração na disponibilidade de serviços devido ao uso de recursos hídricos pela mina (percepção das partes interessadas sobre diminuição de volume, escassez e qualidade da água na região) e à migração de trabalhadores, que aumenta a pressão sobre a infraestrutura e serviços públicos;
- Materiais e substâncias perigosas, que podem causar impactos ambientais, como no solo e recursos hídricos, bem como impactos sociais na saúde da comunidade devido a vazamentos de contaminantes da barragem de rejeitos, planta de processamento e dutos; e
- Aumento da prevalência de doenças transmitidas pela água, relacionadas à água, transmitidas por vetores, bem como doenças transmissíveis e sexualmente transmissíveis (por exemplo, HIV/AIDS, tuberculose, malária e doença pelo vírus Ebola) que podem ocorrer em decorrência do projeto de mineração.

Esta classificação foi elevada para atende integralmente na auditoria de vigilância.

Requisito #	4.2.4.1, Monitoramento e Gestão Adaptativa
Requisito	A empresa operadora deve desenvolver e documentar um programa para monitorar alterações na quantidade e qualidade da água. Como parte do programa, a empresa operadora deve:

	a. Estabelecer um número suficiente de locais de monitoramento em pontos apropriados para fornecer dados confiáveis sobre alterações na quantidade de água e nas condições físicas, químicas e biológicas das águas superficiais, nascentes/afloramentos e águas subterrâneas (doravante denominadas características da água); b. Coletar amostras com frequência suficiente para considerar variações sazonais, eventos de chuva e eventos extremos que possam causar alterações nas características da água; c. Estabelecer níveis de gatilho e/ou outros indicadores para fornecer alerta precoce sobre alterações negativas nas características da água; d. Amostrar a qualidade e registrar a quantidade de águas impactadas pela mineração destinadas à reutilização por entidades não mineradoras; e. Utilizar métodos confiáveis e equipamentos adequados para detectar alterações nas características da água; e f. Utilizar laboratórios acreditados, capazes de detectar contaminantes em níveis abaixo dos valores estabelecidos nas Tabelas de Critérios de Qualidade da Água da IRMA por uso final.
Crítico	Sim
Classificação do relatório anterior	Atende Substancialmente
Justificativa do relatório anterior	As evidências (Programa de Gestão de Recursos Hídricos, 2021, e Plano de Controle Ambiental – Expansão da Mina do Sapo: Plano de Gestão de Recursos Hídricos, 2018) indicam que a empresa possui um programa de monitoramento muito robusto e bem estruturado. Amostras de águas superficiais e subterrâneas são coletadas, e as condições são monitoradas (por exemplo, elevação, captação, vazão) em cerca de 135 estações localizadas dentro e fora do sítio da mina diariamente, três vezes por semana, mensalmente, trimestralmente e/ou semestralmente. As evidências indicam que os resultados são avaliados continuamente. Com base na revisão de uma amostra das evidências, a empresa: a. estabeleceu um número suficiente de pontos de monitoramento; b. coleta amostras com frequência adequada para caracterizar a variação sazonal na elevação/vazão da água, bem como potenciais influências da mineração na qualidade e quantidade dos recursos hídricos; c. revisa os resultados de cada evento de monitoramento para avaliar alterações; d. não foram fornecidas evidências para verificar se a reutilização da água por entidades não mineradoras ocorre (por exemplo, pecuária); e. utiliza práticas e métodos considerados melhores da indústria para detectar mudanças nas características da água, conforme confirmado em entrevistas durante a visita ao local; e f. não há evidências de que as análises sejam realizadas em laboratórios capazes de detectar contaminantes em níveis muito baixos (limites de detecção reduzidos). As evidências não incluem um mapa conforme 4.2.4.1 (a) detalhando a área de influência e a adequação dos pontos de monitoramento, nem níveis de gatilho específicos. Entrevistas serão necessárias durante a auditoria de vigilância para determinar a opinião das partes interessadas sobre a adequação do número de monitores e dos locais de monitoramento.
Ação(ões) Corretiva(s) Planejada(s) do Relatório Anterior	Destacar a ocorrência de reutilização da água por entidades não mineradoras, além de apresentar a análise de laboratórios capazes de detectar contaminantes em níveis abaixo dos valores estabelecidos. Incluir um mapa detalhando a área de influência e a adequação dos pontos de monitoramento, bem como níveis de gatilho específicos.
Comentários sobre o Progresso	As evidências revisadas incluem: -Programa de Gestão de Recursos Hídricos (SENAI, março de 2024), que é uma amostra de relatório anual de conformidade. Ele apresenta a implementação do Programa de Monitoramento de Recursos Hídricos da empresa, incluindo

mapas de pontos de monitoramento e análises de precipitação, dados hidrológicos (quantidade de água), hidrogeológicos e tendências de qualidade da água com base nos dados de monitoramento. Inclui também um plano de gestão adaptativa da água (Capítulo 7), descreve esforços e resultados do engajamento com as partes interessadas e indica a existência de um plano de comunicação rápida.

-Relatório Técnico sobre Monitoramento de Usuários Dispersos (SENAI, março de 2024), também uma amostra de relatório anual de conformidade.

Apresenta evidências de monitoramento de usuários dispersos, incluindo qualidade da água nas comunidades de Água Quente, Cabeceira do Turco, Beco, São Sebastião do Bom Sucesso, Gondó e Buritis. O relatório inclui uma avaliação de impactos cumulativos para determinar se houve aumento de impactos, surgimento de novos impactos ou impactos não mitigados. Um mapa de pontos de monitoramento de qualidade da água superficial e subterrânea nessas comunidades é fornecido (Figura 1).

-Relatório de Metodologia Analítica (Merieux NutriSciences, sem data), que descreve os métodos de análise e limites de quantificação para parâmetros de águas subterrâneas, superficiais e tratadas.

-Capturas de tela de sistemas de gestão hídrica: HydrometCloud, pastas com dados de qualidade e quantidade de água, painel SIGRHI mostrando tendências de turbidez em relação a limites regulamentares.

-Fluxograma descrevendo um Trigger Action Response Plan (TARP) para identificar sistematicamente níveis de alerta para qualidade da água e ações corretivas. Evidência da implementação recente do sistema TARP é apresentada para julho de 2025, incluindo responsável, ação corretiva e data.

-Relatório Quantitativo de Monitoramento de Águas Superficiais, subterrâneas e Sedimentos de Corpos Hídricos (SENAI, fevereiro de 2022), relacionado ao Plano de Emergência para Ruptura de Barragem, apresentando dados de qualidade da água, qualidade dos sedimentos (metais) e bioacumulação de metais em ictiofauna nos córregos a jusante da mina, que também recebem contribuições de outros usuários da bacia. Os resultados indicam excedências em águas superficiais (Al, Cu, Fe, Mn, E. Coli, Sulfetos, Turbidez, Zn), águas subterrâneas (Fe, Va), sedimentos (não regulamentados, mas com valores elevados de Fe, Al, Mn, Mg, Ti, Ba, também elevados nos solos de referência) e peixes (Pb, Cr).

As evidências indicam que a empresa desenvolveu e documentou um programa para monitorar alterações na quantidade e qualidade da água, conforme descrito abaixo:

a. O Programa de Gestão de Recursos Hídricos (SENAI, março de 2024) inclui mapas (Figuras 3-7) mostrando cerca de 95 pontos de monitoramento a montante e jusante do projeto, para qualidade e quantidade de água superficial e subterrânea, e em pontos de controle de efluentes sanitários, indicando que os locais de monitoramento cobrem pontos de conformidade. O programa descreve alterações feitas desde junho de 2021, incluindo o descomissionamento de 29 pontos de monitoramento de nível de água subterrânea por razões operacionais, bem como outras adições, remoções e modificações no programa (Tabela 39). O Relatório Técnico sobre Monitoramento de Usuários Dispersos (SENAI, março de 2024) também inclui um mapa com 13 pontos de monitoramento comunitário de qualidade da água superficial e subterrânea. Um relatório anual de conformidade das Condições da Licença de Captação de Água (Anglo American, março de 2025) e uma amostra de planilha mensal contendo volumes de abstração (Relatório mensal de poços, Anglo American, abril de 2025) documentam a água bombeada mensalmente por cada poço da mina e indicam que a empresa monitora a captação de água.

b. O Programa de Gestão de Recursos Hídricos inclui tendências sazonais de precipitação usando dados desde 1941, dados hidrológicos (vazão) das regiões das serras do Sapo e Ferrugem e Dom Joaquim desde 1945, enquanto a caracterização hidrogeológica baseada em piezômetros nessas áreas utiliza

dados coletados desde 2007, indicando que a empresa estabeleceu parâmetros de referência para quantidade de água e precipitação sazonal. Apresentação de dados históricos de fluxo e qualidade da água (por exemplo, ferro e manganês) para toda a faixa de vazões observadas diariamente, incluindo fluxos acima de Q90%, mostra forte correlação. Concentrações de ferro e manganês aumentam com maiores vazões, sendo elementos-chave na formação do solo local. Além disso, o programa de 2024 indica frequências de monitoramento: medições de precipitação diárias, monitoramento de vazão três vezes por semana, monitoramento mensal de níveis de água subterrânea, monitoramento mensal de qualidade da água superficial em pontos influenciados pelo projeto e trimestral em pontos de referência, amostras semestrais de qualidade de água subterrânea nas estações seca e chuvosa, monitoramento mensal de efluentes e monitoramento mensal relacionado à água comunitária. Medidores de fluxo contínuo conectados por satélite ao Centro de Monitoramento Geotécnico foram observados durante a visita de campo. O programa inclui análise de quantidade e qualidade da água em correlação com estações seca e chuvosa, indicando identificação clara de tendências sazonais e frequência de monitoramento adequada. A sazonalidade dos fluxos da TSF e da mina é atenuada por barragens e diques, de modo que um único evento de chuva não resulta em liberação descontrolada de água nos córregos. Embora a empresa não tenha procedimentos específicos para amostragem durante ou após eventos climáticos anormais ou extremos, entrevistas com pessoal relevante em julho de 2025 indicam monitoramento de turbidez pelo menos três vezes por semana e aumento das medições de campo durante picos da estação chuvosa, quando o aumento de descarga é necessário, pois a turbidez aumenta e está correlacionada com concentrações de Fe e Mn.

c. O Capítulo 7 do Programa de Gestão de Recursos Hídricos descreve o plano de gestão adaptativa da água da empresa, incluindo análise de resultados de monitoramento para informar atualizações do plano de monitoramento, com o objetivo de prevenir, minimizar e controlar impactos. Um fluxograma para gestão adaptativa (Figura 81) mostra que, em caso de incidentes ambientais, a empresa desenvolverá planos de ação e implementará medidas corretivas e preventivas. A análise e revisão dos dados de monitoramento são documentadas no programa (Capítulo 4 – Resultados e Discussão). Entrevistas com pessoal da mina e inspeção de campo em julho de 2025 forneceram evidência de modificações na gestão da água para reduzir concentrações de sedimentos suspensos, Fe e Mn nos lançamentos a jusante de barragens e diques (uso de flocculantes e técnicas de precipitação), especialmente após descargas excepcionais em janeiro de 2024 que resultaram em precipitação de Fe nas rochas dos canais. Um novo sistema TARP (implementado em junho/julho de 2025), estabelecendo níveis de gatilho, responsáveis e ações corretivas, foi implementado com base em excedências de qualidade da água. Como as concentrações de Fe e Mn nas nascentes e córregos pré-mineração estão acima dos limites regulamentares, as excedências não acionam ações imediatas, a menos que o comitê de gestão classifique os dados como emergência. A empresa desenvolveu um sistema de alerta precoce com níveis de gatilho de qualidade da água (implementado em junho/julho de 2025), que requer revisão pelo pessoal da mina, encaminhamento ao comitê de emergência se considerado um possível incidente e ações do comitê, incluindo comunicação e envolvimento das partes interessadas potencialmente afetadas.

d. De modo geral, a água impactada pela mina liberada de barragens e diques não é usada para consumo humano. No entanto, esta água é utilizada pelo gado, caracterizando atividade não mineradora. A mina possui um programa de monitoramento da qualidade da água nos córregos a jusante de diques e barragens, e os resultados são comunicados às comunidades (ver evidência em 4.2.1.2).

e. Para águas superficiais, subterrâneas e efluentes, o Programa de Gestão de Recursos Hídricos indica que a empresa utiliza métodos cientificamente reconhecidos para amostragem de água, consistentes com a Portaria GM/MS

nº 888, de 4 de maio de 2021, e a ABNT NBR 15847:2010, que estabelecem procedimentos de monitoramento de água. A amostragem é realizada por terceiros qualificados, o SENAI FIEMG Centro de Inovação e Tecnologia. Entrevistas com pessoal-chave indicaram que parâmetros no local são medidos em campo, parâmetros com curto tempo de preservação são analisados em Belo Horizonte, e metais com maior tempo de preservação são analisados em São Paulo. As evidências indicam que as amostras de água são coletadas e gerenciadas seguindo padrões nacionais e internacionais, incluindo tipo de recipiente, técnicas de preservação e tempo de retenção.

f. O Relatório de Metodologia Analítica indica que o laboratório responsável pela análise de qualidade da água é capaz de detectar contaminantes em níveis abaixo daqueles especificados nas Tabelas de Critérios de Qualidade da Água da IRMA por uso final. Relatórios de qualidade da água contidos em Notas Técnicas sobre Divulgação de Resultados Analíticos e Qualidade da Água Potável Produzida e Distribuída (Anglo American, junho de 2024) indicam que a Merieux NutriSciences possui acreditação ISO/IEC 17025.

As evidências não incluem detalhes ou documentação para confirmar:

c. que a empresa desenvolveu gatilhos quantitativos para ação imediata em emergências. Atualmente, tal ação requer decisão do comitê de emergência, o que pode atrasar a resposta.

Requisito # 4.2.4.4, Monitoramento e Gestão Adaptativa	
Requisito	A empresa operadora deve desenvolver e implementar um plano de gestão adaptativa da água que: a. Descreva ações planejadas para mitigar os impactos previstos sobre os usos atuais e futuros da água e dos recursos naturais decorrentes de alterações na quantidade e qualidade das águas superficiais e subterrâneas relacionadas ao projeto minerário; e b. Especifique ações de gestão adaptativa que ocorrerão caso certos resultados (por exemplo, impactos específicos), indicadores, limites ou níveis de gatilho sejam alcançados, incluindo os prazos para sua execução.
Crítico	Sim
Classificação do relatório anterior	Atende Substancialmente
Justificativa do relatório anterior	As evidências, incluindo o Plano de Controle Ambiental (PCA) - Expansão da Mina do Sapo, e entrevistas com representantes da empresa e membros da comunidade, indicam que a empresa possui planos de monitoramento e ações de gestão mitigativa baseadas em gatilhos para o fluxo de águas superficiais no sítio minerário. As evidências indicam que a empresa desenvolveu práticas de gestão adaptativa para impactos relacionados à água, discutindo com as comunidades os planos para realocação de fontes de água. As práticas delineadas foram compartilhadas com as comunidades potencialmente afetadas. As evidências não incluem um procedimento que descreva os limiares de gatilho, indicadores e prazos, incluindo como os impactos potenciais devem ser gerenciados ou mitigados.
Ação(ões) Corretiva(s) Planejada(s) do Relatório Anterior	Revisar o Programa de Gestão de Recursos Hídricos, incluindo o capítulo referente ao plano de gestão adaptativa (4.2.4.2).
Comentários sobre o Progresso	As evidências revisadas incluem uma amostra do Relatório Anual de Implementação do Programa de Gestão de Recursos Hídricos da empresa (Senai, março de 2024), que detalha atividades e desempenho relacionados à gestão da água. Inclui também o Livro de Riscos e Controles Crítico (Anglo

American, Rev. 37, última atualização em 24 de dezembro de 2024), que identifica sedimentos em suspensão e escassez de água como riscos-chave.

Para esses dois riscos, a empresa desenvolveu análises de risco bow tie para sedimentos em suspensão (Anglo American, Rev. 5, sem data) e escassez de água (Anglo American, Rev. 3, sem data), cada uma acompanhada de Checklists de Controles Críticos – um para diminuição de recursos hídricos naturais (Anglo American, Rev. 3, julho de 2019) e outro para perda de contenção de sedimentos (Anglo American, Rev. 3, julho de 2019). As evidências também incluem amostras de Relatórios de Inspeção de Controles Críticos concluídos (Anglo American, 26 de fevereiro de 2025), destinados a verificar a implementação dos controles identificados.

a. O Relatório Anual de Implementação do Programa de Gestão de Recursos Hídricos (Senai, março de 2024, 197 páginas) descreve atividades contínuas de gestão da água e medidas mitigativas, incluindo:

- Monitoramento e análise da qualidade e quantidade de águas superficiais, subterrâneas e efluentes tratados, com comparações a dados pluviométricos e valores de referência;

- Monitoramento da qualidade de sedimentos em cursos receptores a jusante de barragens e diques;

- Monitoramento hidrobiológico (e.g., riqueza de fitoplâncton e zooplâncton, comunidades de macroinvertebrados aquáticos) a jusante de barragens e diques;

- Uso de sistemas de tratamento de água sem descarga direta de efluentes não tratados em corpos hídricos naturais, com pequenos sistemas de infiltração em algumas estações satélites e lagoa de infiltração em aterro de resíduos não perigosos;

- Construção e manutenção de barragens e diques para coletar águas pluviais potencialmente carregadas de sedimentos e regular o fluxo de água, com eficácia avaliada através da turbidez (sedimento em suspensão) em cursos naturais a jusante;

- Desligamento automático do sistema de captação do Rio Peixe caso o nível de água atinja o mínimo definido pelo órgão regulador, 10 m³/s;

- Reciclagem de cerca de 7% da água de processo da TSF para reduzir captação do Rio Peixe.

O Livro de Riscos e Controles Crítico (Anglo American, Rev. 37, dezembro de 2024) identifica sedimentação e escassez de água como riscos-chave. As análises bow tie relacionadas e os checklists de controles críticos descrevem medidas preventivas para mitigar impactos de escavação, desmatamento, falhas operacionais e captação/descarga de água, incluindo controle de erosão, manutenção de sistemas hídricos e monitoramento do fluxo residual.

b. O Capítulo 7 do Programa de Gestão de Recursos Hídricos descreve a abordagem de gestão adaptativa da água, detalhando como os dados de monitoramento informam atualizações nas medidas mitigativas e fornecendo um fluxograma (Figura 81) ilustrando o processo de identificação de incidentes, desenvolvimento de planos de ação e implementação de medidas corretivas e preventivas. O Capítulo 4 documenta a análise dos dados de monitoramento, incluindo excedências (e.g., óleo e graxa no Sistema ETE B em fevereiro de 2023) e discussão das causas raiz.

As análises bow tie e os checklists de controle crítico também incluem controles reativos ou mitigativos, como redução ou interrupção da captação de água, notificação da comunidade em caso de descargas elevadas esperadas em vertedouros de barragens e diques, implementação de projetos de controle de sedimentação, programas de recuperação de áreas degradadas e investigação e registro de excedências.

Planos de ação com gatilhos (TARPs) fornecidos para o Rio Peixe, onde a empresa capta água superficial, assim como para poços de água subterrânea, diques do sítio e TSF, descrevem limiares específicos de quantidade de água para cada instalação, juntamente com ações predefinidas e responsabilidades.

A empresa também apresentou evidências de que TARPs quantitativos para os diques foram desenvolvidos em 2021, sujeitos a rotinas diárias de monitoramento e processos de gestão de desvios conduzidos pela equipe ambiental. No ponto de captação do Rio Peixe, a aplicação dos limites é automatizada, acionando o desligamento do sistema de bombeamento quando os limites são excedidos.

Recentemente (junho/julho de 2025), a empresa desenvolveu níveis de gatilho específicos para parâmetros de qualidade relevantes em cada ponto de monitoramento, considerando valores de referência, nível de alerta precoce de 80% do limite legal e três níveis adicionais baseados em limites legais, qualidade para pecuária e qualidade para recursos aquáticos segundo IRMA; documentando excedências, ações dos responsáveis, prazos e revisão da eficiência das ações mitigativas.

Entrevistas com pessoal-chave confirmam que o plano de gestão adaptativa existente é implementado em nível operacional, com recentes melhorias no registro sistemático de ações corretivas e revisão de eficácia ainda em fase inicial. A empresa avalia valores de qualidade e quantidade de água que atingem níveis de gatilho e implementa medidas mitigativas que podem ao menos parcialmente controlar as características da água (e.g., barreiras de sedimento e floculação elétrica de sedimentos em frente à barragem da TSF, floculação química nos vertedouros). Se as medidas mitigativas forem insuficientes e os parâmetros de qualidade ou quantidade de água forem considerados potencialmente prejudiciais a trabalhadores, comunidades ou ao meio ambiente, a questão é escalada a um comitê de gestão para decidir se constitui um incidente ou emergência. Uma entrevista com funcionários da mina (julho de 2025) indicou que esse processo decisório pode atrasar tempos de resposta e alertas precoces, especialmente em casos de repetidas excedências de Fe e Mn acima dos limites legais, considerando os valores de referência da região. Segundo a entrevista, excedências de parâmetros de qualidade da água ou baixos fluxos geralmente não são considerados incidentes e não acionam comunicação com o comitê de gestão, sendo usados para calibrar ações mitigativas existentes e testar novas técnicas.

As evidências indicam que a empresa:

- a. desenvolveu e implementou ações para mitigar impactos previstos sobre a qualidade e quantidade de água; e
- b. estabeleceu uma estrutura de gestão adaptativa da água para responder a impactos **reais** sobre os recursos hídricos, incluindo o desenvolvimento de TARPs que definem níveis de gatilho e ações adaptativas predefinidas correspondentes.

As evidências não incluem documentação que confirme que as ações de emergência ou adaptativas predefinidas foram desenvolvidas em resposta aos limites de alerta precoce e níveis de gatilho definidos, conforme exigido pelo sub-Requisito (b). Ações preventivas relacionadas aos resultados de qualidade da água foram implementadas a partir de abril de 2025 e estão documentadas, incluindo evidências de medidas corretivas apoiadas por atas de reunião, comunicações internas e registros de e-mail.

3.6. Melhorias de Desempenho Notáveis

A auditoria de acompanhamento identificou vários avanços de desempenho desde a auditoria inicial. Estes incluem:

- A empresa implementou o sistema integrado “Qualifica” para apoiar o monitoramento das obrigações legais e o acompanhamento das ações corretivas.

- Medidas de supervisão e transparência de contratados foram aprimoradas, e a gestão de fornecedores e contratados foi expandida por meio de procedimentos atualizados e sistemas de monitoramento.
- Mudanças operacionais e tecnológicas na gestão de águas residuais na barragem de rejeitos (TSF) e diques para melhorar a qualidade da água e garantir vazões mínimas nos cursos receptores.
- Substituição de um aditivo na planta de processamento que reduz os impactos de odor provenientes da TSF.
- Aprimoramento e automação do sistema de controle de tráfego dentro da área minerária.
- Apoio no fornecimento de água potável para algumas comunidades, por meio de poços e caminhões-pipa quando necessário.
- Reassentamento de comunidades fora da zona de autossalvamento em caso de ruptura da barragem de rejeitos.
- Melhorias nos processos de escopo de saúde e segurança comunitária e nas medidas de segurança

Estes são descritos com mais detalhes por capítulo na seção seguinte.

3.7 Preocupações Relacionadas à Manutenção Contínua do Nível de Conquista

Os auditores identificaram preocupações em algumas áreas que podem ameaçar a manutenção contínua do nível atual de conquista IRMA 75 do sítio; estas incluem engajamento incompleto das partes interessadas em processos de reassentamento e gestão da água, ações corretivas não resolvidas e lacunas metodológicas na diligência de direitos humanos. Alguns indicadores de saúde e segurança ocupacional também mostram uma tendência de aumento de incidentes. Esses fatores podem representar um risco potencial para a manutenção do nível IRMA 75 anteriormente concedido, caso não sejam tratados e monitorados por meio de processos contínuos de gestão e auditoria. No entanto, o resultado desta auditoria de acompanhamento não indica um risco que justifique a suspensão do certificado neste momento.

4. Desempenho Geral por Princípio e Capítulo do Padrão IRMA

Como a auditoria de acompanhamento possui escopo limitado, esta auditoria não incluiu a avaliação de todos os Requisitos em cada capítulo. Uma visão geral do desempenho atual, a partir da auditoria de acompanhamento, para cada capítulo auditado (total ou parcialmente) é apresentada nas subseções a seguir.

4.1. Princípio 1: Integridade Empresarial

Durante a auditoria anterior, este princípio recebeu uma pontuação geral de 79%. Os resumos abaixo indicam, de maneira geral, o status atual desses capítulos em relação à auditoria anterior.

Capítulo 1.1—Conformidade Legal

Para esta auditoria de acompanhamento, todos os Requisitos deste capítulo foram reavaliados de acordo com a Seção 9.6 dos Requisitos do Organismo de Certificação IRMA (Versão 2.1). Desde a auditoria inicial, a empresa passou de uma abordagem predominantemente manual de monitoramento para o sistema integrado “Qualifica”, permitindo o acompanhamento automatizado de mudanças legislativas, classificação de obrigações e acompanhamento de ações corretivas. Os processos de supervisão de contratados e as medidas de transparência também foram fortalecidos. No entanto, foi identificada uma ocorrência em que uma não conformidade legal não foi integrada aos processos formais de conformidade ou tratada em tempo hábil e, assim como na auditoria anterior, algumas ações corretivas permanecem pendentes.

Capítulo 1.2— Engajamento da Comunidade e das Partes Interessadas

Para esta auditoria de acompanhamento, cinco Requisitos deste Capítulo foram reavaliados. A equipe de auditoria verificou que a empresa revisou recentemente os sistemas de engajamento existentes, como o Programa de Convivência e seu respectivo Comitê de Convivência, estabelecido em 2017 como parte dos compromissos para obtenção da Licença Prévia de Instalação. O comitê funcionou até 2021, quando foi descontinuado após disputas sobre o processo eleitoral para renovação de sua representação. Em maio de 2025, o Programa de Convivência foi revisado para incluir mecanismos de diálogo, como o comitê, grupos de diálogo e fóruns informais. Entretanto, essa revisão não foi submetida à consulta das partes interessadas, representando uma lacuna nas práticas de engajamento.

O Órgão Consultivo Técnico Independente (NACAB) continua sendo um mecanismo importante de engajamento comunitário, emitindo notas técnicas quando identifica reclamações coletivas, em vez de individuais. Contudo, nem todo o retorno fornecido por meio dessas notas é formalmente tratado, e não há um feedback claro às partes interessadas sobre como a empresa considerou ou agiu em relação às recomendações do órgão consultivo.

Além disso, os processos contínuos de reassentamento, especificamente o reassentamento involuntário de comunidades na zona de autossalvamento da barragem de rejeitos e o reassentamento voluntário da comunidade Gondó, exigem atenção reforçada da empresa para garantir que os acordos sejam negociados e implementados de forma a respeitar os direitos das partes afetadas em todas as etapas do reassentamento.

O progresso do Requisito Crítico 1.2.2.2, classificado como substancialmente atendido, é resumido na Seção 3.5.

De maneira geral, o desempenho da empresa neste Capítulo foi rebaixado desde a auditoria inicial, refletindo lacunas nas práticas de engajamento e no tratamento de processos críticos envolvendo a comunidade.

Capítulo 1.3— Diligência Devida em Direitos Humanos (Due Diligence)

Para esta auditoria de vigilância, onze Requisitos deste Capítulo foram reavaliados. Os achados indicam que o processo da empresa de avaliação de riscos e impactos em direitos humanos é amplamente orientado pelo Anglo American Social Way Toolkit (setembro de 2022), que define “risco” como o que afeta o negócio e “impactos” como o que afeta as partes interessadas. De acordo com a Diretriz de Diligência Devida para Conduta Empresarial Responsável da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2018), o conceito de risco sob a perspectiva de direitos humanos adota uma abordagem voltada para fora, referindo-se à probabilidade de impactos adversos sobre pessoas, meio ambiente e sociedade causados, contribuídos ou diretamente ligados às operações empresariais. A diretriz ainda observa que algumas operações, atividades empresariais, produtos ou serviços são inerentemente de alto risco, pois provavelmente causarão, contribuirão ou estarão diretamente ligados a impactos adversos sobre questões de Conduta Empresarial Responsável. O atual framework Social Way não incorpora totalmente essa perspectiva, representando uma lacuna metodológica que precisa ser abordada.

Uma mudança significativa desde a auditoria inicial é que, como resultado das atividades minerárias da empresa na região, novos processos de reassentamento tornaram-se necessários em 2023, incluindo um programa de reassentamento involuntário para comunidades localizadas na zona de auto-resgate da barragem de rejeitos e um programa de reassentamento voluntário para a comunidade Gondó. Essas comunidades enfrentam potenciais impactos em direitos humanos antes, durante e após os processos de reassentamento.

Três (3) Requisitos Críticos foram avaliados durante esta auditoria de vigilância. Foi observada uma queda na classificação de desempenho de um deles, 1.3.3.3. Mais informações podem ser encontradas na Tabela 5-2.

Capítulo 1.4— Mecanismo de Reclamações e Acesso a Reparação

Para esta auditoria de vigilância, seis (6) Requisitos deste Capítulo foram reavaliados. Assim como na auditoria inicial, as evidências indicam que a empresa possui mecanismos operacionais de reclamações e queixas na mina, destinados a fornecer meios acessíveis e eficazes para que comunidades e indivíduos afetados registrem e resolvam questões relacionadas às atividades minerárias. No entanto, durante a auditoria de vigilância, algumas partes interessadas, especialmente membros de comunidades reassentadas, expressaram insatisfação em relação à forma como as queixas foram tratadas. Essas lacunas indicam que os mecanismos existentes da empresa ainda não estão totalmente alinhados ao objetivo de fornecer resolução eficaz e tempestiva das reclamações submetidas.

O progresso no Requisito Crítico 1.4.1.1, que recebeu classificação de totalmente atendido, está resumido na Seção 3.5.

Capítulo 1.5— Transparência de Receitas e Pagamentos

Para esta auditoria de vigilância, dois (2) Requisitos deste Capítulo foram reavaliados. Assim como na auditoria inicial, as constatações indicam que a empresa continua a trabalhar na

implementação de políticas e procedimentos que proíbem suborno e outras formas de corrupção por parte de empregados e contratados. Nenhuma mudança significativa foi observada na abordagem ou no desempenho da empresa nesta área desde a auditoria inicial.

4.2 Princípio 2: Planejamento para Legados Positivos

Durante a auditoria anterior, este princípio recebeu uma pontuação geral de 78%. Os resumos abaixo indicam, de maneira geral, o status atual desses Capítulos, em relação à auditoria anterior.

Capítulo 2.1—Avaliação e Gestão de Impactos Ambientais e Sociais

Para esta auditoria de vigilância, sete (7) Requisitos deste Capítulo foram reavaliados. Assim como na auditoria inicial, as constatações indicam que a empresa continua trabalhando nos processos de definição do escopo para identificar impactos ambientais e socioeconômicos potencialmente significativos; no entanto, o engajamento das partes interessadas em todas as fases, fora das reuniões de consulta relacionadas ao EIA, ainda não está totalmente estabelecido. Nenhuma mudança significativa foi observada na abordagem ou no desempenho da empresa nesta área desde a auditoria inicial.

Capítulo 2.2—Consentimento Livre, Prévio e Informado

Capítulo Não Relevante. Minas-Rio é uma mina existente, e as evidências revisadas incluíram os Estudos de Impacto Ambiental e Social (ESIA) da empresa (2007, 2015 e 2024), bem como dados governamentais sobre comunidades indígenas e detentoras de direitos tradicionais na área ao redor da mina. Segundo a Fundação Cultural Palmares, órgão do governo brasileiro dedicado à preservação e promoção da cultura e patrimônio afro-brasileiro, existem dezoito (18) comunidades quilombolas nos municípios próximos ao projeto minerário. Os ESIA conduzidos para a mina avaliaram impactos ambientais potenciais, incluindo variáveis físicas, bióticas e sociais. No âmbito do ESIA da Expansão da Mina do Sapo (2015) e do ESIA da Segunda Elevação da Barragem de Rejeitos de Minas-Rio (2024), a empresa avaliou os impactos potenciais nas comunidades quilombolas formalmente reconhecidos e concluiu que não havia impactos significativos das operações de mineração. A auditoria inicial da IRMA determinou que essas comunidades quilombolas não foram impactadas pela mina e, consequentemente, este Capítulo foi considerado Não Relevante.

Durante esta auditoria de vigilância, observações no local e entrevistas com pessoal da empresa, membros da comunidade, ONGs locais e órgãos governamentais indicaram que algumas famílias afetadas mantêm elementos de estilos de vida tradicionais, que podem ser considerados parte das características da identidade quilombola. As comunidades onde essas famílias residem estão nos estágios iniciais de um processo de autoidentificação como comunidades quilombolas. Um estudo encomendado pelo Ministério Público Estadual identificou a presença de traços associados à tradicionalidade; no entanto, não encontrou evidências de que um processo formal de autoidentificação tenha sido iniciado pelas próprias comunidades.

Separadamente, uma nova avaliação foi encomendada exclusivamente pela Anglo American para atualizar informações sobre comunidades afetadas que mantêm elementos de estilos de vida quilombolas. Este estudo, com conclusão prevista para setembro de 2025, é independente do Ministério Público e, de acordo com as informações disponíveis, seus resultados preliminares não indicam mudança no cenário atual.

Dado que o processo de autoidentificação está em estágio inicial, seria prematuro determinar, durante esta auditoria de vigilância, que este Capítulo deva ser considerado relevante. Segundo informações fornecidas por uma parte interessada local, declarar prematuramente o Capítulo como relevante neste momento poderia interromper o processo, exigindo um nível de organização e representação que ainda não possuem

Capítulo 2.3—Apoio e Benefícios à Comunidade

Para esta auditoria de vigilância, apenas um Requisito deste Capítulo foi reavaliado. Assim como na auditoria inicial, os achados indicam que a empresa continua trabalhando para desenvolver apoio às comunidades; no entanto, esse apoio ainda não está plenamente estabelecido. Não foram observadas mudanças significativas na abordagem ou no desempenho da empresa nesta área desde a auditoria inicial.

Capítulo 2.4—Reassentamento

Para esta auditoria de vigilância, cinco (5) Requisitos deste Capítulo foram reavaliados. Assim como na auditoria inicial, os achados indicam que a empresa continua trabalhando para atender aos objetivos deste Capítulo. Desde a auditoria inicial, uma mudança significativa foi o início de um novo processo de reassentamento em 2023, incluindo um programa de reassentamento involuntário para as comunidades de Água Quente, Passa Sete e São José do Jassém, localizadas na zona de auto-resgate da barragem de rejeitos, e um programa de reassentamento voluntário para a comunidade Gondó. O desenvolvimento do plano de reassentamento involuntário foi realizado por meio de um processo participativo envolvendo as comunidades afetadas, a empresa mineradora, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, autoridades locais e o Grupo Consultivo Técnico Independente (NACAB). Isso representa um avanço no processo de engajamento para o reassentamento, particularmente na participação ativa de todas as comunidades dentro da zona de auto-resgate, mas algumas lacunas permanecem, conforme identificado nos achados. O plano de reassentamento voluntário para a comunidade Gondó, devido aos impactos de ruído e poeira, ainda está em desenvolvimento.

É importante notar que a empresa está passando por um novo processo de licenciamento para o aumento das barragens de rejeitos e, se aprovado, um novo plano de reassentamento precisará ser desenvolvido para comunidades adicionais afetadas, como Arrudas, já que os membros dessas comunidades não participaram do desenvolvimento do Plano de Reassentamento de 2024.

Um Requisito Crítico, 2.4.7.1, foi avaliado durante esta auditoria de vigilância, e foi observada uma queda na classificação de desempenho. Mais informações podem ser encontradas na Tabela 5-2.

Capítulo 2.5—Preparação e Resposta a Emergências

Para esta auditoria de vigilância, os dois (2) Requisitos Críticos deste Capítulo foram reavaliados. Assim como na auditoria inicial, os achados indicam que a empresa desenvolveu um plano de resposta a emergências integrado, em todo o site, alinhado à metodologia APELL. Nenhuma mudança significativa foi observada na abordagem ou no desempenho da empresa nesta área desde a auditoria inicial.

O progresso nos Requisitos Críticos 2.5.1.1 e 2.5.2.1, que foram classificados como substancialmente atendidos, é resumido na Seção 3.5.

Capítulo 2.6—Planejamento/Financiamento da Recuperação e Encerramento

Para esta auditoria de vigilância, três (3) Requisitos deste Capítulo foram reavaliados. Assim como na auditoria inicial, o contexto nacional permanece inalterado: embora o Brasil ofereça um mecanismo para estabelecer garantias financeiras parciais por meio do governo federal, ele não cobre totalmente todas as responsabilidades relacionadas à recuperação e encerramento de minas. Os achados indicam que a empresa forneceria o Plano de Encerramento da Mina às partes interessadas mediante solicitação; entretanto, não foram apresentadas evidências que confirmem a consulta das partes interessadas sobre o plano ou sobre o uso do terreno pós-mineração. Nenhuma mudança significativa foi observada na abordagem ou no desempenho da empresa nesta área desde a auditoria inicial.

Dois (2) Requisitos Críticos foram avaliados durante esta auditoria de vigilância. O progresso no Requisito Crítico 2.6.2.6, que foi classificado como totalmente atendido, é resumido na Seção 3.5.

4.3 Princípio 3: Responsabilidade Social

Durante a auditoria anterior, este princípio recebeu uma pontuação geral de 97%. Os resumos abaixo indicam, de forma geral, o status atual destes Capítulos, em relação à auditoria anterior

Capítulo 3.1—Trabalho Justo e Condições de Trabalho

Para esta auditoria de vigilância, onze (11) Requisitos deste Capítulo foram reavaliados. A empresa continua a demonstrar implementação efetiva de práticas de trabalho justo em suas operações. Ela expandiu sua abordagem além da conformidade interna para incluir a gestão de fornecedores e contratados, apoiada pelo Procedimento de Desempenho de Contratados do Grupo (janeiro de 2023) e pelo sistema de Gestão de Desempenho de Contratados (agosto de 2023), que fortalecem os processos de verificação e os Requisitos de conformidade. No entanto, assim como na auditoria inicial, ainda não existe uma avaliação de risco documentada ou um programa estruturado de monitoramento para fornecedores, nem evidências de relatórios de due diligence da cadeia de fornecimento ou registros de monitoramento para verificar a ausência de trabalho infantil, forçado ou tráfico de pessoas.

O progresso no Requisito Crítico 3.1.2.1, que foi classificado como totalmente atendido, é resumido na Seção 3.5.

Capítulo 3.2—Saúde e Segurança Ocupacional

Para esta auditoria de vigilância, foi reavaliado um Requisito deste Capítulo, incluindo dois (2) sub-Requisitos Críticos. As constatações incluem uma percepção geral entre os trabalhadores de que a empresa prioriza a saúde e segurança ocupacional (SSO), bem como evidências de que os processos de SSO estão integrados às atividades operacionais. No entanto, o Safety Performance 1a. Safety & Health Slides da empresa (Anglo American, julho de 2024–junho de 2025), que inclui indicadores antecedentes e posteriores, como taxa de frequência total de incidentes relatados (TRIFR), casos de primeiros socorros, casos de tratamento médico, primeiros incidentes e incidentes de alto potencial, mostra que o TRIFR variou de 0 a 2,87 nos últimos 12 meses, com valores cumulativos de 1,32 (2023), 1,37 (2024) e 1,66 (2025). Esses números indicam um leve aumento nas taxas de acidentes que precisa ser abordado.

Um Requisito Crítico, 3.2.4.1, foi avaliado durante esta auditoria de vigilância, e foi observada uma queda na classificação de desempenho. Mais informações podem ser encontradas na Tabela 5-2.

Capítulo 3.3—Saúde e Segurança Comunitária

Para esta auditoria de vigilância, quatro (4) Requisitos deste Capítulo foram reavaliados. Dois (2) foram considerados não relevantes, com base em dados de monitoramento de saúde pública que indicam nenhum risco significativo de exposição da comunidade a HIV/AIDS, tuberculose, malária ou outras doenças infecciosas emergentes relacionadas às atividades de mineração. As constatações indicam que a empresa aprimorou seu exercício de delimitação de riscos para identificar impactos potenciais à saúde e segurança da comunidade, e continua a monitorar e atualizar periodicamente esse exercício, a fim de implementar ações preventivas e mitigadoras apropriadas. No entanto, foi observado que alguns stakeholders, incluindo membros da comunidade, não estão totalmente cientes das ações que a empresa está tomando para abordar impactos potenciais à saúde e segurança (por exemplo, qualidade da água em cursos d'água, trânsito, poeira, ruído e odores), as quais não são publicamente disponíveis, e expressaram preocupações quanto à adequação das medidas de mitigação implementadas.

O progresso no Requisito Crítico 3.3.1.1, que foi classificado como totalmente atendido, é resumido na Seção 3.5.

Capítulo 3.4—Áreas Afetadas por Conflitos e de Alto Risco

Este Capítulo foi considerado não relevante durante a auditoria inicial; entretanto, a orientação recente da IRMA esclarece que o Requisito 3.4.1.1 não pode ser classificado como não relevante para nenhum site, e, portanto, foi avaliado nesta auditoria de vigilância. As constatações indicaram que o projeto de mineração não está localizado em uma área afetada por conflitos e que a empresa não adquire minerais de fontes externas fora do local do projeto. Como resultado, o restante do Capítulo foi considerado não relevante.

Capítulo 3.5—Medidas de Segurança

Para esta auditoria de vigilância, quatro (4) Requisitos deste Capítulo foram reavaliados. Um Requisito referente às forças de segurança pública prestando segurança para certos aspectos do projeto de mineração, que havia sido considerado não relevante durante a auditoria inicial, foi avaliado nesta auditoria. Foram observadas melhorias na abordagem e no desempenho da empresa nesta área desde a auditoria inicial.

Capítulo 3.6—Mineração Artesanal e de Pequena Escala

Capítulo Não Relevante.

Capítulo 3.7—Patrimônio Cultural

Capítulo não avaliado nesta auditoria de vigilância

4.4 Princípio 4: Responsabilidade Ambiental

Durante a auditoria anterior, este princípio recebeu uma pontuação geral de 83%. Os resumos abaixo indicam, de forma geral, o status atual desses Capítulos em relação à auditoria anterior.

Capítulo 4.1—Gestão de Resíduos e Materiais

Para esta auditoria de vigilância, sete (7) Requisitos deste Capítulo foram reavaliados. A empresa continua a demonstrar implementação eficaz de sistemas estruturados de monitoramento, identificação e mitigação de riscos, e protocolos de segurança para instalações de resíduos da mina. Isso inclui monitoramento geotécnico contínuo, com instrumentação em tempo real no Centro de Monitoramento Geotécnico, inspeções geotécnicas de rotina e simulações anuais de resposta a emergências relacionadas à barragem de rejeitos, conduzidas em coordenação com as comunidades próximas.

A TSF de Minas-Rio é gerida de acordo com as normas brasileiras aplicáveis de segurança de barragens, incluindo a Resolução ANM 13/2019, e incorpora práticas alinhadas ao Padrão Global da Indústria para Gestão de Rejeitos (GISTM). Como parte de sua estrutura de governança, a instalação passa por revisões e auditorias geotécnicas externas periódicas, incluindo o Relatório de Inspeção de Segurança de terceiros emitido pela WSP em março de 2025. Este relatório classificou a estrutura como de baixo risco com alto potencial de dano associado, de acordo com a Resolução ANM 95/2022. Essas avaliações externas contribuem para a supervisão da instalação e orientam as atividades de monitoramento e gestão.

Como parte da segunda fase de expansão do PDE Norte, programada para iniciar em 2026, a empresa está construindo uma Instalação de Filtro de Rejeitos para possibilitar a filtração de rejeitos úmidos e o empilhamento a seco de aproximadamente 85% do total de rejeitos.

No entanto, consistente com as constatações da auditoria inicial, as evidências não indicam que as comunidades afetadas foram consultadas sobre alternativas ou decisões de projeto para novas instalações de resíduos da mina com potencial de falha catastrófica, incluindo o Aterro de Rochas Norte (PDE Norte) e suas expansões. Além disso, embora existam processos de avaliação de desempenho e revisão de gestão para a TSF e o PDE Norte, as evidências não indicam que esses processos sejam aplicados de forma abrangente ou sistemática em todas as instalações de resíduos da mina, incluindo suas expansões associadas, conforme exigido pelo Requisito 4.1.5.6.

Como na auditoria inicial, a empresa continua a cumprir os Requisitos de gestão de riscos, mas não abordou completamente as lacunas de consulta às partes interessadas identificadas anteriormente.

Quatro (4) Requisitos Críticos foram avaliados durante esta auditoria de vigilância. Houve queda na classificação de desempenho para dois (2) deles, 4.1.5.1 e 4.1.5.6. Mais informações podem ser encontradas na Tabela 5-2.

Capítulo 4.2— Gestão da Água

Para esta auditoria de vigilância, oito (8) Requisitos deste Capítulo foram reavaliados. As constatações indicam que a empresa implementou novas medidas para gerir os recursos hídricos e tratar certas questões de qualidade e quantidade da água por meio de gestão adaptativa, incluindo: melhoria no tratamento e mitigação do fluxo para descargas em cursos naturais de água; fornecimento de fontes alternativas de água, como poços e caminhões-pipa, para mais comunidades afetadas por níveis elevados de ferro e manganês, comuns na região, e pelo risco de turbidez em cursos d'água impactados pela TSF e áreas de

mineração; adição de água de poços de captação para sistemas de abastecimento comunitário; e implementação de um novo sistema que inclui níveis de alerta, responsáveis designados e encaminhamento a um comitê de gestão em situações de emergência. No entanto, ainda persistem lacunas na identificação de todas as partes interessadas comunitárias potencialmente afetadas, bem como na consulta robusta e no engajamento sobre a mitigação dos impactos nos recursos hídricos, particularmente em corpos d'água naturais.

O progresso nos Requisitos Críticos 4.2.4.1 e 4.2.4.4, que foram classificados como substancialmente atendidos, é resumido na Seção 3.5.

Capítulo 4.3—Qualidade do Ar

Para esta auditoria de vigilância, dois (2) Requisitos deste Capítulo foram reavaliados. As constatações indicam que a empresa continua a implementar sistemas de gestão da qualidade do ar, incluindo avaliações de impacto e um Plano de Gestão da Qualidade do Ar abrangente no site. O plano inclui monitoramento de emissões, aplicação de controles preventivos, como molhar caminhões em estradas não pavimentadas, revegetação, manutenção de equipamentos e utilização de enclausuramentos, além de resposta a queixas relacionadas à poeira. Dados em tempo real sobre a qualidade do ar são compartilhados com o órgão ambiental, e os resultados do monitoramento são divulgados publicamente online. Relatórios anuais confirmam a implementação do plano e registram apenas algumas exceções limitadas aos padrões de qualidade do ar, algumas associadas a incêndios florestais regionais não relacionados às atividades de mineração. Foram observadas melhorias na abordagem e no desempenho da empresa nesta área desde a auditoria inicial.

Capítulo 4.4—Ruído e Vibração

Capítulo não avaliado nesta auditoria de vigilância.

Capítulo 4.5—Emissões de Gases de Efeito Estufa

Para esta auditoria de vigilância, os compromissos e práticas da empresa relacionados ao clima foram reavaliados. A empresa possui uma Política Corporativa de Mudanças Climáticas (2024) que define compromissos para medir as emissões de GEE Escopo 1 e 2, identificar oportunidades de mitigação seguindo a hierarquia (evitar, reduzir, substituir, compensar) e estabelecer metas de redução em nível corporativo. A evidência confirma o reporte anual das emissões e uma meta de redução de 30% até 2030. Em comparação com a auditoria inicial, a empresa mantém uma política corporativa de mudanças climáticas que aborda os principais Requisitos. A política também indica que as metas operacionais são revisadas a cada cinco (5) anos ou após mudanças significativas, em conformidade com o Protocolo GHG. Contudo, a própria política carece de um processo definido para revisão periódica, conforme exigido por este Capítulo.

Um Requisito Crítico, 4.5.1.1, foi avaliado durante esta auditoria de vigilância, e foi observada uma queda na classificação de desempenho. Mais informações podem ser encontradas na Tabela 5-2.

Capítulo 4.6—Biodiversidade, Serviços Ecossistêmicos e Áreas Protegidas

Para esta auditoria de vigilância, sete (7) Requisitos deste Capítulo foram reavaliados. Dos quatro Requisitos Críticos analisados, dois permanecem plenamente atendidos e dois foram reclassificados como não relevantes, uma vez que a mina não está localizada dentro das categorias de áreas protegidas às quais esses Requisitos se aplicam. Embora o Monumento

Natural da Serra Ferrugem esteja próximo da concessão minerária, sua presença não enquadra a mina em nenhuma das categorias de áreas protegidas mencionadas nessas disposições de aplicabilidade do IRMA.

Os achados indicam que a empresa amplia sua compreensão sobre os impactos relacionados à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos decorrentes de suas atividades de mineração, formulando estratégias de restauração e ações de conservação alinhadas à hierarquia de mitigação para assuntos de biodiversidade e em colaboração com partes científicas relevantes. O plano de mineração reduz os impactos às florestas nativas a oeste da cava da mina, limitando a intervenção; o escoamento é direcionado principalmente para o leste, e nenhuma infraestrutura da mina está localizada na bacia de drenagem. Os impactos residuais sobre a biodiversidade são compensados por meio de compensações dentro de florestas nativas próximas, proporcionalmente ao tamanho dos impactos, conforme os padrões corporativos de biodiversidade da Anglo American. A revegetação no local da mina é atualmente implementada principalmente para controle da erosão, e não para restaurar a biodiversidade, já que uma segunda fase de mineração exigirá escavação em formações de minério de ferro mais profundas e uma cava maior. A empresa mantém canais de comunicação abertos para coletar contribuições das partes interessadas relativas à biodiversidade, aos serviços ecossistêmicos e às áreas protegidas

Capítulo 4.7— Gestão do Cianeto

Capítulo Não Relevante

Capítulo 4.8— Gestão do Mercúrio

Capítulo Não Relevante.

5. Desempenho nos Requisitos Críticos

Requisitos Críticos consistem em um conjunto de 40 Requisitos que foram identificados pelo Conselho de Administração da IRMA como Requisitos centrais que qualquer operação mineira que afirme seguir boas práticas de mineração deve atender. As minas que buscam alcançar a certificação IRMA 100 devem atender plenamente a todos os Requisitos Críticos, e as minas que alcançam IRMA 50 ou IRMA 75 devem atender substancialmente a todos os Requisitos Críticos, demonstrar progresso ao longo do tempo e atender plenamente a todos os Requisitos Críticos dentro dos prazos especificados.

Durante a auditoria de vigilância, o status atual dos Requisitos Críticos foi analisado pelos auditores. Essa análise incluiu a avaliação do progresso das ações corretivas para todos os Requisitos Críticos que não foram plenamente atendidos, bem como das mudanças nas operações do local que impactam o desempenho de todos os Requisitos Críticos. Foram observadas melhorias nos Requisitos Críticos 1.4.1.1, 2.6.2.6 e 3.3.1.1, demonstrando avanços positivos em determinadas questões. No entanto, as classificações de outros Requisitos Críticos diminuíram (1.3.3.3, 2.4.7.1, 3.2.4.1, 4.1.5.1, 4.1.5.6, 4.5.1.1), indicando que, embora tenha havido progresso na abordagem de algumas ações corretivas, é necessária atenção contínua para assegurar uma melhoria consistente em todas as áreas Críticas.

5.1. Resumo das Mudanças no Desempenho do Local nos Requisitos Críticos

Uma visão geral do nível de atendimento aos Requisitos Críticos, conforme determinado pelos auditores durante esta auditoria de vigilância, é apresentada a seguir. Os detalhes sobre cada Requisito e a justificativa dos auditores são apresentados na Seção 3.5, no Capítulo correspondente, e na Seção 6.1, com foco nas lacunas identificadas que requerem ações corretivas.

Tabela 5-1 Revisão das Avaliações para Cada Requisito Crítico

Requisito #	Classificação anterior	Classificação atual	Comentário do auditor
Integridade Empresarial			
1.1.1.1	Atende plenamente	Atende plenamente	As evidências analisadas nesta avaliação confirmam a classificação anterior.
1.2.2.2.	Atende Substancialmente	Atende Substancialmente	O plano de ação corretiva está em andamento. Consulte o Relatório de Progresso na Seção 3.5 e as ações pendentes descritas na Seção 6.1.
1.3.1.1.	Atende plenamente	Atende plenamente	As evidências analisadas nesta avaliação confirmam a classificação anterior.
1.3.2.1.	Atende plenamente	Atende plenamente	As evidências analisadas nesta avaliação confirmam a classificação anterior.

Requisito #	Classificação anterior	Classificação atual	Comentário do auditor
1.3.3.3.	Atende plenamente	Atende Substancialmente	A auditoria recente indica uma mudança no desempenho. Consulte o Relatório de Progresso na Seção 3.5 e as informações específicas de cada Requisito no Anexo A.
1.4.1.1.	Atende Substancialmente	Atende plenamente	Ação corretiva eficaz. Consulte o Relatório de Progresso na Seção 3.5.
1.5.5.1.	Atende plenamente	Atende plenamente	As evidências analisadas nesta avaliação confirmam a classificação anterior.

Planejamento para Legados Positivos

2.1.3.1	Atende plenamente	Atende plenamente	As evidências analisadas nesta avaliação confirmam a classificação anterior.
2.2.2.2	Não Relevante	Não Relevante	Não Relevante
2.4.7.1	Atende plenamente	Atende Substancialmente	A auditoria recente indica uma alteração no desempenho. Consulte o Relatório de Progresso na Seção 3.5 e as informações específicas de cada Requisito no Anexo A.
2.5.1.1	Atende Substancialmente	Atende Substancialmente	O plano de ação corretiva está no caminho certo. Consulte o Relatório de Progresso na Seção 3.5 e as ações pendentes descritas na Seção 6.1
2.5.2.1	Atende Substancialmente	Atende Substancialmente	O plano de ação corretiva está no caminho certo. Consulte o Relatório de Progresso na Seção 3.5 e as ações pendentes** descritas na Seção 6.1
2.6.2.1	Atende plenamente	Atende plenamente	As evidências analisadas nesta avaliação confirmam a classificação anterior.
2.6.2.6	Atende Substancialmente	Atende plenamente	Consulte o Relatório de Progresso na Seção 3.5.
2.6.4.1	Não avaliado	Não avaliado	Não avaliado conforme orientação da IRMA.

Responsabilidade Social

3.1.2.1	Atende Substancialmente	Atende plenamente	Consulte o relatório de progresso na seção 3.5.
---------	-------------------------	-------------------	---

Requisito #	Classificação anterior	Classificação atual	Comentário do auditor
3.1.3.3	Atende plenamente	Atende plenamente	As evidências analisadas nesta avaliação confirmam a classificação anterior.
3.1.5.1	Atende plenamente	Atende plenamente	As evidências analisadas nesta avaliação confirmam a classificação anterior.
3.1.7.2	Atende plenamente	Atende plenamente	As evidências analisadas nesta avaliação confirmam a classificação anterior.
3.1.7.3	Atende plenamente	Atende plenamente	As evidências analisadas nesta avaliação confirmam a classificação anterior.
3.1.8.1	Atende plenamente	Atende plenamente	As evidências analisadas nesta avaliação confirmam a classificação anterior.
3.2.4.1.a, b	Atende plenamente	Atende Substancialmente	A auditoria recente indica uma mudança no desempenho. Consulte o relatório de progresso na seção 3.5 e as informações específicas de cada Requisito no anexo A.
3.3.1.1	Atende Substancialmente	Atende plenamente	Consulte o relatório de progresso na seção 3.5.
3.4.2.1	Não Relevante	Não Relevante	Não Relevante.
3.5.1.2	Atende plenamente	Atende plenamente	As evidências analisadas nesta avaliação confirmam a classificação anterior.

Responsabilidade Ambiental

4.1.4.1	Atende plenamente	Atende plenamente	As evidências analisadas nesta avaliação confirmam a classificação anterior.
4.1.5.1	Atende plenamente	Atende Substancialmente	A auditoria recente indica uma alteração no desempenho. Consulte o relatório de progresso na seção 3.5 e as informações específicas de cada Requisito no anexo A.
4.1.5.6	Atende plenamente	Atende Substancialmente	A auditoria recente indica uma mudança no desempenho. Consulte o relatório de progresso na seção 3.5 e as informações específicas de cada Requisito no anexo A.
4.1.8.1	Atende plenamente	Atende plenamente	As evidências analisadas nesta avaliação confirmam a classificação anterior.
4.2.4.1.a-e	Atende Substancialmente	Atende Substancialmente	O plano de ação corretiva está no caminho certo. Consulte o Relatório de

Requisito #	Classificação anterior	Classificação atual	Comentário do auditor
			Progresso na Seção 3.5 e as ações pendentes descritas na Seção 6.1
4.2.4.4	Atende Substancialmente	Atende Substancialmente	O plano de ação corretiva está no caminho certo. Consulte o Relatório de Progresso na Seção 3.5 e as ações pendentes descritas na Seção 6.1
4.3.2.1	Atende plenamente	Atende plenamente	As evidências analisadas nesta avaliação confirmam a classificação anterior.
4.5.1.1	Atende plenamente	Atende Substancialmente	A auditoria recente indica uma alteração no desempenho. Consulte o relatório de progresso na seção 3.5 e as informações específicas de cada Requisito no anexo A.
4.6.2.1	Atende plenamente	Atende plenamente	As evidências analisadas nesta avaliação confirmam a classificação anterior.
4.6.4.1	Atende plenamente	Atende plenamente	As evidências analisadas nesta avaliação confirmam a classificação anterior.
4.6.5.3	Atende plenamente	Não Relevante	Não relevante. As evidências analisadas nesta avaliação indicam que a mina não está localizada em nenhuma das categorias de áreas protegidas listadas neste Requisito
4.6.5.4	Não Relevante	Não Relevante	Não Relevante.
4.7.7.1	Não Relevante	Não Relevante	Não Relevante.
4.8.2.3	Não Relevante	Não Relevante	Não Relevante.
4.8.2.2	Não Relevante	Não Relevante	Não Relevante.

A tabela a seguir apresenta os Requisitos Críticos que anteriormente foram classificados como atendidos plenamente, mas que foram considerados como atendidos substancialmente devido à auditoria de vigilância:

Tabela 5-2 Resumo dos Requisitos Críticos com Classificações Rebaixadas

Requisito #	Justificativa da auditoria de vigilância
1.3.3.3 Crítico. Resposta a impactos reais de direitos humanos relacionados ao projeto de mineração:	As evidências analisadas incluem a Ferramenta de Avaliação de Riscos de Impactos Sociais e de Direitos Humanos (SHIRA) (Anglo American, abril de 2025).
a. Se a empresa operadora determinar que causou um impacto real de direitos	Entrevistas com pessoal-chave da mina indicam que ações para mitigar impactos relevantes de direitos

Requisito #	Justificativa da auditoria de vigilância
humanos, a empresa deverá: i. Cessar ou modificar a atividade responsável pelo impacto; e ii. Desenvolver, em tempo hábil, estratégias de mitigação e reparação em colaboração com os titulares de direitos afetados. Caso não seja possível encontrar soluções mutuamente aceitáveis por meio do diálogo, a empresa operadora deverá tentar alcançar um acordo por meio de um mediador independente ou outro meio mutuamente aceitável para os titulares de direitos afetados; b. Se a empresa operadora determinar que contribuiu para um impacto real de direitos humanos, a empresa deverá cessar ou modificar quaisquer atividades que estejam contribuindo para o impacto, mitigar e reparar os impactos na medida de sua contribuição, usar sua influência para convencer outras partes contribuintes a cessar ou modificar suas atividades, e mitigar e reparar o impacto restante; c. Se a empresa operadora determinar que está vinculada a um impacto real de direitos humanos por meio de uma relação comercial, a empresa deverá usar sua influência para impedir ou mitigar que o impacto continue ou se repita; e d. A empresa operadora deverá cooperar com outros processos legítimos, como investigações ou procedimentos judiciais ou estatais relacionados a impactos de direitos humanos que a empresa causou, contribuiu ou esteve diretamente vinculada por meio de suas relações comerciais.	humanos estão em andamento, sob supervisão de uma equipe corporativa de Coordenação de Direitos Humanos. Entrevistas com membros das comunidades afetadas indicam que essas ações não foram desenvolvidas em colaboração com os titulares de direitos. Alguns indivíduos relataram que as soluções implementadas em processos anteriores de reassentamento voluntário e involuntário (onde as famílias já foram realocadas para novas residências) não foram culturalmente apropriadas e não foram totalmente aceitas na prática (por exemplo, impactos nas relações comunitárias e de vizinhança, interrupção de festividades tradicionais e atividades religiosas, estresse e problemas de saúde mental, entre outros impactos sociais). As evidências analisadas indicam: a. A ferramenta SHIRA identificou que a empresa está causando 19 impactos de direitos humanos, incluindo questões relacionadas ao processo de reassentamento (como a extensão do tempo de duração do processo e atraso na emissão de certificados de propriedade de terra), impactos ambientais (ruído, poeira e vibração) e interferência na dinâmica das comunidades afetadas, entre outros; - a.i. A empresa desenvolveu e implementou recomendações e ações de mitigação para cessar esses impactos, conforme indicado no Programa de Monitoramento de Detonações e Vibrações (Anglo American, março de 2024), que trata especificamente de impactos como ruído, poeira e vibração causados por detonações, e em uma planilha que documenta respostas fornecidas a membros da comunidade que apresentaram queixas relacionadas a alguns desses impactos causados pela mina (BI Consolidated 2022-2023) (Anglo American, sem data), indicando que a empresa modificou atividades que causaram a queixa; - a.ii. Estratégias de mitigação e medidas de reparação foram desenvolvidas e implementadas para esses impactos, incluindo monitoramento de ruído e vibração para garantir que os níveis permanecessem dentro dos limites legais próximos às comunidades afetadas, conforme indicado nos relatórios de monitoramento de 2024, e apoio aos membros da comunidade que apresentaram queixas relacionadas a alguns desses impactos causados pela mina (BI Consolidated 2022-2023) (Anglo American, sem data); b. A ferramenta SHIRA identificou que a empresa está contribuindo para oito (8) impactos de direitos humanos, para os quais ações de mitigação e reparação foram desenvolvidas e implementadas, como fornecimento de caminhões-pipa e manutenção de poços de água para as comunidades afetadas, e monitoramento de fontes de água que apresentaram

Requisito #	Justificativa da auditoria de vigilância
	redução de fluxo, conforme descrito nos controles de mitigação da SHIRA 2025; c. A ferramenta SHIRA identificou que a empresa está diretamente ligada a quinze (15) impactos de direitos humanos, e ações de mitigação e reparação foram desenvolvidas e implementadas, como monitoramento da cadeia de suprimentos e revisão dos contratos de fornecedores, conforme indicado em um modelo revisado de contrato de fornecedores (sem data) e no Procedimento de Gestão de Segurança Corporativa (Anglo American, agosto de 2022); d. A empresa coopera com investigações ou processos judiciais ou estatais relacionados a impactos reais de direitos humanos, conforme indicado no Acordo de Mediação assinado com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais em novembro de 2024, relacionado ao Plano de Reassentamento para a zona de auto-resgate da barragem de rejeitos. As evidências não indicam que: a. ii. todas as medidas de mitigação/reparação foram implementadas ou planejadas para implementação em colaboração com os titulares de direitos afetados, nem que esses processos foram conduzidos de maneira oportuna e culturalmente apropriada. As percepções das partes interessadas sobre impactos residuais ou potenciais em andamento exigirão verificação adicional em auditorias subsequentes
2.4.7.1 Crítico. A empresa operadora deverá estabelecer e implementar procedimentos para monitorar e avaliar a execução de um Plano de Ação de Reassentamento (RAP) ou de um Plano de Restauração de Meios de Vida (LRP), e tomar ações corretivas conforme necessário até que as disposições do RAP/LRP e os objetivos deste Capítulo tenham sido atendidos.	As evidências analisadas incluem o Plano de Ação de Reassentamento (RAP) para as Comunidades Sapo, Turco, Cabeceira do Turco e Beco -Sistema Minas-Rio (ERM, dezembro de 2018), elaborado por consultores independentes contratados pela empresa, que apresenta um programa de três anos, denominado Programa de Reestruturação Produtiva de Atividades Econômicas, destinado a apoiar a restauração dos meios de subsistência das pessoas afetadas pela aquisição de terras (Capítulo 9). O RAP de 2018 também descreve a formação do Comitê de Convivência, estabelecido em 2017, composto por 14 membros das comunidades reassentadas e representantes da Anglo American, que facilita o diálogo sobre o processo de reassentamento. O RAP detalha ainda as qualificações exigidas para o pessoal da empresa envolvido no monitoramento do RAP. As evidências complementares analisadas incluem a Avaliação da Implementação do Programa de Negociação Opcional (ERM, dezembro de 2024), que avalia a execução do RAP de junho de 2019 a setembro de 2024. O relatório descreve a metodologia utilizada para monitoramento e avaliação e resume os resultados das campanhas de monitoramento realizadas de

Requisito #	Justificativa da auditoria de vigilância
	outubro de 2020 a agosto de 2024 (Tabela 5.2, página 43). Todas as campanhas de monitoramento revelaram questões pendentes que exigem acompanhamento. Planos de ação e medidas corretivas para duas (2) campanhas amostradas (2022 e 2025) foram revisados e indicam que a empresa implementou ações corretivas em resposta às lacunas identificadas no atendimento aos objetivos de restauração de meios de subsistência. As evidências analisadas também incluem o Plano de Reassentamento para a zona de auto-resgate da barragem de rejeitos (comunidades Água Quente, Passa Sete e São José do Jassém) (novembro de 2024), desenvolvido em 2023 e 2024 por meio de um processo participativo envolvendo as comunidades, e que inclui procedimentos para monitorar e avaliar sua implementação (Seções 2.7 e 2.8). Como este processo de reassentamento começou a ser implementado há menos de seis (6) meses, sua execução não foi avaliada sob este Requisito. Entrevistas com pessoal-chave e membros da comunidade indicaram que o Comitê de Convivência operou até 2021, quando foi descontinuado após disputas sobre o processo eleitoral para renovação de sua representação. Segundo alguns entrevistados, incluindo uma amostra de pessoas reassentadas, as consultas conduzidas pelos funcionários da empresa nem sempre atendem às expectativas relacionadas à implementação do reassentamento, restauração de renda e desenvolvimento comunitário, incluindo as ações corretivas necessárias. Embora as evidências indiquem que a empresa possui sistemas para monitorar e avaliar a implementação do RAP de 2018, as partes interessadas expressaram que a execução do RAP e os espaços de diálogo nem sempre estão alinhados com suas expectativas. As evidências, apoiadas pelas entrevistas, indicam um desalinhamento parcial com a Performance Standard 5 do International Finance Corporation (IFC) sobre Aquisição de Terras e Reassentamento Involuntário (Engajamento Comunitário 10), em conjunto com elementos da Performance Standard 1 relacionados ao engajamento de partes interessadas, que exigem consulta significativa e participação informada.
3.2.4.1 Crítico. A empresa operadora deverá implementar medidas para proteger a segurança e a saúde dos trabalhadores, incluindo: a. Informar os trabalhadores, de maneira compreensível, sobre os riscos associados ao seu trabalho, os riscos à saúde	As evidências analisadas incluem um conjunto de procedimentos internos da empresa e registros de conformidade relevantes para cada sub-Requisito, complementados por informações obtidas por meio de entrevistas e observações no local, e indicam que a empresa implementou medidas para proteger a segurança e a saúde dos trabalhadores, conforme descrito a seguir:

Requisito #	Justificativa da auditoria de vigilância
envolvidos e as medidas preventivas e de proteção relevantes;	a. Informar os trabalhadores sobre os riscos associados ao seu trabalho, os riscos à saúde e as medidas de controle aplicáveis, conforme indicado em: o Procedimento para Adaptação à Saúde e Segurança Ocupacional (OHS) (PRO.MRJ.SSO.306, Anglo American, Revisão 01, março de 2020), que estabelece que os gestores são responsáveis por garantir que os novos funcionários sejam instruídos sobre os riscos Críticos em sua área de trabalho (seção 4.1); o Procedimento para Elaboração da Análise de Riscos de Tarefas (PRO.BRA.GIR.003, Anglo American, Revisão 04, agosto de 2018, julho de 2022), que estabelece mecanismos para informar os trabalhadores sobre perigos específicos e as medidas de controle para execução segura das tarefas; capturas de tela das ações de treinamento em OHS realizadas em 2024; um formulário não preenchido intitulado Análise de Trabalho Seguro, que contém campos para descrever a tarefa a ser realizada e suas etapas, os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários, os riscos Críticos e os controles aplicáveis, e o monitoramento do cumprimento das medidas de segurança; e uma planilha intitulada Lista de Riscos Críticos da Mineração de Ferro Brasil (Anglo American, 2025), que exhibe os fatores e níveis de risco ocupacional e de segurança envolvendo o pessoal de cada departamento por subprocessos. Observações no local e entrevistas com trabalhadores, incluindo contratados, indicam que a maioria é regularmente informada sobre os riscos laborais e as medidas de controle por meio de procedimentos operacionais, conversas diárias de segurança, briefings de segurança, sinalização e supervisão por pessoal designado.
b. Fornecer e manter, sem custo para os trabalhadores, equipamentos e vestimentas de proteção adequados quando a exposição a condições adversas ou a proteção adequada contra risco de acidente ou danos à saúde não puder ser assegurada por outros meios;	b. Fornecer equipamentos e vestimentas de proteção adequados, conforme apoiado por: o Procedimento de EPI e Uniformes (PRO.MRJ.SSO.042, Anglo American, Revisão 04, setembro de 2021), que estabelece a responsabilidade da empresa de fornecer EPIs gratuitos, apropriados ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, aos trabalhadores quando medidas de proteção coletiva são tecnicamente inviáveis ou não oferecem proteção completa; o Procedimento de Gestão de EPIs (PRO.BAL.SEG.016, Revisão 08, abril de 2025), que estabelece mecanismos administrativos para garantir que os trabalhadores recebam EPIs e uniformes adequados às suas funções e áreas de trabalho; registros de entrega de EPIs aos trabalhadores (16 de junho a 17 de julho de 2025) e o portfólio de EPIs (Anglo American, sem data), composto por um catálogo de todos os itens de EPI, incluindo descrição, aplicabilidade e instruções de manutenção e cuidado. Observações no local e entrevistas com uma amostra de trabalhadores, incluindo contratados, geralmente confirmaram a implementação desses procedimentos.
c. Fornecer aos trabalhadores que sofreram acidente ou doença no local de trabalho primeiros socorros e, se necessário, transporte rápido do local de trabalho e acesso a instalações médicas adequadas;	c. Fornecer primeiros socorros e transporte rápido para instalações médicas apropriadas aos trabalhadores que
d. Oferecer, sem custo para os trabalhadores, programas de treinamento/educação e requalificação, bem como instruções compreensíveis sobre segurança e saúde, bem como sobre o trabalho designado;	
e. Garantir supervisão e controle adequados em cada turno; e	
f. Quando relevante, estabelecer um sistema para identificar e rastrear, a qualquer momento, a provável localização de todas as pessoas que estiverem trabalhando no subsolo.	

Requisito

Justificativa da auditoria de vigilância

sofreram acidente ou doença, conforme detalhado em: o Procedimento de Atendimento Médico em Situações Pós-Incidente em Unidades Anglo American (PRO.BRA.SSO.166, Anglo American, Revisão 00, novembro de 2024), aplicável a todos os sites da empresa no Brasil, que estabelece diretrizes e procedimentos para atendimento médico em situações onde a saúde humana ou a integridade física de pessoas expostas possa ser comprometida em decorrência de incidentes; o Procedimento do Plano de Relatório de Emergência para o Plano da Mina, EB-01 e outras instalações de apoio em Conceição do Mato Dentro (PRO.MRJ.SSO.023, Revisão 04, dezembro de 2024), que compreende responsabilidades, estrutura de resposta a emergências, identificação de cenários, procedimentos de resposta e mecanismos de implementação do plano; e um quadro com fotos e referências a três ambulâncias equipadas e supridas com materiais médicos para atender vítimas. A clínica ambulatorial da empresa é devidamente licenciada e prestou 4.727 atendimentos em 2024, principalmente a contratados, conforme o Relatório de Atividades do Programa de Saúde de janeiro a dezembro de 2024 (Anglo American, março de 2025), seção 2.5.1. Observações no local e entrevistas com trabalhadores, incluindo contratados, confirmaram que a empresa estabeleceu uma rede de comunicação de rádio de emergência e mantém instalações médicas equipadas com ambulâncias, suprimentos e pessoal treinado.

d. Oferecer, sem custo aos trabalhadores, programas de treinamento e instruções compreensíveis sobre OHS e sobre o trabalho designado, conforme evidenciado em capturas de tela de ações de treinamento em OHS realizadas em 2024, abordando riscos ergonômicos em trabalho remoto, fadiga, agentes e mecanismos de lesão e riscos específicos de operações de mineração, bem como quatro formulários de presença e certificados de treinamentos OHS de terceiros realizados em 2025, abrangendo segurança na mineração, trabalho em altura, segurança comportamental e plataformas móveis de elevação, com participação de 3 a 40 trabalhadores.

e. Fornecer supervisão e controle adequados, conforme indicado no Procedimento para Elaboração da Análise de Riscos de Tarefas (PRO.BRA.GIR.003, Anglo American, Revisão 04, agosto de 2018, julho de 2022), que estabelece que supervisores são responsáveis por garantir a execução segura e eficiente das tarefas por sua equipe, assegurando o cumprimento das instruções operacionais, análise e mitigação de riscos, aplicação de diretrizes de segurança e busca por melhorias de processo (seção 4.5 Líderes, Coordenadores, Supervisores, Líder Executante). Evidências adicionais incluem relatórios de inspeção de maio de 2025 em várias áreas operacionais (como depósitos de explosivos,

Requisito #	Justificativa da auditoria de vigilância
	pátios de montagem e unidades de moagem), que registram boas práticas e oportunidades de melhoria, indicando supervisão ativa. Entrevistas com trabalhadores indicaram que os supervisores acompanham regularmente as áreas de trabalho. As evidências, incluindo observações no local e entrevistas, indicam, de modo geral, implementação consistente das medidas para proteger a segurança e a saúde dos trabalhadores. Algumas observações e entrevistas indicaram que a empresa ainda não implementa totalmente medidas para proteger a saúde e a segurança dos trabalhadores, no que diz respeito a: a. Informar todos os trabalhadores, de maneira compreensível (inclusive por meio de sinalização), sobre os riscos associados ao seu trabalho, os riscos à saúde e as medidas preventivas e de proteção relevantes, já que uma amostra de trabalhadores entrevistados em algumas áreas (por exemplo, Planta de Beneficiamento, Britagem Primária e Estação de Tratamento de Efluentes) não estava familiarizada com documentos-chave de OHS, incluindo identificação de perigos e avaliações de risco, planos de emergência, cenários de emergência específicos da instalação e a Lista de Riscos Críticos da empresa; ou não estava clara quanto aos procedimentos apropriados de resposta a emergências.
4.1.5.1 Crítico. O projeto de instalações de rejeitos da mina e a mitigação dos riscos identificados devem estar em conformidade com as melhores tecnologias disponíveis (BAT) e as melhores práticas disponíveis/aplicáveis (BAP).	As notas da IRMA sobre o Requisito fazem referência a diretrizes internacionais da ANCOLD, da Canadian Dam Association, da Comissão Europeia e do programa Mine Environment Neutral Drainage (MEND) como parâmetros para as Melhores Práticas Disponíveis (BAP) e Melhores Tecnologias Disponíveis (BAT) para o projeto de instalações de rejeitos de mina e mitigação de riscos. As evidências analisadas incluem o Processo de Gestão de Riscos de Barragens de Mineração (Anglo American, dezembro de 2024) para a TSF e suas instalações associadas de contenção de água e sedimentos; a Revisão Trimestral de Segurança do Aterro Estéril Norte (PDE North) (Tec3, fevereiro de 2025); o Relatório Geotécnico Mensal para PDE North e Expansões 1 e 2 (Anglo American, março de 2025); um Formulário de Inspeção para a Expansão 1 do PDE (Anglo American, 28 de março de 2025); o Acompanhamento Semanal do Plano de Chuvas 25–26 (Anglo American, abril–maio de 2025); e o Relatório de Base de Projeto da Expansão 2 do PDE North (Anglo American, novembro de 2024). O Processo de Gestão de Riscos de Barragens de Mineração 2024 apresenta um quadro abrangente de gestão de riscos, alinhado a métodos amplamente aceitos para determinar níveis de risco e estratégias de mitigação apropriadas. A abordagem inclui o uso de linhas de base de risco, matrizes de risco, análise Bow

Requisito #	Justificativa da auditoria de vigilância
	Tie, árvores de eventos de falha, Análise de Modos e Efeitos de Falha, princípios As Low As Reasonably Practicable (ALARP) e Planos de Ação de Resposta a Gatilhos (TARPs). Este quadro é aplicado tanto à TSF quanto às estruturas associadas de gestão de água e sedimentos. Para a TSF, a empresa aplica BAT em seu projeto e abordagem de construção, utilizando o método de construção a jusante, reconhecido internacionalmente como um dos designs mais seguros disponíveis para armazenamento de rejeitos. O sistema de governança descrito na Tabela 7-1 do Processo de Gestão de Riscos de Barragens 2024 inclui políticas corporativas, papéis e responsabilidades definidos e conformidade com normas nacionais (Resolução 95 ANM/2022, Lei 23.291, NBR 13.028), o Padrão Anglo American para Instalações de Resíduos Minerais e Estruturas de Gestão de Água (Anglo American, dezembro de 2021) e o Padrão Global da Indústria para Gestão de Rejeitos (GISTM). As Seções 7.2–7.4 detalham como os Requisitos de base de projeto, garantia de qualidade, monitoramento, planejamento de emergência e documentação se alinham com as BAP. A Tabela 7-2 estabelece critérios mínimos de projeto consistentes com BAT. Um Relatório de Divulgação GISTM (Anglo American, agosto de 2024) indica que a TSF atende a 74 de 77 Requisitos, com 3 considerados não aplicáveis. A Revisão Trimestral de Segurança do Aterro Estéril Norte (PDE North) (Tec3, fevereiro de 2025) indica que a empresa segue o Padrão Corporativo para Instalações de Resíduos Minerais e Estruturas de Gestão de Água (Anglo American, dezembro de 2021) quanto aos requisitos mínimos de segurança para gestão de estruturas de armazenamento de resíduos minerais, e designou um Engenheiro de Registro (EoR), que realiza revisões trimestrais de segurança, auditorias anuais e fornece supervisão técnica. A revisão descreve um sistema abrangente de monitoramento geotécnico (piezômetros, indicadores de nível de água, prismas topográficos, dados InSAR, marcadores de superfície, medidores de fluxo), alinhado às BAT reconhecidas internacionalmente, apoiando a detecção precoce de riscos geotécnicos ou hidrológicos. O EoR também avalia a conformidade da construção real com os parâmetros de projeto (por exemplo, geometria de taludes, drenagem) e fornece recomendações técnicas, incluindo acompanhamento de ações corretivas. O Relatório Geotécnico Mensal (março de 2025) mostra que uma equipe interdisciplinar realiza avaliações mensais do desempenho da instalação, incluindo análise de anomalias e sua criticidade, planos de ação corretiva, revisão de análises de estabilidade e verificação do cumprimento dos critérios de projeto geométrico. Inspeções visuais identificam possíveis

Requisito #	Justificativa da auditoria de vigilância
	problemas superficiais, como fissuras, desmoronamentos ou infiltrações de água, apoiadas por formulários de inspeção documentados (por exemplo, para a Expansão 1 do PDE, 28 de março de 2025). Evidências fotográficas mostram a implementação de medidas de controle de erosão e de estabilidade, como revegetação de taludes. O Acompanhamento Semanal do Plano de Chuvas 25–26 (Semana 18: 26/04–02/05) demonstra controles operacionais consistentes com BAP, incluindo gestão de águas pluviais, remoção de sedimentos, manutenção de bueiros e melhorias de drenagem com base em previsões de chuva. As atas de duas (2) consultas públicas sobre a segunda elevação da barragem de rejeitos (Anglo American, 18 de março e 4 de abril de 2025) indicam que a empresa está construindo uma planta de filtração de rejeitos, prevista para entrar em operação no início de 2026. A planta desaguará os rejeitos para colocação na instalação planejada de Expansão 2 do PDE North utilizando métodos de empilhamento a seco, reduzindo a deposição na TSF em aproximadamente 85% e diminuindo o consumo de água. O empilhamento a seco é reconhecido internacionalmente como BAT para gestão de rejeitos devido à maior estabilidade e menor risco em algumas regiões. Esta transição planejada está alinhada com GISTM, CDA e diretrizes da União Europeia. As evidências indicam que a empresa aplica BAT e BAP reconhecidas no projeto e na gestão da TSF e da instalação de estéril PDE North, incluindo construção a jusante, conformidade com normas nacionais e GISTM, supervisão independente do EoR, monitoramento geotécnico abrangente e a transição planejada para rejeitos filtrados. As evidências não incluem um Relatório de Base de Projeto ou documentação equivalente para a TSF existente. O Relatório de Base de Projeto fornecido para a Expansão 2 do PDE North cobre apenas a área de expansão e não a TSF existente, embora a expansão faça parte do sistema mais amplo da TSF, já que receberá rejeitos filtrados. Como resultado, as evidências não indicam como BAT e BAP foram definidas ou aplicadas no projeto original das instalações existentes da TSF.
4.1.5.6 Crítico. Regularmente, a empresa operadora deverá avaliar o desempenho das instalações de rejeitos da mina para: a. Avaliar se os objetivos de desempenho estão sendo atingidos (ver 4.1.4.2.a e 4.1.5.5); b. Avaliar a eficácia das medidas de gestão de riscos, incluindo controles Críticos (ver 4.1.5.3);	As evidências analisadas incluem o Manual de Operação da Barragem de Rejeitos (Anglo American, março de 2024), uma amostra de Relatório Semestral de Auditoria Técnica de Segurança e Inspeção Regular de Segurança do 1º semestre de 2024 (WSP, março de 2024), e amostras de Relatórios de Inspeção Regular de Segurança (WSP, agosto de 2024 e março de 2025) para a barragem de rejeitos referentes ao 2º semestre de 2024 e 1º semestre de 2025, amostras de Relatório Técnico da Revisão Trimestral de Segurança do Aterro

Requisito #	Justificativa da auditoria de vigilância
c. Informar atualizações no processo de gestão de riscos (ver 4.1.4.1.c) e no Sistema de Gestão de Operações (OMS) (ver 4.1.5.7); e d. Informar a revisão de gestão para facilitar a melhoria contínua (ver 4.1.5.8).	Estéril Norte (PDE North) (Tec3, fevereiro de 2025), do Relatório Geotécnico Mensal para PDE North e Expansões 1 e 2 (Anglo American, março de 2025), um formulário de inspeção da Expansão 1 do PDE (Anglo American, 28 de março de 2025) e o Acompanhamento Semanal do Plano de Chuvas 25–26 (Anglo American, abril de 2025). Estes são complementados pelo Programa de Monitoramento e Atualização do Quadro de Riscos do PDE North (Tec3, julho de 2016), a Atualização do Nível de Controle para a Expansão 1 do PDE North (Tec3, abril de 2023) e o Manual de Operação para Disposição de Rejeitos Filtrados na Expansão 2 do PDE North (Tec3, novembro de 2024). O Relatório de Responsabilidade por Desvios (Tec3, novembro de 2024) também foi fornecido como evidência de alinhamento com a revisão de gestão. Este documento, entretanto, cobre apenas a Expansão 2 do PDE North e aborda principalmente desvios entre o projeto e a construção após a primeira fase; não indica uma avaliação abrangente de desempenho ou processos de revisão de gestão para outras instalações de rejeitos, incluindo a TSF. A empresa também faz referências a orientações do setor, como o Guia para Gestão de Instalações de Rejeitos (Mining Association of Canada, outubro de 2017), para demonstrar alinhamento com boas práticas internacionais. a. Para o PDE North, o Relatório Geotécnico para PDE North e Expansões 1 e 2 (Anglo American, março de 2025) e o Relatório Técnico da Revisão Trimestral de Segurança do Aterro Estéril Norte (Tec3, fevereiro de 2025) incluem inspeções visuais regulares, comparação das obras construídas com as especificações de projeto e análises de estabilidade de taludes. O Engenheiro de Registro (EoR) da Tec3 apoia a revisão do desempenho da instalação comparando dados de monitoramento com critérios definidos: medições de nível de água e piezômetros são avaliadas em relação a níveis operacionais normais especificados, enquanto tendências de deslocamento a partir de prismas topográficos são monitoradas e interpretadas em conjunto com dados diários de precipitação. Esta abordagem de monitoramento é apoiada pelo Programa de Monitoramento e Atualização do Quadro de Riscos do PDE North (Tec3, julho de 2016), que define valores de gatilho específicos para instrumentos e atribui uma classificação em quatro níveis (Normal, Atenção, Aviso, Emergência) para orientar respostas operacionais. A Atualização do Nível de Controle da Expansão 1 do PDE North (Tec3, abril de 2023) confirma a aplicação contínua e o refinamento deste quadro, atualizando o inventário de instrumentos e ajustando os limites de gatilho com base em novos dados. Esses controles são estendidos às fases futuras da instalação, conforme detalhado no Manual de Operação para Disposição de Rejeitos Filtrados na Expansão 2 do PDE North (Tec3, novembro de 2024), que prescreve rotinas

Requisito

Justificativa da auditoria de vigilância

de monitoramento, níveis de controle e procedimentos de inspeção para o sistema de rejeitos filtrados.

Para a TSF, o Manual de Operação da Barragem de Rejeitos (Anglo American, março de 2024) documenta as medidas de desempenho e indicadores mensuráveis da TSF. Relatórios de Inspeção Regular de Segurança (WSP, março e agosto de 2024 e março de 2025) demonstram que inspeções são conduzidas pelo EoR externo a cada seis meses, incluindo avaliações in loco das estruturas da barragem, análise de dados de monitoramento de instrumentação (estações meteorológicas, sensores de nível de reservatório, piezômetros, prismas, inclinômetros, tassômetros e placas de pressão) e avaliação das condições hidrológicas, geológicas e geotécnicas. Relatórios indicam que a empresa realiza inspeções internas a cada duas semanas para verificar questões operacionais e estruturais, com anomalias documentadas e monitoradas com fotos e status de acompanhamento, e compila relatórios mensais de segurança operacional baseados em observações de campo e dados de instrumentação, incluindo avaliações geotécnicas e hidráulicas. Além disso, a empresa estabeleceu uma rotina de auditoria e inspeção externa que inclui auditorias anuais, auditorias semestrais como a Revisão Independente Regular de Segurança, e inspeções trimestrais conduzidas pelo EoR, além da conformidade com os Requisitos do GISTM para a TSF.

b. O Relatório Geotécnico para PDE North e Expansões 1 e 2 (Anglo American, março de 2025) e o Relatório Técnico da Revisão Trimestral de Segurança do Aterro Estéril Norte (Tec3, fevereiro de 2025) apresentam a avaliação da empresa sobre a eficácia das medidas de gestão de riscos e controles Críticos. Os relatórios geotécnicos incluem revisão de anomalias, sua criticidade, partes responsáveis e prazos para ação corretiva. O EoR da Tec3 fornece recomendações técnicas baseadas em dados de monitoramento e inspeções visuais, e acompanha a implementação de medidas corretivas. O Acompanhamento Semanal do Plano de Chuvas 25–26 (Semana 18: 26/04–02/05, Anglo American, sem data) demonstra abordagem proativa na gestão de riscos relacionados a águas pluviais, incluindo inspeção, manutenção e construção de drenagem, atuando como controle Crítico para impactos de águas superficiais (ver 4.2.4.4). O Programa de Monitoramento e Atualização do Quadro de Riscos do PDE North (Tec3, julho de 2016) estabelece a conexão entre dados de monitoramento, níveis de risco de estabilidade definidos e respostas correspondentes. A Atualização do Nível de Controle da Expansão 1 do PDE North (Tec3, abril de 2023) e o Manual de Operação para Disposição de Rejeitos Filtrados na Expansão 2 do PDE North (Tec3, novembro de 2024) mostram como esse quadro é mantido e ajustado ao longo do tempo, garantindo que

Requisito

Justificativa da auditoria de vigilância

os controles Críticos permaneçam eficazes sob condições variáveis do site e resultados de monitoramento. Durante a auditoria em campo e entrevistas com pessoal técnico-chave, foi verificado que a equipe técnica realiza e registra inspeções formais quinzenais na área da TSF, e a equipe geotécnica realiza inspeções mensais nas instalações de estéril.

Para a TSF, segundo os Relatórios Semestrais de Inspeção Regular de Segurança (WSP, março e agosto de 2024 e março de 2025), o quadro de gestão de riscos inclui uma planilha formal de acompanhamento de anomalias chamada Tailings Dam Anomaly Control, que consolida data de identificação da anomalia, descrição e criticidade, ação corretiva necessária, responsável e prazo de conclusão. As inspeções semestrais resultam em listas atualizadas de recomendações, cada uma com nível de prioridade, acompanhadas até a conclusão. O programa mais amplo de auditoria de segurança de barragens é descrito no Processo de Auditoria de Barragens (Anglo American, janeiro de 2022) e no Plano de Gestão de Riscos de Barragens de Mineração (PGRBM) (Anglo American, dezembro de 2024). A implementação é complementada pela Revisão Trimestral de Segurança do Q1 2025 (WSP, maio de 2025), que inclui auditorias periódicas externas e internas, auditorias de conformidade e operabilidade anuais e revisão por um painel técnico.

c. A Atualização do Nível de Controle (2023) apresenta revisões nos limites dos instrumentos e cobertura espacial dos sistemas de monitoramento do PDE North conforme a evolução das condições do site. O Manual de Operação da Barragem de Rejeitos (Anglo American, Rev. 10, março de 2024) documenta revisões ao longo do tempo, geralmente mensais, com base em informações obtidas através de monitoramento e vigilância da barragem. O PGRBM (Anglo American, Versão C, dezembro de 2024) foi atualizado em novembro de 2022 e dezembro de 2024. A empresa observa que, para instalações de armazenamento de rejeitos, o GISTM é considerado o principal quadro de referência para segurança de barragens e gestão de riscos, prevalecendo sobre outras diretrizes do setor, como as da Canadian Dam Association (CDA).

d. Durante a auditoria, o Centro de Monitoramento Geotécnico, que opera 24 horas por dia, foi observado. As evidências indicam que anomalias identificadas durante inspeções de desempenho das estruturas de disposição, incluindo a TSF e as instalações de estéril, são registradas e gerenciadas pela plataforma Geo Inspector, onde planos de ação são definidos e formalmente aprovados por gestores. Além da revisão e fechamento de ações corretivas no sistema, reuniões periódicas são realizadas com a equipe técnica e a gestão para avaliar o desempenho das instalações. A

Requisito #	Justificativa da auditoria de vigilância
	TSF também é submetida a auditorias regulares pelo EoR sob o quadro GISTM, indicando que informações de inspeções e monitoramento são comunicadas à gestão para apoiar a melhoria contínua. As evidências indicam que a empresa desenvolveu e implementou um processo estruturado para: avaliar se a TSF e a instalação PDE North atendem aos objetivos de desempenho (a); usar dados de desempenho para avaliar e gerir a eficácia dos controles (b); revisar e atualizar periodicamente o OMS da TSF e componentes relevantes do programa de monitoramento do PDE North, incluindo instrumentação e controles Críticos (c); e incorporar os resultados dessas avaliações de desempenho no processo de revisão de gestão (d). As evidências não indicam que a empresa tenha implementado um processo abrangente e sistemático de avaliação de desempenho e revisão de gestão que cubra todas as instalações de rejeitos, incluindo a TSF, a instalação de estéril PDE North e suas expansões associadas (Expansão 1 e Expansão 2 do PDE North). Embora algumas atividades de avaliação de desempenho e revisão sejam realizadas para a TSF e PDE North, as evidências não fornecem detalhes que confirmem que esses processos sejam aplicados de forma consistente ou abrangente em todas as instalações relevantes.
4.5.1.1 Crítico. A empresa operadora ou sua controladora corporativa deverá desenvolver e manter uma política de gases de efeito estufa ou equivalente que comprometa a empresa a: a. Identificar e mensurar as emissões de gases de efeito estufa provenientes do projeto de mineração; b. Identificar oportunidades de eficiência energética e redução de gases de efeito estufa em todo o projeto de mineração; c. Estabelecer metas significativas e alcançáveis para a redução absoluta das emissões de gases de efeito estufa no nível do site da mina ou em âmbito corporativo; e d. Revisar a política pelo menos a cada cinco anos e atualizá-la conforme necessário, por exemplo, caso ocorram mudanças significativas nas atividades de mineração, surjam novas tecnologias ou sejam identificadas novas oportunidades de redução.	As evidências analisadas incluem a Política Corporativa de Mudanças Climáticas (Anglo American, dezembro de 2024) (também disponível em: https://www.angloamerican.com/~media/Files/A/Anglo-American-Grupo-v9/PLC/sustainability/approach-and-policies/environment/climate-change-policy-2024.pdf), que apresenta a abordagem da empresa para lidar com seu próprio impacto climático e enfrentar desafios decorrentes das mudanças climáticas. A política: a. Compromete a empresa a identificar e mensurar as emissões de gases de efeito estufa (GEE) dos Escopos 1 e 2 e a publicar os dados de emissões em conformidade com o Padrão de Gestão de Energia e Emissões de GEE. Isso é respaldado por um inventário de emissões totais por fonte de 2016 a 2024 (IOB Total Emissions per Source, Anglo American, sem data) e especificamente para 2024 (Total Emissions per Source – 2024, Anglo American, sem data), indicando que a empresa mede as emissões anualmente. b. Afirma que a empresa identificará oportunidades de eficiência energética e redução de GEE, seguindo a hierarquia de mitigação (evitar, reduzir, substituir, compensar).

Requisito #	Justificativa da auditoria de vigilância
	c. Descreve o compromisso da empresa em estabelecer metas significativas e alcançáveis de redução de GEE, incluindo objetivos de neutralidade de carbono em nível corporativo. Um Plano de Mineração Sustentável (Anglo American, sem data), disponível publicamente no site da empresa, bem como entrevistas com funcionários relevantes, indicam que a empresa definiu uma meta corporativa de reduzir as emissões de gases de efeito estufa (t/CO2) em 30% até 2030. d. Observa que as metas operacionais de redução de emissões serão revisadas a cada cinco anos, particularmente em resposta a mudanças relevantes no portfólio (como desinvestimentos ou encerramentos) ou conforme especificado pelo Protocolo de GEE. As evidências não incluem detalhes que confirmem que a própria Política de Mudanças Climáticas esteja sujeita a revisão e atualização pelo menos a cada cinco anos, ou em resposta a mudanças significativas nas atividades de mineração, tecnologias recentemente disponíveis ou oportunidades recém-identificadas de redução adicional de emissões, conforme exigido.

6. Próximos Passos

6.1 Planos de Ação Corretiva

Todos os Requisitos Críticos foram analisados durante a auditoria de vigilância para avaliar o progresso das ações corretivas propostas após a auditoria inicial. Esses Requisitos, juntamente com a constatação da auditoria inicial, a ação corretiva proposta e o resultado desta auditoria, estão resumidos na Seção 3.5 deste relatório. Além disso, os auditores determinaram durante a auditoria de vigilância que algumas classificações de Requisitos Críticos deveriam ser rebaixadas de “Atende plenamente” para “Atende substancialmente”. Esses Requisitos estão resumidos na Tabela 5-2.

No mínimo, todos os Requisitos Críticos que não estejam totalmente atendidos devem ser incluídos em um plano de ação corretiva revisado, que identifique as medidas pretendidas pelo site para resolver as lacunas. O progresso em relação a este plano será avaliado na próxima auditoria. De acordo com os protocolos da IRMA, um dos critérios que deve ser atendido para que o site mantenha seu nível de cumprimento atual é concluir com êxito essas ações corretivas e ser verificado como “Atende plenamente” aos Requisitos no momento da auditoria de renovação, que deve ser concluída dentro de 36 meses após a publicação da auditoria inicial.

Este plano é fornecido como Apêndice A.

6.2 Cronograma de Auditorias Futuras

No sistema IRMA, uma auditoria de vigilância ocorre como ponto intermediário entre auditorias completas. A próxima atividade requerida será uma auditoria de renovação, que deve ser concluída dentro de 36 meses a partir da data de publicação da auditoria completa anterior.

Não foram identificadas questões que exijam verificação antes da auditoria de renovação.

6.3. Áreas de Foco para a Próxima Auditoria

Desde a auditoria inicial, uma mudança significativa foi a iniciação de novos processos de reassentamento em 2023, incluindo programas de reassentamento involuntário e voluntário, com alguns avanços no engajamento participativo, mas ainda com lacunas pendentes.

Outro desenvolvimento importante é a construção de novas instalações de processamento para filtrar rejeitos e depositá-los em uma instalação de pilha seca, marcando uma mudança substancial nas práticas de gestão de resíduos.

Para o futuro, o processo de licenciamento para a elevação da barragem de rejeitos poderá requerer planos adicionais de reassentamento, representando uma área prioritária para auditorias futuras, especialmente no que se refere à participação das partes interessadas, documentação e acompanhamento das lacunas existentes.

O projeto Serpentina pode ampliar o escopo da próxima auditoria, o que será avaliado durante a fase de planejamento da auditoria.

APÊNDICE A – Plano de Ação Corretiva Revisado

Número do Capítulo	Assunto	Número do Requisito	Texto do Requisito	Classificação	Plano de ação
1.2	Engajamento Comunitário e das Partes Interessadas	1.2.2.2.	A empresa operadora deverá promover um diálogo bidirecional e um engajamento significativo com as partes interessadas por meio de: - Fornecer informações relevantes às partes interessadas de forma tempestiva; - Incluir a participação da gestão do site e de especialistas no tema ao tratar de preocupações de importância para as partes interessadas; - Engajar-se de maneira respeitosa e livre de manipulação, interferência, coerção ou intimidação; - Solicitar feedback das partes interessadas sobre questões relevantes para elas; e - Fornecer às partes interessadas retorno sobre como a empresa considerou suas contribuições.	Atende Substancialmente	Fortalecer a percepção de abertura, respeito e inclusão nos processos de engajamento das partes interessadas, com foco especial em situações de reassentamento voluntário e involuntário. Realizar pelo menos três reuniões comunitárias temáticas sobre reassentamento até o segundo semestre de 2026, com a participação de representantes da empresa, especialistas técnicos e mediadores independentes. Documentar e divulgar os resultados dessas reuniões, incluindo como o feedback da comunidade foi considerado nas decisões e ajustes dos planos. Utilizar canais existentes (Comitê de Convivência, Grupos de WhatsApp, reuniões presenciais, boletins informativos) para aumentar a transparência e garantir o retorno às comunidades envolvidas. Essas ações ocorrerão pelo menos duas vezes por ano. Registrar as demandas decorrentes das reuniões comunitárias do Programa de Convivência e monitorar o status do retorno nas respectivas comunidades. As demandas individuais são acompanhadas por meio de registros no sistema “Fale Conosco” e controle interno pela equipe de Relações Comunitárias, garantindo que as respostas fornecidas sejam consistentes com as questões levantadas. Iniciar a revisão dos procedimentos de

Número do Capítulo	Assunto	Número do Requisito	Texto do Requisito	Classificação	Plano de ação
					engajamento em reassentamento no primeiro trimestre de 2026, com foco na inclusão de grupos vulneráveis e na ampliação do espaço para negociação.
1.3	Devida Diligência em Direitos Humanos	1.3.3.3.	Resposta a impactos reais de direitos humanos relacionados ao projeto de mineração: a. Caso a empresa operadora determine que causou um impacto real de direitos humanos, a empresa deverá: i. Cessar ou alterar a atividade responsável pelo impacto; e ii. Desenvolver, de forma oportuna, estratégias de mitigação e medidas de remediação em colaboração com os titulares dos direitos afetados. Se não for possível encontrar soluções mutuamente aceitáveis por meio do diálogo, a empresa operadora deverá tentar chegar a um acordo por meio de um mediador independente ou outro meio mutuamente aceitável para os titulares dos direitos afetados; b. Caso a empresa operadora determine que contribuiu para um impacto real de direitos humanos, a empresa deverá cessar ou alterar quaisquer atividades que estejam contribuindo para o impacto, mitigar e remediar os impactos na extensão de sua contribuição, usar	Atende Substancialmente	Fortalecer estratégias para mitigar e remediar impactos sobre os direitos humanos, garantindo que sejam elaboradas e implementadas com base em metodologias participativas que incorporem as percepções dos titulares de direitos afetados. Esses processos devem ser oportunos, inclusivos e culturalmente apropriados, assegurando respeito às práticas sociais e tradições locais. Para alcançar esse objetivo, ações internas e externas serão desenvolvidas para consolidar a integração das questões de direitos humanos na cultura organizacional da Anglo American, promovendo governança responsável, engajamento significativo das partes interessadas e alinhamento com os Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos: 1. Treinamento de conscientização em direitos humanos para as equipes da Anglo American. Previsão: Q1.2026 Objetivos: Sensibilizar as equipes e treinar pontos focais sobre direitos humanos como eixo estratégico de gestão de riscos e sustentabilidade, alinhando práticas internas aos compromissos globais da Anglo American e integrando iniciativas para fortalecer a agenda corporativa. 2. Análise de pesquisas existentes e novas oportunidades para compreender as percepções dos titulares de direitos afetados, com vistas a

Número do Capítulo	Assunto	Número do Requisito	Texto do Requisito	Classificação	Plano de ação
			sua influência para induzir outras partes contribuintes a cessar ou alterar suas atividades, e mitigar e remediar o impacto restante; c. Caso a empresa operadora determine que está vinculada a um impacto real de direitos humanos por meio de uma relação comercial, a empresa deverá usar sua influência para prevenir ou mitigar a continuidade ou recorrência do impacto; e d. A empresa operadora deverá cooperar com outros processos legítimos, como investigações ou procedimentos judiciais ou estatais relacionados a impactos de direitos humanos que a empresa tenha causado, contribuído ou aos quais tenha estado diretamente vinculada por meio de suas relações comerciais.		aprimorar as estratégias de prevenção e mitigação do SHIRA. Previsão: Q3.2026 Objetivo: Garantir que os resultados dos processos participativos mapeiem e conectem práticas de diálogo com os titulares de direitos afetados, considerando processos de prevenção e mitigação de impactos. 3. Avaliar a viabilidade de revisar a etapa de “consulta às partes interessadas” na metodologia SHIRA, assegurando alinhamento com as melhores práticas e premissas do Social Way. Previsão: Q3.2026 Objetivo: A etapa de “consulta” deve considerar alternativas para incluir percepções sobre impactos e contribuições para medidas de mitigação, garantindo transparência e melhoria contínua. 4. Trabalhar em parceria com o SHIRA para implementar ações de escuta, participação e mitigação com pessoas reassentadas, integrando melhores práticas para o ciclo de engajamento. Prazo: Q4.2026 Objetivo: Avaliar modelos robustos de relacionamento com pessoas reassentadas por meio de ações integradas que promovam diálogo eficaz, participação qualificada e mitigação de impactos, garantindo processos transparentes e em melhoria contínua.
2.4	Reassentamento	2.4.7.1	A empresa operadora deve estabelecer e implementar procedimentos para monitorar e avaliar a execução de um Plano de Ação de Reassentamento (RAP) ou Plano de Restauração de Meios de	Atende Substancialmente	Até o final de 2026, realizar pelo menos duas campanhas de auditoria procedimental durante a fase de implementação do Plano de Reassentamento. A verificação será realizada por uma empresa de consultoria especializada, externa e independente, promovendo consulta livre e

Número do Capítulo	Assunto	Número do Requisito	Texto do Requisito	Classificação	Plano de ação
			Vida (LRP), e tomar medidas corretivas conforme necessário até que as disposições do RAP/LRP e os objetivos deste Capítulo tenham sido cumpridos.		informada com as pessoas reassentadas. O processo de controle social e escuta das expectativas consistirá em: (i) entrevistas com as partes interessadas, (ii) retorno à comunidade sobre os resultados da auditoria, (iii) apresentação à comunidade do plano de ação corretiva e, em seguida, (iv) retorno à comunidade sobre os resultados do plano de ação implementado. Divulgar ao público reassentado participante do Programa de Reestruturação Produtiva, até o final de 2026, os resultados semestrais das campanhas de monitoramento dos aspectos socioeconômicos, destacando: (i) o comportamento dos indicadores, (ii) a relação causal entre as ações do PAR e os resultados obtidos, e (iii) a avaliação das partes interessadas sobre sua satisfação com o processo de reassentamento. O processo de consulta livre, prévia e informada para monitorar a restauração de meios de vida e modos de vida envolverá os fóruns de engajamento em seus diferentes espaços e públicos - Grupos de referência de pessoas reassentadas, Grupos de Mulheres, Grupos de Idosos e Reuniões Comunitárias. Até o final de 2026, tornar públicos os canais de comunicação da Anglo American, como o mecanismo “Fale Conosco”, para fortalecer a escuta ativa e a resposta às demandas da comunidade, seguindo os prazos estabelecidos para retorno e registro público das medidas adotadas.
2.5	Preparação e Resposta a Emergências	2.5.1.1.	Todas as operações relacionadas ao projeto de mineração devem possuir um plano de resposta a emergências em conformidade com as diretrizes estabelecidas	Atende Substancialmente	Garantir que todas as operações relacionadas ao projeto Minas-Rio possuam planos de resposta a emergências atualizados, documentados e alinhados às diretrizes do APELL, com ampla

Número do Capítulo	Assunto	Número do Requisito	Texto do Requisito	Classificação	Plano de ação
			pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, no documento Awareness and Preparedness for Emergencies at the Local Level (APELL) para Mineração.		participação de partes interessadas internas e externas. Consolidar, até o primeiro semestre de 2027, os planos de resposta a emergências de todas as unidades operacionais do projeto, garantindo que estejam formalmente documentados, revisados e disponíveis para consulta. Realizar, até o final de 2026, pelo menos dois exercícios de emergência com a participação de uma amostra representativa de trabalhadores, contratados e comunidades potencialmente afetadas, com foco em diferentes cenários de risco. Desenvolver um cronograma anual de simulações integradas, com participação de mão de obra direta e terceirizada em áreas Crítico. Publicar relatórios de avaliação para cada simulação, contendo análise de desempenho, lições aprendidas e plano de ação para correções, garantindo retorno sobre os planos de resposta.
2.5	Preparação e Resposta a Emergências	2.5.2.1.	O plano de resposta a emergências deve ser elaborado em consulta com as comunidades potencialmente afetadas e os trabalhadores e/ou seus representantes, e a empresa operadora deve incorporar suas contribuições no plano de resposta a emergências, incluindo sua participação nos exercícios de planejamento de resposta a emergências.	Atende Substancialmente	Fortalecer a representação e a participação efetiva de todas as comunidades potencialmente afetadas e da força de trabalho nos processos de revisão e simulação dos Planos de Resposta a Emergências. Para tanto, serão realizados workshops de escuta com comunidades localizadas dentro e fora da zona de auto-resgate, como Dom Joaquim, com o objetivo de revisar os planos existentes e incorporar sugestões relacionadas a rotas de fuga, pontos de encontro e estratégias de comunicação. Além disso, a participação da força de trabalho nas simulações será ampliada, garantindo a presença de trabalhadores e contratados de diferentes

Número do Capítulo	Assunto	Número do Requisito	Texto do Requisito	Classificação	Plano de ação
					turnos e áreas operacionais. As ações incluirão a cumprimento de simulações integradas focadas em diferentes cenários, promovendo maior preparo e engajamento de públicos internos e externos. As contribuições coletadas serão sistematizadas e incorporadas às atualizações dos planos de resposta, com os resultados divulgados por meio de relatórios públicos e boletins comunitários. A comunicação com comunidades com menor histórico de participação também será reforçada, utilizando canais de comunicação locais e estratégias de engajamento direto.
3.2	Saúde e Segurança Ocupacional	3.2.4.1.	A empresa operadora deve implementar medidas para proteger a segurança e a saúde dos trabalhadores, incluindo: a. Informar os trabalhadores, de maneira compreensível, sobre os perigos associados ao seu trabalho, os riscos à saúde envolvidos e as medidas preventivas e de proteção pertinentes; b. Fornecer e manter, sem custo para os trabalhadores, equipamentos de proteção e vestuário adequados quando a exposição a condições adversas ou a proteção suficiente contra risco de acidente ou lesão à saúde não puder ser garantida por outros meios; c. Fornecer aos trabalhadores que tenham sofrido uma lesão ou	Atende Substancialmente	Até a próxima auditoria, monitorar a implementação e avaliar oportunidades de melhoria no processo do Plano de Segurança e Saúde, com foco na expansão da cobertura de treinamentos em saúde e segurança ocupacional e ações de conscientização sobre emergências. Reforçar o treinamento obrigatório em SST para empregados e contratados, vinculado ao cronograma de RH, com registro arquivado e emissão de certificados. Revisar e ajustar o material de treinamento de orientação (treinamento de ingresso na empresa). Criar e compartilhar um manual de emergência com os empregados, contendo contatos de emergência. Para Equipamentos de Proteção Individual (EPI), está sendo desenvolvido um painel de gestão para monitorar e alertar quando o EPI estiver vencido ou precisar ser substituído. Este alerta será emitido automaticamente a todos os gestores, informando-os sobre a necessidade de substituir o EPI de seus

Número do Capítulo	Assunto	Número do Requisito	Texto do Requisito	Classificação	Plano de ação
			doença no local de trabalho primeiros socorros e, se necessário, transporte imediato do local de trabalho e acesso a instalações médicas adequadas; d. Oferecer, sem custo para os trabalhadores, programas de treinamento e requalificação, bem como instruções compreensíveis sobre segurança e saúde, além do trabalho designado; e. Garantir supervisão e controle adequados em cada turno; e f. Quando relevante, estabelecer um sistema para identificar e rastrear a qualquer momento a localização provável de todas as pessoas que estejam trabalhando em subterrâneo		respectivos subordinados. Além disso, será implementada uma auditoria interna focada na gestão de EPI, que deverá estar em vigor na data da próxima auditoria.
4.1	Gestão de Resíduos e Materiais	4.1.5.1.	O projeto das instalações de resíduos de mineração e a mitigação dos riscos identificados devem estar em conformidade com as melhores tecnologias disponíveis (BAT) e as melhores práticas disponíveis/aplicáveis (BAP).	Atende Substancialmente	Apresentar o Relatório de Base de Projeto (DBR) da Expansão PDER North na próxima auditoria.
4.1	Gestão de Resíduos e Materiais	4.1.5.6.	De forma regular, a empresa operadora deverá avaliar o desempenho das instalações de rejeitos de mineração para:	Atende Substancialmente	Apresentar os processos de avaliação de desempenho e revisão pela administração para a TSF e o Depósito de Rejeitos na próxima auditoria.

Número do Capítulo	Assunto	Número do Requisito	Texto do Requisito	Classificação	Plano de ação
			a. Avaliar se os objetivos de desempenho estão sendo atingidos (ver 4.1.4.2.a e 4.1.5.5); b. Avaliar a eficácia das medidas de gerenciamento de riscos, incluindo os controles Críticos (ver 4.1.5.3); c. Subsidiar atualizações do processo de gerenciamento de riscos (ver 4.1.4.1.c) e do OMS (ver 4.1.5.7); e d. Subsidiar a revisão pela administração para promover a melhoria contínua (ver 4.1.5.8).).		Apresentar a conformidade da TSF da Anglo American com o GISTM.
4.2	Gestão da Água	4.2.4.1.	A empresa operadora deve desenvolver e documentar um programa para monitorar mudanças na quantidade e na qualidade da água. Como parte do programa, a empresa operadora deve: a. Estabelecer um número suficiente de locais de monitoramento em pontos apropriados para fornecer dados confiáveis sobre mudanças na quantidade de água e nas condições físicas, químicas e	Atende Substancialmente	Continuar com os programas atuais de monitoramento da água, a fim de manter a conformidade total com o Requisito 4.2.4.1, garantindo cobertura de 100% das áreas sob influência do projeto com pontos de monitoramento validados e frequência de amostragem representativa dos eventos sazonais e extremos, cujas análises deverão ser realizadas por laboratórios acreditados, capazes de detectar contaminantes em níveis abaixo dos valores dos Critérios de Qualidade da Água da IRMA. As ações tomadas em situações em que os níveis de alerta antecipado sejam acionados serão documentadas e integradas ao sistema de gestão ambiental, com evidências de conformidade

Número do Capítulo	Assunto	Número do Requisito	Texto do Requisito	Classificação	Plano de ação
			biológicas das águas superficiais, nascentes naturais e águas subterrâneas (doravante denominadas características da água); b. Realizar amostragens com frequência suficiente para considerar variações sazonais, eventos de tempestade e eventos extremos que possam causar alterações nas características da água; c. Estabelecer níveis de acionamento e/ou outros indicadores para fornecer alerta antecipado de mudanças negativas nas características da água; d. Amostrar a qualidade e registrar a quantidade de águas impactadas pela mineração destinadas à reutilização por entidades não mineradoras; e. Utilizar métodos confiáveis e equipamentos apropriados para detectar mudanças nas características da água; e f. Utilizar laboratórios acreditados capazes de detectar contaminantes em níveis abaixo dos valores das Tabelas de Critérios de Qualidade da Água por Uso Final da IRMA.		quanto aos prazos de resposta para situações de emergência envolvendo danos ambientais, em conformidade com a legislação aplicável. O relatório anual de recursos hídricos será emitido com a consolidação dos resultados do monitoramento, incluindo resultados, comparações com os padrões e recomendações para melhorias na gestão.

Número do Capítulo	Assunto	Número do Requisito	Texto do Requisito	Classificação	Plano de ação
4.2	Gestão da Água	4.2.4.4.	A empresa operadora deve desenvolver e implementar um plano de gestão adaptativa da água que: a. Descreva as ações planejadas para mitigar os impactos previstos sobre os usos atuais e futuros da água e dos recursos naturais, decorrentes de alterações na quantidade e qualidade das águas superficiais e subterrâneas relacionadas ao projeto de mineração; e b. Especifique as ações de gestão adaptativa que ocorrerão caso determinados resultados (por exemplo, impactos específicos), indicadores, limites ou níveis de alerta sejam alcançados, incluindo os prazos para sua execução.	Atende Substancialmente	Até dezembro de 2026, ampliar o registro de evidências sobre a gestão adaptativa da água, totalmente alinhado ao Requisito 4.2.4.4, incluindo a aplicação de níveis de alerta para aspectos quantitativos e qualitativos da água, fluxo das atividades e definição de ações com responsáveis e prazos para gerenciamento e mitigação de potenciais impactos, com a integração desses elementos em um sistema digital de gestão ambiental. O plano deve conter as ações de resposta definidas para qualquer nível Crítico identificado, de acordo com os prazos estabelecidos para cada nível, com registro sistemático das ações preventivas e corretivas. Será possível visualizar os registros dos planos de ação em tempo hábil, as ações realizadas conforme os cronogramas e a efetividade das medidas implementadas, com base nos resultados do monitoramento ambiental. Será emitido um relatório anual consolidado sobre os resultados do monitoramento ambiental, documentando as ações executadas e recomendações para aprimoramentos na gestão.
4.5	Emissões de Gases de Efeito Estufa	4.5.1.1	A empresa operadora ou sua controladora corporativa deverá elaborar e manter uma política de gases de efeito estufa ou equivalente, que comprometa a empresa a: a. Identificar e medir as emissões de gases de efeito estufa provenientes do projeto de mineração; b. Identificar oportunidades de	Atende Substancialmente	Até dezembro de 2026, publicar um Plano de Transição de Carbono do Grupo Anglo American, com um cronograma formal e gatilhos definidos, disponível em português no site da Anglo American Brasil. A unidade operacional deverá acompanhar discussões e evoluções relacionadas à Lei Federal nº 15.042/2024, que estabelece o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), a fim de criar metas locais de redução de emissões até 2030.

Número do Capítulo	Assunto	Número do Requisito	Texto do Requisito	Classificação	Plano de ação
			eficiência energética e redução de gases de efeito estufa em todo o projeto de mineração; c. Estabelecer metas significativas e alcançáveis para a redução das emissões absolutas de gases de efeito estufa, seja no nível da mina ou em âmbito corporativo; e d. Revisar a política pelo menos a cada cinco anos e atualizá-la conforme necessário, por exemplo, se houver mudanças significativas nas atividades de mineração, novas tecnologias estiverem disponíveis ou forem identificadas novas oportunidades de redução.		Por fim, a unidade continuará garantindo o Selo Ouro no Programa Brasileiro do Protocolo de GEE (PBGHGP). Este selo, que representa a classificação mais elevada do PBGHGP, assegura que a unidade passou por verificação de terceiros de seus inventários de GEE, reforçando a transparência, confiabilidade e integridade dos dados.